



# Boletim de Transparência Fiscal

RIO DE JANEIRO | 5º BIMESTRE DE 2014



**SECRETÁRIO DE ESTADO DE FAZENDA**

**Sérgio Ruy Barbosa**

**SUBSECRETÁRIA-GERAL**

Cláudia Uchôa

**SUBSECRETÁRIA DE FINANÇAS**

Rebeca Virginia Escobar Villagra

**SUBSECRETÁRIA DE POLÍTICA FISCAL**

Josélia Castro de Albuquerque

**SUBSECRETÁRIO DE RECEITA**

George André Palermo Santoro

**SUPERINTENDENTE DO TESOURO ESTADUAL**

Cláudia Torres Santoro

**SUPERINTENDENTE DE PROGRAMAÇÃO**

**FINANCEIRA**

Daniela de Melo Faria

**SUPERINTENDENTE DE RELAÇÕES  
FEDERATIVAS E TRANSPARÊNCIA FISCAL**

Marco Aurélio Alves de Mendonça

**SUPERINTENDENTE DE CONTROLE E  
ACOMPANHAMENTO DA DÍVIDA**

Valéria Barbosa

**SUPERINTENDENTE DE FINANÇAS**

Elvécio Vital da Silva

**SUPERINTENDENTE DE CAPTAÇÃO DE  
RECURSOS**

Pablo Villarim Gonçalves

**EQUIPE BOLETIM DE TRANSPARÊNCIA  
FISCAL**

Alexandre Emilio Zaluar

Alessandro Lima da Rocha

Ana Cecília de Souza

Ana Paula Quedinho

Creusa Mattoso de Almeida

Denise Gomes de Castro

Eduardo de Andrade

Fabio Souza Pontes

Fernando Rezende Filho

Giovana dos Santos Itaborai

Gustavo Franco Corrêa

Hamilton Correa Zambito Horacio

Henrique Reis Pompeu de Moraes

Joana Pimentel Meneses de Farias

Karine de Souza Vargas

Larissa Gonçalves Nogueira

Larissa Silva Carvalho

Leandro Diniz Moraes Pestana

Leila Klein

Liliane Figueiredo da Silva

Luciana Vicky Mazloum

Luísa Regina Mazer

Maria Gisele Bastos Soares

Maria Helena Pitombeira

Michael Vinícius Pomim de Oliveira

Neusa Lourenço Silva

Pedro Bastos Carneiro da Cunha

Raphael Philipe Moura

Roberto Gomides de Barros Filho

Robledo da Cunha Pereira

Sérgio da Costa Peixoto



**O BOLETIM DE TRANSPARÊNCIA FISCAL** é uma publicação bimestral da Secretaria de Fazenda do Estado do Rio de Janeiro, trabalho conjunto da Subsecretaria de Finanças, Subsecretaria Geral e Subsecretaria de Política Fiscal, esta última também responsável pela edição do documento. Ele é chamado de TRANSPARÊNCIA fiscal porque vai além do registro de cifras macroeconômicas ou associadas a metas de equilíbrio fiscal, que são essenciais para a avaliação da solvência do Estado. O boletim procura também dar uma ampla visão do uso dos recursos públicos pelas diversas funções do gasto. Este é um elemento chave para posteriores análises da efetividade e eficiência no uso das receitas de impostos e de outros recursos públicos, com vistas a avaliar se este uso atende aos objetivos do governo e da sociedade, respondendo corretamente às demandas sociais e atuando como elemento indutor do desenvolvimento econômico. A frequência bimestral do boletim se espelha na avaliação dos riscos para o cumprimento das metas fiscais referidas nos artigos 8º e 9º da Lei de Responsabilidade Fiscal (LC 101/2000).

É permitida a reprodução total ou parcial do conteúdo desta publicação desde que mencionada a fonte.

**Informações:**

Tel: (21) 2334-4929

**Home Page:** <http://www.fazenda.rj.gov.br>

Secretaria de Estado de Fazenda do Rio de Janeiro

Av. Presidente Vargas, nº 670



## SUMÁRIO

I. Economic Outlook.....	15
I.I The Domestic and International Context.....	15
I.II Economic Activity in Rio de Janeiro .....	17
I.III Labor Market .....	19
I.IV Inflation .....	20
I.V External Sector.....	21
I. Panorama Econômico.....	22
I.I O Contexto Internacional e Doméstico. ....	22
I.II Atividade Econômica no Rio de Janeiro.....	24
I.III Mercado de Trabalho.....	27
I.IV Inflação .....	28
I.V Setor Externo .....	29
II. Metas Bimestrais de Arrecadação e Cronograma de Desembolso do Estado do Rio de Janeiro.....	30
III. Resultados Fiscais.....	40
III.I Resultado Orçamentário .....	40
III.II Resultado Orçamentário sem RIOPREVIDÊNCIA.....	42
III.III Resultado Primário .....	44
IV. Receita Estadual .....	46
IV.I Receitas Correntes.....	48
IV.I.1 Receita Tributária .....	49



<b>Box 01 – Efeito da queda no preço do barril de petróleo sobre a arrecadação de royalties no ERJ.....</b>	<b>54</b>
IV.I.1.1 Arrecadação de ICMS comparativo do Estado por Setor Econômico.....	57
IV.I.2 Receita Patrimonial e Royalties .....	62
IV.I.3 Demais Receitas Correntes.....	65
IV.I.3.1 Receita de Transferências.....	68
IV.I.3.2 Transferências da União.....	69
IV.II Receitas de Capital .....	74
<b>V. Despesas do Estado do Rio de Janeiro .....</b>	<b>77</b>
V.I Despesa Total .....	77
V.II Créditos Adicionais.....	78
V.III Despesas por Fonte de Recursos.....	79
V.IV Despesas por Grupo .....	82
V.V - Cumprimento das despesas vinculadas aos índices constitucionais: Educação, Saúde, FAPERJ, FECAM e FEHIS .....	89
<b>VI – ADMINISTRAÇÃO FINANCEIRA.....</b>	<b>103</b>
VI.1 Cota Financeira.....	103
VI.2 Pagamento de PD's .....	104
VI.3 Administração do Saldo de Caixa do Tesouro.....	104
VI.4 Adimplemento de concessionárias e prestadores de Serviços Públicos .....	105
VI.4.1 Características de Consumo.....	107
VI.5 Requisições Judiciais de Pagamento.....	107
VI.6 Evolução da Dívida Financeira do Estado do Rio de Janeiro e de seu Dispêndio com a dívida pública.....	109
VI.7 Acompanhamento Financeiro de Convênios.....	120



VI.8 Análise de Viabilidade Econômica de PPPs.....	121
VI.9 Captação de Recursos .....	124



## Apresentação

Este é o quadragésimo primeiro número do boletim bimestral de transparência fiscal elaborado pela Secretaria de Fazenda do Estado do Rio de Janeiro, e o quinto referente ao exercício de 2014. Seu objetivo é aperfeiçoar os mecanismos de controle e transparência na execução do orçamento estadual.

Tais mecanismos possuem pelo menos duas vertentes. A primeira liga-se à solvência e à previsibilidade no gasto, em decorrência do reconhecimento de que uma das principais premissas de um governo responsável é executar o orçamento dentro da previsão da receita, ou seja, despesas não podem ser criadas, compromissos assumidos, ou contratos assinados sem um lastro seguro na arrecadação ou em outros recursos orçamentários.

De acordo com os dispositivos legais, em vigor há mais de quarenta anos, não pode haver despesa sem empenho. Apenas assim as obrigações poderão ser honradas tempestivamente e sem sobressaltos, trazendo previsibilidade, tranquilidade e transparência à ação pública.

Dessa forma, a Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF) impõe metas fiscais que devem ser cumpridas sob risco de sanções aos administradores e ao próprio ente federativo, como a suspensão de transferências voluntárias. O Estado deve, por exemplo, alcançar uma meta de superávit primário suficiente para, no mínimo, cumprir as obrigações com pagamento da dívida, e dispor de suficiente folga de caixa de maneira que toda a Administração possa planejar seus gastos com segurança. É claro que haverá períodos em que será necessário implementar investimentos estruturantes que resultarão em queda deste resultado primário, devido ao endividamento. Porém, o retorno se dará no futuro, com o maior dinamismo da economia e, por conseguinte, da arrecadação.

A segunda vertente diz respeito à aplicação dos recursos. Aqui, importa cumprir a lei (e.g., vinculações) e procurar

*É parte do Estado Democrático de Direito a obrigação do administrador público de prestar contas à sociedade, demonstrando a adequabilidade da aplicação dos recursos às demandas econômicas e sociais.*

*O Boletim procura fornecer, com presteza, detalhes da despesa em cada área, para que haja transparência nos gastos públicos e efetivo acompanhamento pela sociedade.*



alcançar, entre outros, os objetivos constitucionais de eficiência, economicidade e efetividade. Para essa avaliação, é importante que se conheçam detalhes da aplicação de recursos por função (e.g., saúde, educação) e o perfil temporal desses gastos.

Os dados aqui disponibilizados foram extraídos do Sistema de Informações Gerenciais (SIG) do Governo do Estado do Rio de Janeiro, no dia 17/11/2014.

A despesa refere-se, em regra, ao conceito de empenho liquidado; já a receita, por sua vez, corresponde ao conceito de realizada (regime de caixa), ambas depuradas das rubricas intraorçamentárias.

O Boletim é dividido em seis seções, além desta apresentação. As quatro seções iniciais fazem uma breve análise dos agregados fiscais, da evolução das diversas rubricas de receita e das metas correspondentes. A quinta seção apresenta a despesa no seu agregado de execução orçamentária e detalhes dos gastos por área, principalmente aquelas que se beneficiam de vinculação de receitas e pisos de gastos, como Saúde, Educação e Meio Ambiente. Por fim, a sexta seção remete aos elementos da política financeira do Estado, notadamente o estabelecimento e uso das cotas financeiras programadas para os órgãos, a tempestividade dos pagamentos requeridos por esses órgãos, a aplicação dos saldos do Tesouro, a quitação de restos a pagar de administrações anteriores, assim como dos precatórios judiciais. A seção também informa a situação da dívida pública do Estado e traz dados sobre a execução de convênios.

*“O Orçamento Nacional deve ser equilibrado. As Dívidas Públicas devem ser reduzidas, a arrogância das autoridades deve ser moderada e controlada. Os pagamentos a governos estrangeiros devem ser reduzidos, se a Nação não quiser ir à falência. As pessoas devem novamente aprender a trabalhar, em vez de viver por conta pública.”*

*Marcus Tullius Cícero – Roma, 55 A.C.*



## RESUMO EXECUTIVO

O Estado do Rio de Janeiro fechou o 5º bimestre de 2014, com arrecadação das receitas totais na ordem de R\$ 11.220,57 milhões, ultrapassando a meta prevista para o bimestre em 7,9% e em 5,0% a meta acumulada.

As receitas correntes apresentaram variação abaixo do esperado em 6,8% quando comparadas a meta estipulada para o bimestre (- R\$ 694,27 milhões). As receitas tributárias (- 9,8%) constituíram-se em uma das principais fontes para esse desempenho bimestral. O principal tributo, o ICMS, apresentou redução de R\$ 281,44 milhões (- 5,1%) em relação ao mesmo período de 2013. O resultado acumulado das receitas correntes não superou a meta (- 1,1%), sofrendo, da mesma forma que o resultado bimestral, influência do resultado das receitas tributárias que atenuaram o desempenho acumulado.

Com relação às receitas de capital, o desempenho foi acima do auferido no 5º bimestre de 2013 (+ R\$ 1.517,82 milhões). A receita de operações de crédito que foi a principal colaboradora para o cumprimento e a superação da meta no bimestre que representa uma superação da meta bimestral em 666,5%. Esse desempenho positivo repete-se no resultado acumulado (+ 151,7%) superando a meta acumulada em 51,7% (+ R\$ 3.747,16 milhões), principalmente pelo desempenho combinado de receitas de operações de crédito e alienações de bens durante o ano.

Quanto ao balanço orçamentário, o 5º bimestre de 2014 fechou com déficit de R\$ 2.526,49 milhões, que ocasionou uma variação negativa de 509,5% em relação ao mesmo período de 2013. Tal resultado decorreu de um déficit corrente em que as despesas correntes ultrapassaram as receitas correntes ocasionando o déficit de R\$ 1.882,08 milhões. Além disso, as despesas de capital foram de R\$ 2.309,03 milhões, enquanto as receitas de capital atingiram o valor de R\$ 1.619,69 milhões, ocasionando o déficit de capital de R\$ 689,33 milhões. Se analisarmos desconsiderando a influência do RIOPREVIDÊNCIA, o resultado orçamentário bimestral passa a apresentar déficit de R\$ 1.088,44 milhões. Percebe-se, assim, que o RIOPREVIDÊNCIA afetou negativamente as contas do Estado, já que excluindo esse órgão da análise, o resultado do Estado tem significativa uma atenuação do déficit. O resultado orçamentário acumulado de 2014 realizou R\$ 938,65 milhões, influenciado fortemente pelo superávit de capital, porém, quando comparado com o resultado acumulado de 2013, apresenta variação negativa (- 36,2%).

As contas públicas fluminenses apresentaram déficit primário de R\$ 3.172,34 milhões no 5º bimestre, por conta da prevalência das despesas primárias ou, despesas não financeiras, frente às receitas primárias ou não financeiras no período. Na comparação com o resultado acumulado obtido em 2013, observou-se piora de 247,9%, apesar de as receitas primárias totais apresentarem variação positiva em relação ao ano anterior, tal variação não foi suficiente para alcançar resultado primário acumulado superavitário, dado que as despesas primárias cresceram em maior proporção.

No bimestre corrente, a execução das receitas de petróleo apresentou decréscimo de 14,1% (- R\$ 90,01 milhões). Desmembrando a receita de petróleo, observa-se que a variação negativa ocorreu somente na receita de participações especiais, que são recebidas em maio, agosto, novembro e fevereiro, e se refere a um complemento da receita que deveria ter sido recebida em agosto de 2013, mas que, por motivos



contábeis, entraram tardiamente durante o 5º bimestre. Já as receitas de Royalties realizaram R\$ 546,92 milhões no bimestre (+ 1,8%), basicamente, devido a um aumento da produção no período. No acumulado, mais uma vez, as receitas de petróleo se destacaram dentro das receitas patrimoniais. Essas receitas representam 88,8% das receitas patrimoniais e sofreram uma variação positiva de 4,4% em comparação ao ano de 2013, tendo como componente da receita de petróleo que mais variou de 2013 para 2014 a parcela relativa às participações especiais, que, até outubro, atingiram o valor de R\$ 4.122,43 milhões, uma variação de 7,9% em relação ao acumulado de 2013, decorrente da combinação do aumento da produção no ano e da variação da taxa de câmbio.

As despesas do ERJ para o exercício 2014 foram fixadas na Lei Orçamentária Estadual em R\$ 77,09 bilhões, um crescimento de R\$ 4,35 bilhões (+6,0%) frente ao aprovado para o exercício 2013.

Até o 5º bimestre, a dotação autorizada chegou a R\$ 79,09 bilhões, demonstrando uma expansão orçamentária de R\$ 2,00 bilhões (+2,59%) sobre o inicial (LOA). Excluídas as despesas intraorçamentárias da análise, o crescimento foi de R\$ 1,47 bilhão, acréscimo motivado pela abertura de créditos adicionais, dos quais R\$ 229,03 milhões suplementaram as fontes de recursos do Tesouro Estadual e R\$ 1,24 bilhão as Demais Fontes de recursos. O suplemento ocorreu por conta do ingresso de recursos vinculados, os quais não integravam o orçamento inicial: R\$ 585,38 milhões contratados em Operações de Crédito e R\$ 495,80 milhões por Convênios.

Os créditos adicionais abertos foram aplicados diretamente em áreas estratégicas de governo. Do montante indicado em Operações de Crédito, R\$ 335 milhões foram alocados na Secretaria de Estado de Obras para financiar políticas públicas nas áreas de transporte e urbanismo.

Em relação à execução, nesse 5º bimestre, foram liquidados R\$ 55,09 bilhões no Poder Executivo e R\$ 5,04 bilhões nos Outros Poderes totalizando R\$ 60,13 bilhões. Este montante é 12,8% maior que o apurado no mesmo período de 2013. Excluídas as despesas intraorçamentárias e as empresas públicas independentes (CEDAE e Imprensa Oficial), a execução foi de R\$ 56,72 bilhões. Deste montante, R\$ 39,11 bilhões foram sustentados por recursos do Tesouro Estadual e R\$ 17,61 bilhões a partir de Outras Fontes de Recursos, crescimento de 10,8% e 14,2%.

As Despesas Correntes do ERJ, até o 5º bimestre, (R\$ 47,82 bilhões) apontaram crescimento quando comparadas aos valores de 2013: 8,4%, ou em valores absolutos, +R\$ 3,69 bilhão. As despesas relacionadas ao grupo de Pessoal e Encargos Sociais apresentaram destaque até Outubro: R\$ 15,03 bilhões liquidados, apresentando um crescimento de 9,3% (+R\$ 1,28 bilhão). Tal variação foi motivada, em grande parte, pelas melhorias que o Governo do ERJ tem realizado nas carreiras dos servidores da Segurança Pública, Educação, Defesa Civil e Ciência e Tecnologia.

As Outras Despesas Correntes do ERJ corresponderam a 53,3% do total liquidado até o momento (R\$ 30,24 bilhões), excluídas as despesas intraorçamentárias, apresentando um crescimento de 7,9% em relação a 2013. Esta elevação é justificada pelo fortalecimento de determinadas ações estratégicas do Estado.



Os recursos aplicados em Investimentos e Inversões Financeiras somaram R\$ 6,05 bilhões, elevação de 43,9% (R\$ 1,85 bilhão) em relação ao mesmo período de 2013. O montante liquidado foi imprescindível para o financiamento de importantes ações do estado nas funções Transporte, Urbanismo, Educação e Saneamento dentre outras.

As Transferências Constitucionais Obrigatórias apresentaram ligeiro aumento no acumulado do ano: incremento foi de 2,1%, ou seja, +R\$ 197,41 milhões. Os cálculos dos índices parciais demonstram a evolução dos gastos, que serão cumpridos ao fim do exercício, conforme estabelecido pela Lei.

No âmbito dos índices constitucionais, o índice da Educação apresentou uma pequena evolução em relação ao verificado no mesmo período do exercício passado (+0,98 pontos percentuais). Entretanto, numa análise mais apurada, pode-se observar o fortalecimento na execução do índice: aumento de 4,0% de sua receita base (+R\$ 1,06 bilhão), resultando numa maior liquidação (8,1%, +R\$ 537,59 milhões).

No índice da Saúde, foi constatado crescimento na receita base de 4,0% (+R\$ 1,06 bilhão) e na execução (+1,1%; +R\$ 29,23 milhões) quando comparado ao mesmo período de 2013.

A FAPERJ apresentou crescimento em sua receita base (+4,0%, +R\$ 626,27 milhões). Na despesa, queda de 4,8% (- R\$ 13,59 milhões). No FECAM, elevação tanto na receita base (+4,8%; ou seja; + R\$ 282,72 milhões) como na despesa liquidada (+5,6%; ou seja; R\$ 12,30 milhões). Por fim, o FEHIS também apresentou crescimentos: +5,7%, ou seja, +R\$ 130,09 milhões na receita base e +5,2% (+R\$ 9,17 milhões) na despesa liquidada até outubro.



## EXECUTIVE SUMMARY

The State of Rio de Janeiro closed the 5th bimester of 2014 with total revenues of R\$ 11,220.57 million, exceeding the target for the bimester at 7.9% and 5.0% the cumulative goal.

Current revenues showed variation lower than expected at 6.8% compared to the target set for the bimester (- R\$ 694.27 million). Tax revenues (- 9.8%) were found to be a major source for this bimonthly performance. The main tax, ICMS tax, decreased R\$ 281.44 million (- 5.1%) compared to the same period of 2013. The cumulative result of current revenues did not exceed the target (- 1.1%), being, in the same way as the bimonthly result, influenced by the outcome of the tax revenues that mitigated the accumulated performance.

Regarding to capital revenue, the performance was higher than earned on the 5th bimester of 2013 (+ R\$ 1,517.82 million). Revenues from credit operations were the main contributor to meeting and overcoming the bimester goal in 666.5%. This positive performance is repeated in the accumulated result (+ 151.7%) surpassing the cumulative target in 51.7% (+ R\$ 3,747.16 million), mainly due to the combined performance of revenues from credit transactions and sales of assets during the year.

As for the budget balance, the 5th bimester 2014 closed with R\$ 2,526.49 million deficit, which led to a negative growth of 509.5% over the same period of 2013. This result was due to a current deficit in the current expenditures that exceeded revenue streams causing the deficit of R\$ 1,882.08 million. In addition to that, the capital expenditures were R\$ 2,309.03 million, while capital revenues amounted to R\$ 1,619.69 million, causing the capital deficit of R\$ 689.33 million. If we analyze disregarding the influence of RIOPREVIDÊNCIA, the bimester budget result begins to show a deficit of R\$ 1,088.44 million. It is clear, therefore, that the RIOPREVIDÊNCIA negatively affected the state accounts, as excluding RIOPREVIDÊNCIA of analysis, the result of state has significant attenuation of the deficit. The cumulative budget result 2014 achieved R\$ 938.65 million, strongly influenced by the surplus of capital revenue, however, when compared with the cumulative result of 2013, shows negative growth (- 36.2%).

The Rio de Janeiro public accounts showed a primary deficit of R\$ 3,172.34 million in the 5th bimester, due to the prevalence of primary expenditure or non-interest expenses, compared to primary or non-financial revenues in the period. Compared to the accumulated result in 2013, there was 247.9% decrease. Although the total primary revenues presented positive change in relation to the previous year, such a change was not sufficient to achieve cumulative primary balance surplus, as the primary expenditure grew higher than primary revenues.

In the current bimester, the execution of oil revenues decreased by 14.1% (- R\$ 90.01 million). Breaking apart the oil revenues, it is observed that the negative change occurred only in special participations revenues, which are received in May, August, November and February, and refers to a complement of revenue that should have been received in August 2013 but, for financial reasons, came late in the 5th bimester of 2013. Revenues from royalties achieved R\$ 546.92 million in the bimester (+ 1.8%), mainly due to an increase in production in the period. Once again, oil revenues point out property revenues during the year. These revenues represent 88.8% of property revenues income and suffered an increase of 4.4% compared to the year 2013. The component of oil revenues that shows the best results from 2013 to 2014 is special participations revenue which, until October, amounted to R\$ 4,122.43 million, an increase of 7.9% compared to 2013 accumulated, due to the combination of increased production in the year and the variation of the exchange rate.

RJ State Expenditures for the year 2014 were fixed in State Budget Law in R\$ 77.09 billion, a marked increase (+6.0%), the growth was R\$ 4.35 billion, compared to approved for the year 2013.



By the 5th bimester, the authorized expenditure reached R\$ 79.09 billion, showing a considerable increase (2.59%) over the originally planned: R\$ 2.00 billion was incorporated in the budget. Excluding the intrabudgetary expenditure of the analysis, the growth was R\$ 1.47 billion, an increase motivated by the opening of additional credits, which R\$ 229.03 million was supplemented by the Treasury and R\$ 1.24 billion by Other Sources of revenues. The main supplement was due to the fiscal collection of mandatory resources, which were not part of the initial law (LOA, The Annual Budget): R\$ 585.38 million in Loan and R\$ 495.80 million in Covenant Revenue.

The additional credits opened this year were applied directly into strategic programs of government. The amount of loans indicated previously, R\$ 335 million was allocated in the Infrastructure Secretariat. This resource was used in the process of developing policies in the transport and urbanism arena.

Until October, R\$ 55.09 billion were liquidated by the Executive Branch and R\$ 5.04 billion by the others branches. Together, it was R\$ 60.13 billion in expenditure executed. This amount is 12.8% higher than the rate of the same period in 2013. Excluding the intrabudgetary expenditure and the independent public companies (CEDAE and Official Press) the execution was R\$ 56.72 billion: R\$ 39.11 billion were supported by resources from the Treasury and R\$ 17.61 billion from Other Sources, which represents, respectively, 10.8% and 14.2% of growth.

The current expenditure executed until October (R\$ 47.82 billion) showed a growth when compared to the values of the same period of 2013: 8.4%, or in absolute values, +R\$ 3.69 billion. The payroll expenditure reached the amount of R\$ 15.03 billion, an increase of 9.3% (+R\$ 1.28 billion). This change was motivated in large part by the improvements made in the careers of public servants of Security, Education, Civil Defense and Science and Technology.

The expenditure group Other Current Expenditures accounted for 53.3% (R\$ 30.24 billion) of total expenditures liquidated until this moment, excluding intrabudgetary expenditures. This group showed a growth rate of 7.9% compared to 2013. This increase is justified by strengthening of certain strategic actions, programs, developed by government.

The resources invested in Investment and Financial Investments reached R\$ 6.05 billion, an increase of R\$ 1.85 billion (+43.9%) in the same period of 2013. The amount executed was essential to support important public actions.

The Constitutional Mandatory Transfers showed slight increase of 2.1% (+R\$ 197.41 million). The calculation of the index shows the evolution of the public expenditure in certain places established by Law. Under the constitutional indices, the index of Education showed a small improvement when compared with the same period of last year (+0.98 percentage point). However, in a detailed analysis, it can be observed the strengthening of the execution index: increase of 4.0% in revenue base (+R\$ 1.06 billion), resulting a greater expenditure when compared to same period of 2013 (+8.1%, + R\$ 537.59 million).

In Public Health, the Constitutional index also indicated a similar execution of Education: growth on the base income as well in the expenditure side: +4.0% (+R\$ 1.06 billion) and 1.1% (+R\$ 29.23 million), respectively.



When compared to 2013, the FAPERJ index presented a revenue growth (+4.0%, +R\$ 626.27 million) and low implementation on the expenditure aspect (-4.8%, -R\$ 13.59 million). The FECAM also presented a growth in revenue base (+4.8%, + R\$ 282.72 million). However, this index showed an increase in the public spending (+5.6%, +R\$ 12.30 million). At least, the FEHIS index also presented increases on the base revenue (+5.7%, +R\$ 130.09 million) and on the expenditure executed (+5.2%, +R\$ 9.17 million).



## I. Economic Outlook

### I.I The Domestic and International Context<sup>1</sup>.

More than six years after the financial crisis plunged the world into recession, monetary policy looks nothing like it was before. Central banks know that global growth has been unstable, the debt is increasing and they are getting little help from government fiscal policies. Economic progress will again depend on monetary policy next year – how it will balance the prices, bond yields, the demand for commodities and exchange rates. The Fed, the Bank of England and the Bank of Canada indicate that they will begin to increase their rates in 2015, barring a significant softening of inflation. In contrast, the ECB, BOJ and People's Bank of China are on track to further cut interest rates and provide more liquidity via asset purchases and other means.

The US GDP grew 5.0% in the third quarter, the annualized rate, which is above the market forecast (+4.3%). The result is the strongest in more than a decade, supported by household consumption and by business investment. Thus, the US economy, helped by stronger labor market and the fall in oil prices, should enjoy faster economic growth next year. The expectation for 2015 is that the US GDP will grow 3.0%, unemployment stay at 5.3% and inflation will be close to 2.0%. It is observed that inflation below the target set by the Fed itself is a consequence of the oil price decline in November and a weak international economy.

Specifically in the Eurozone, the unemployment rate should gradually decline from 11.6% in 2014, according to ECB, to an average rate of 11.3% in 2015 and 10.8% in 2016. These figures indicate a fragile activity recovery. The growth forecast for the major economies of the block was revised downward in late 2014, but remained positive: Germany (+1.1%) and France (+0.7%). Moreover, confidence indicators have returned to the 2013 level, considering that were declining in early 2014. Another stress factor in the economy is the recent fall in oil prices, influencing prices (as a whole) in the region, making it impossible the ECB's inflation target (+2%). This situation increased the expectation for the ECB to resort to a new momentum, with a quantitative easing program seen as the most likely option.

The decision of the People's Bank of China to reduce the one-year deposit reference rate and lending rates to 2.75% (from 3%) and 5.6% (from 6%), respectively, took the markets by surprise. The bank had already signaled their reluctance to engage in monetary easing on a large scale. Instead, the focus of outside authorities: keep under control the levels of leverage in the economy. Credit growth has been a downward trend since the beginning of 2013, although it is still expanding at a rate well above the nominal GDP. Thus, despite a rapid recovery of the Chinese economy is unlikely, 2015 will not necessarily be another year of deceleration. The country still has powerful tools at their disposal – including cuts in interest rates and reserve requirements – to contain the slowdown. Recent pro-growth measures include the introduction of support for the housing market policies, cut the benchmark interest rate, and rapid growth in bank lending in November.

The Russian economy is in a difficult situation. The ruble depreciated by almost 50% to the dollar this year and the expectation of the Central Bank of Russia (CBR) is that the country's GDP will contract 4.5%-4.7% if oil prices remain low. The World Bank assessed in December that the Russian economy is expected to shrink 0.7% in 2015, but the contraction will be worse if oil prices remain falling.

In Brazil, the Gross Domestic Product (GDP) was stable in the third quarter 2014 compared to the previous one, showing a slight increase of 0.1%, which was enough to remove the country from a technical recession in the second

<sup>1</sup> This analysis uses data available to January 02, 2015.



quarter. Compared to the same quarter last year, the variation was -0.2%. Considering the accumulated in the year to the third quarter there was an increase of 0.2%; and in the 12-months grew by 0.7%.

Industry data shows that the sector is showing results below those of 2013 (variation accumulated in the year: -1.4%), but there was an improvement in the third quarter compared to the previous (+1.7%). During this period, Oil & Gas and Mining rose by 2.2% in the second quarter, and Manufacturing Industry increased 1.3% after presenting negative results. The index accumulated in the year was not only worse due to the Oil & Gas and Mining (+7.3%). The Agriculture sector, which stood out in 2013, has been showing deceleration from the beginning of the year, and ended the quarter negative (-1.9%) over the previous quarter, but still has a positive result of 0.9 % accumulated in the year. The Services sector, which had a negative result in the previous quarter (-0.5%), have registered an increase of 0.5%; standing out Transport, storage and postal services (+ 1.4%). In the period of 12 months, the Service sector showed good result (+1.2%) compared to the other sectors, particularly Information Services (+4.6%).

On the demand side, Household Consumption fell in the third quarter compared to the previous (-0.3%). Gross Fixed Capital Formation recorded an increase of 1.3%, after a bad result in the second quarter (-5.3%). However, when compared to the same quarter of 2013, it dropped 8.5%, the third consecutive fall in this comparison. This generated an accumulated result for the year of -7.4%, signaling a fall in domestic production. Market expectations<sup>2</sup> act toward a fall in Industrial Production at the end of the year (-2.5%), which should compromise the result of GDP (+0.1%).

Retail trade recorded in the third quarter a negative variation for the second consecutive time (-0.4%) compared to the prior. The same result occurs when compared to the same quarter last year. It is noteworthy that the third quarter in 2013 increased 3.4% compared to the previous quarter and 5.5% compared to the same quarter of 2012. Considering the extended retail trade in 2014, the situation proved even worse: -1.9% in the third quarter compared to the second; and

-4.3% compared to the same quarter of 2013. In the year (through October 2014), positive emphasis on 'Pharmaceutical, medical, orthopedic and perfumery articles' (+ 9.5%) and negative for 'Vehicles, motorcycles, parts and accessories' (-9, 4%).

In the external sector, the Balance of Trade registered in October the second consecutive deficit (US \$ -1.18 billion), after six months followed by monthly surpluses. Consequently, the balance between January and October 2014 reached

US

\$ -1.87 billion (US \$ -2.00 billion in the same period of 2013). In exports, also accumulated in the year, the sector of 'Crude oils' stood out positively (+40.8%). The 'Iron ores and concentrates' sector showed a strong negative result (-15.3%). In imports, stood out negatively sectors 'Vehicles' (-15.9%) and 'Parts and accessories for motor vehicles and tractors' (-11.9%).

The inflation measured by IPCA decelerated in October (+0.42%) if considered both the index in September (+0.57%), as in October 2013 (+0.57%). Positive highlights were observed in the sectors 'Food and Beverage' (+0.46%) and 'Transport' (+ 0.39%), which have great relevance in the calculation of the index. In 12 months (in October), the general index varied +6.59% (+5.84% in the same period of 2013). As for the YTD through October, there was an increase of 5.05% (+4.38% in October 2013), with emphasis on 'Education' (+8.15%) and 'Accommodation' (+7.51%). For the end of 2014, market expectations<sup>3</sup> are for growth of 6.38% in the year.

<sup>2</sup> Focus Bulletin of December 26, 2014.

<sup>3</sup> Idem



According to CAGED/MTE, more than 30 thousand job positions were shut down in October, that is, the total of disconnections was higher than the total number of admissions, especially (negative) for the construction industry. This directly affected the result in the year through October, which recorded a little more than 900 thousand jobs. It is the first time since the series began in 2002 that the accumulated in 10 months recorded less than one million net registered workers, and this represented a number 38% lower than in the same period of 2013.

The collection of federal revenues both administered by the RFB and by other agencies amounted to R \$ 968.7 billion YTD through October 2014. This result represented the nominal increase of 6.75% and real increase of 0.45% (IPCA), compared to the same period of 2013. In September 2014, the monthly federal revenues totaled R \$ 90.7 billion. In October there was nominal growth of 5.16% and real reduction of only 1.33%, compared to the same month of 2013, reaching R \$ 106.2 billion.

Among the several factors that contributed to this result YTD, there are: adherence to debt installments, established by Law No. 12,996/2014; drop in the collection of Income Tax/Social Contribution, especially in the months of January and February; extraordinary revenue in May 2013 related to the COFINS/PIS and Income Tax/Social Contribution, due to legal deposit and sale of shares, respectively; tax cuts, especially on payroll, food parcel and ICMS in the tax base of PIS/COFINS-Import.

The main declines seen in January-October 2014 over last year were recorded in the following taxes: CIDE-fuels (-18.8%); CSLL- Financial Institutions (-11.1%); IPI-Beverages (-1.7%). On the positive side, the following increases are: COFINS-Financial Entities (+ 32.3%); IPI-Cars (+ 23.9%); PIS/PASEP-Financial Entities (+ 20.3%); and IRRF-Capital Income (+16.7%).

## I.II Economic Activity in Rio de Janeiro

*Industry.* The performance of the industry Rio de Janeiro in October showed growth of 1.9% over the previous month. Compared to the same period last year, fell by 7.3%. The state performance is different from national, where industrial production was stable in comparison to September, and decreased 3.6% compared to October 2013. This background also reflects the uncertainties and adjustments that have characterized the International and Brazilian economies. From January to October, the Rio de Janeiro industry has reported loss of 3.9%, scenario that repeats itself when Brazil is assessed, dropping 3.0%. In the last 12 months, Rio de Janeiro industrial sector is down 3.6%, and the national sector had decrease of 2.6%.

In terms of the main aggregates in Rio de Janeiro, Oil & Gas and Mining and Manufacturing Industry grew by 1.8% and a decrease of 10.6%, respectively, in October over last year. Nationally, Oil & Gas and Mining and Manufacturing Industry also showed the same movement, growth of 6.3% and down 4.7%, respectively, over the same period 2013.

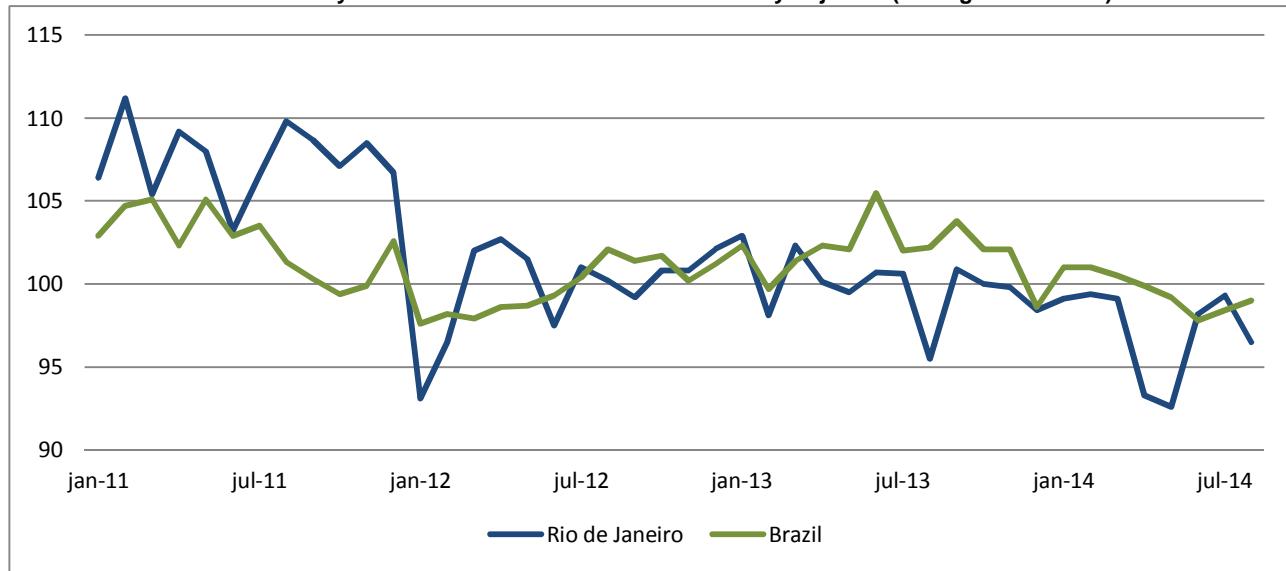
The analysis of the thirteen activities that the manufacturing industry is disaggregated in the ERJ shows eleven slowdowns in industrial production compared to the previous month. The main negative impact came from the Coke Fuel, Oil Products and Biofuels industry (-14.7%), influenced mainly by the lower production of diesel oil, gasoline, liquefied petroleum gas, aviation kerosene and lubricating oils. It is also worth mentioning the decreases of Printing and Recording (-54.8%); Motor Vehicles, Trailers and Bodywork (-16.8%); Pharmaceutical (-14.4%); Metallurgy (-4.8%); and Food Products (-9.2%), explained largely by lower production of security printing (checks, warrants, bearer securities, postage or revenue etc.), custom printed paper money and newspapers printed to order, the first branch; trucks and 26 cars in the second; drugs, in the third; thick carbon steel coils, leaves the tin, coils or sheets of galvanized steel and aluminum alloys, unwrought, the fourth branch; and ice cream, popsicles and ices products, granulated sugar, prepared or preserved fish and wheat flour, at last. On the other hand, the most important positive



contribution came from Maintenance, Repair and Installation of Machinery and Equipment (10.3%), driven especially by the greater amount of services provided in the maintenance and repair of aircraft turbines and engines aviation and in machinery and equipment for industrial use.

YTD through October, over the same period in 2013, the industrial production of Rio de Janeiro signaled a decline of 3.9%, featuring eleven of the thirteen activities surveyed on a downward trend in production. The main negative impact on the overall average was Motor Vehicles, Trailers and Bodywork (-24.9%), especially due to the reduced production of trucks, cars and chassis with engines for buses or trucks. Also highlight the decreases of the Coke Fuel, Oil Products and Biofuels (-2.7%), Other Chemicals (-10.0%), Pharmaceutical (-14.6%) and Metallurgy (-4.1%), mainly explained by the decrease in production of diesel oil and fuel oil; lubricating oils, paints and varnishes for printing insecticides for use in agriculture and paints and varnishes dissolved in a nonaqueous medium (except for automotive and construction purposes); drugs; and leaves the tin, aluminum alloys, unwrought and thick coils of carbon steel, respectively. On the other hand, the Maintenance, Repair and Installation of Machinery and Equipment brought the most relevant positive contribution to the manufacturing industry (+8.7%), driven mainly by greater amount of services provided in the maintenance and repair of machinery and equipment for industrial uses, aircraft, turbines and jet engines, non-electric motors and ships or other vessels.

**Graph 1**  
**General Industry – Brazil and Rio de Janeiro – seasonally adjusted (average 2012 = 100)**



Source: PIM/IBGE

**Commerce.** Retail sales (restricted) in Rio de Janeiro increased 3.5% from January to October, very close to observations throughout the year. However, assessing the growth accumulated in 12 months, retail sales (restricted) have slowed over 2014, when it began the year with growth of around 5.0% and presented growth of 3.8% in October. This behavior is also observed in the country where the retail (restricted) in January-October increased by 2.5%, but in 12 months there was a slowdown (approximately +4.5% in the first quarter to +3.1% in October).

The retail growth in the state in 2014 is explained by the performance of 'Hypermarkets, supermarkets, food products, beverages and tobacco' (+4.5%), which is the segment with the greatest weight in the index. Also noteworthy: 'Pharmaceutical, medical, orthopedic and perfumery articles' (+4.9%) and 'Fuels and lubricants' (+4.1%). The worst result was on account of 'Equipment and office supplies, computer and communication' (-10.8%), a sector that has grown significantly in 2013 due to federal incentives.



In the country, the segment that pulled the index was 'Pharmaceutical, medical, orthopedic and perfumery articles' (+9.5%), given that the segment 'Hypermarkets, supermarkets, food products, beverages and tobacco' presented low growth (+1.8%).

The expanded retail sales, on the other hand, did not show the same effect in January-October, growing only 1.5% in Rio de Janeiro and decreasing 1.5% in the country. This difference is explained by the drop in sales of the segment 'Vehicles, motorcycles, parts and accessories' (-2.1% in the state and -9.4% in the country), due to the decrease in the consumption of durable goods this year and lower demand for credit, given the high household indebtedness and the cost of credit, which rose by over 20% in the year.

**Table 1**  
**Volume of retail sales – variation period over period (%)**

Activity	Jan.–Oct.		October	
	Rio de Janeiro	Brasil	Rio de Janeiro	Brasil
Fuels and lubricants	4.1	2.9	3.9	1.8
Hypermarkets, supermarkets, foods, beverages and tobacco	4.5	1.8	4.6	1.3
Textiles, clothing and footwear	0.1	-0.9	1.7	0.4
Furniture and appliances	-3.7	1.0	-8.1	-1.8
Pharmaceuticals, medicals, orthopedics, perfumery and cosmetics	4.9	9.5	7.3	9.8
Books, newspapers, magazines and stationery	-6.8	-7.7	-13.3	-13.5
Equipment and office supplies, computer and communication	-10.8	-3.7	-15.1	0.1
Other articles of personal and domestic use	8.5	7.6	22.0	5.1
<b>Retail Trade</b>	<b>3.5</b>	<b>2.5</b>	<b>5.4</b>	<b>1.8</b>
Vehicles, motorcycles, parts and pieces	-2.1	-9.4	-0.2	-11.2
Building material	-0.4	0.2	-0.4	-0.2
<b>Expanded Retail Trade</b>	<b>1.5</b>	<b>-1.5</b>	<b>3.1</b>	<b>-2.6</b>

Source: PMC/IBGE.

### I.III Labor Market

The economically active population (PEA, in Portuguese) in the metropolitan region of Rio de Janeiro (RMRJ) 1.5% in the period from January to October this year, YoY. This decrease in the state in 2014 is explained by the phenomenon 'nem-nem': people between 15 and 29 who are neither (nem) in the labor market, nor (nem) in the education system. In the country, the index for the PEA in the first ten months of 2014 shows a reduction of 0.85%. This reduction in the labor force is the largest contributor to the reduction of the unemployment rate in the state, which remains below 4% since November 2013: 3.8% in October 2014.

As for the employed population in Rio de Janeiro, it is slightly lower (-0.26%) in January-October 2014, compared to the same period 2013. It may be noted that this result is given by combination between the positions of the occupation: the registered workers grew by 1.4% in the period; while the informal sector (36% in October) fell, self-employment increased 0.82% and unregistered workers decreasing 8.7%. Still outnumber 'Military or civil servants' (+3.7%).

Assessing the economic sectors in the period, the occupation of Rio de Janeiro was driven by hiring in the sector 'Public administration and defense, social security, education, health and social services' (+2.2%), accounting for 20% of employment in October, 'Other services' (+0.39%), accounting for 21%, and 'Trade, repair of motor vehicles and personal and household goods' (+ 0.32%), accounting for 17%. On the other hand, the sectors with decrease in



employment were: 'Domestic services' (-6.5%), accounting for 6%, 'Construction' (-2.8%), accounting for 8%, 'Financial intermediation and real estate activities, rents and services rendered to enterprises' (-1.8%), accounting for 16%, and 'Quarrying and processing and production and distribution of electricity, gas and water' (-0.32%), accounting for 12%.

As for formal jobs, CAGED data show that in the period there were net admissions in the state of Rio de Janeiro, totaling 58,371 positions, less than in the previous year (89,420 net admissions in the period). This result is due to the lower volume of net admissions in 'Manufacturing Industry' sector (-85.9% over 2013). Also noteworthy is 'Services', which generated the highest number of net admissions (+10.0%) over in 2013 from January to October 2014.

Regarding the average real income – at prices of October 2014 – of workers in RMRJ, there was significant real increase (+4.6%) in the year. Interestingly, the average real income of registered workers in the state increased above the total in the period (+6.0%).

#### I.IV Inflation

In 2014, the National Consumer Price Index (IPCA) in the State of Rio de Janeiro changed by +0.36% in July and +0.53% in August. As for Brazil, the indexes in the same period were +0.57% and +0.42%, respectively. It should be noted that the Rio de Janeiro reached +5.58% YTD, variation greater than the same period of 2013 (+4.16%).

In the last 12 months, the change was 7.61%, up from 6.02% in the same period last year, and exceeding the target ceiling. Regarding Brazil, accumulated in the year was 6.60%, also above the limit. It is observed that the target set by the Central Bank for inflation in 2014 is 4.50%, with growth of 2 percentage points more or less. Thus, to contain the inflationary process, the Monetary Policy Committee – COPOM decided to raise the Selic rate by 0.25%, from 11.00% to 11.25%<sup>4</sup>.

**Table 2**  
**Variation of IPCA without seasonal adjustment**

Index 5th period of two months	RJ		YTD (October)		YoY (October)	
	September	October	RJ	BR	RJ	BR
<b>General Index</b>	<b>0.36</b>	<b>0.53</b>	<b>5.58</b>	<b>5.05</b>	<b>7.61</b>	<b>6.59</b>
Foods and Beverages	0.52	0.39	7.39	6.06	9.03	7.61
Housing	0.17	1.16	5.45	7.51	8.26	8.82
Household Articles	0.46	-0.38	5.76	5.54	7.95	6.89
Clothing	0.39	0.30	2.93	2.36	5.22	4.05
Transport	0.72	0.40	3.77	1.90	5.70	4.16
Health and Personal Care	0.44	0.53	6.05	6.03	6.95	6.89
Personal Expenses	-0.27	0.87	6.86	7.04	10.80	9.05
Education	0.10	0.23	9.12	8.15	9.60	8.29
Communication	0.40	0.00	-0.51	-1.60	0.86	-0.47

Source: IPCA/IBGE.

The groups with the highest increases in October were: Housing (+1.16%), Personal Expenses (+0.87%) and Health and Personal Care (+0.53%). The Housing was pushed mainly by increase in fuel and energy (+ 2.05%). Regarding the Personal Expenses, it was influenced by personal services (+0.86%). Regarding the Health and Personal Care, the

<sup>4</sup> At the last meeting of COPOM, on December 3<sup>rd</sup>, 2014, the Selic rate was raised to 11.75%.



item Health Services pressured it (+0.64%). Among the activities with the smallest variations in the period: Household Articles (-0.38%) had deflation, and Communication remained stable.

#### **I.V External Sector**

Exports made through RJ reached US \$ 19.2 billion in January-October, up 18.2% over the same period of 2013. This result was due to the increase in July-August 2014, considering that the value in the last two months was lower than in the previous year (-7.7%). On the import side, there was a reduction of entry of goods (+2.4%), reaching US \$ 18.4 billion. The increase was due to the acceleration of imports in September-October, when imports increased by 25.5%. The balance for the period was a surplus of US \$ 836 million, very different from the result last year, when it was deficit of \$ 1.7 billion.



## I. Panorama Econômico

### I.I O Contexto Internacional e Doméstico<sup>5</sup>.

Mais de seis anos após a crise financeira ter mergulhado o mundo em recessão, a política monetária não parece nada com o que era antes. Os Bancos Centrais sabem que o crescimento global tem sido instável, que a dívida está aumentando e que eles estão recebendo pouca ajuda de políticas fiscais dos governos. O progresso econômico dependerá novamente da política monetária no ano que vem – como vai equilibrar os preços, os rendimentos de títulos, a demanda de commodities e as taxas de câmbio. O FED, o Banco da Inglaterra e Banco do Canadá indicam que começarão a aumentar suas taxas em 2015, barrando uma suavização significativa da inflação. Em contraste, o BCE, BOJ e Banco Popular da China estão em vias de cortar ainda mais as taxas de juros e fornecer mais liquidez via compras de ativos e outros meios.

O PIB dos Estados Unidos avançou 5,0% no terceiro trimestre, na taxa anualizada, acima da previsão do mercado (+4,3%). O resultado é o mais forte em mais de uma década, apoiado pelo consumo das famílias e pelos investimentos das empresas. Dessa forma, a economia americana, ajudada por um mercado de trabalho mais forte e pela queda dos preços do petróleo, deve desfrutar de crescimento econômico mais rápido no próximo ano. A expectativa para 2015 é que o PIB americano cresça perto de 3,0%, o desemprego fique em 5,3% e a inflação não passe de 2,0%. Observa-se que a inflação abaixo da meta estabelecida pelo próprio Fed é consequência da queda do preço do petróleo em novembro e uma fraca economia internacional.

Especificamente na Zona do Euro, a taxa de desemprego deverá diminuir gradualmente de 11,6% em 2014, segundo ECB, para uma taxa média de 11,3% em 2015 e 10,8% em 2016. Este fator indica uma recuperação frágil da atividade. As previsões de crescimento para as principais economias do bloco foram revistas para baixo no final de 2014, mas ainda se mantêm positivas: Alemanha (+1,1%) e França (+0,7%). Por outro lado, os indicadores de confiança, que em 2014 estavam em declínio, agora estão de volta para o nível do final de 2013. Outro fator de tensão na economia é a recente queda dos preços do petróleo, que influenciaram os preços (como um todo) na região, o que tornou inviável a meta de inflação do BCE (+2%). Esta situação aumenta a expectativa do BCE lançar mão de um novo impulso, com um programa de *quantitative easing* visto como a opção mais provável.

A decisão do Banco Popular da China de diminuir a taxa de referência de depósito de um ano e as taxas de empréstimo para 2,75% (de 3%) e 5,6% (de 6%), respectivamente, tomou os mercados de surpresa. O banco já havia sinalizado a sua relutância em se envolver em flexibilização da política monetária em grande escala. Em vez disso, o foco das autoridades fora: manter sob controle os níveis de alavancagem na economia. O crescimento do crédito tem sido uma tendência descendente desde o início de 2013, embora ainda esteja em expansão a uma taxa bem acima da do PIB nominal. Dessa forma, apesar de uma recuperação rápida da economia chinesa seja improvável, 2015 não será necessariamente mais um ano de desaceleração. O país ainda tem poderosas ferramentas à sua disposição – incluindo cortes de taxas de juros e compulsório bancário – para conter a desaceleração. As recentes medidas pró-crescimento incluem a introdução de políticas de apoio ao mercado de habitação, corte na taxa básica de juros, e forte aumento nos empréstimos bancários em novembro.

A economia russa está em situação delicada. O rublo desvalorizou-se em quase 50% frente ao dólar este ano e a expectativa do Banco Central da Rússia (CBR) é que o PIB do país contraia 4,5%-4,7% caso os preços do petróleo

<sup>5</sup> Esta análise utiliza dados disponíveis até 02/01/2015.



continuem baixos. O Banco Mundial avaliou em dezembro que a economia russa deve encolher 0,7% em 2015, mas a contração será pior se os preços do petróleo se mantiverem em queda.

No Brasil, o resultado do Produto Interno Bruto (PIB) foi de estabilidade no terceiro trimestre de 2014 em relação ao trimestre anterior, apresentando ligeira alta de 0,1%, o que foi suficiente para sair do quadro de recessão técnica verificada no segundo trimestre. Na comparação com o mesmo trimestre do ano anterior, a variação foi de -0,2%. Considerando o acumulado no ano até o terceiro trimestre, houve alta de 0,2% e no acumulado em 12 meses, apresentou crescimento de 0,7%.

Dados da indústria mostram que o setor vem apresentando resultados inferiores a 2013 (variação no acumulado no ano: -1,4%), porém houve melhora no terceiro trimestre em relação ao anterior (+1,7%). Neste período, a 'Indústria extrativa' apresentou alta de 2,2% em relação ao segundo trimestre, e 'Indústria de transformação' cresceu 1,3% após apresentar resultados negativos. O índice acumulado no ano só não foi pior em função da 'Indústria extrativa' (+7,3%). O setor de 'Agropecuária', que se destacou em 2013, vem mostrando desaceleração desde o início do ano, e fechou o trimestre negativo (-1,9%) em relação ao trimestre anterior, mas ainda apresenta resultado positivo de +0,9% no acumulado no ano. Já o setor de 'Serviços', que vinha de um resultado negativo no trimestre anterior (-0,5%), registrou alta de 0,5%; destacando-se aí 'Transporte, armazenagem e correio' (+1,4%). No período acumulado de 12 meses, o setor 'Serviço' apresentou bom resultado (+1,2%) em comparação aos demais setores, com destaque para 'Serviços de informação' (+4,6%).

Pela ótica da demanda, 'Consumo das famílias' apresentou queda no terceiro trimestre em relação ao anterior (-0,3%). 'Formação bruta de capital fixo' registrou alta de 1,3%, depois de um péssimo resultado no segundo trimestre (-5,3%). No entanto, quando comparado com o mesmo trimestre de 2013, houve queda de 8,5%, a terceira queda seguida nessa comparação. Isto gerou um resultado acumulado no ano de -7,4% e vem sinalizando a queda da produção interna. As expectativas de mercado<sup>6</sup> atuam na direção de queda na produção industrial ao final do ano (-2,5%), o que deve comprometer o resultado do PIB (+0,1%).

O comércio varejista registrou, no terceiro trimestre, variação negativa pelo segundo período consecutivo (-0,4%) na comparação com o anterior. Esse mesmo resultado ocorre quando comparado com o mesmo trimestre do ano anterior. Registre-se que, em 2013, o terceiro trimestre cresceu 3,4% frente ao trimestre anterior, e 5,5% em comparação com o mesmo trimestre de 2012. Considerando o comércio varejista ampliado em 2014, a situação se mostrou ainda pior: -1,9% de variação no terceiro trimestre em relação ao segundo; e -4,3% quando comparado com o mesmo trimestre de 2013. No acumulado no ano (em outubro/2014), destaque positivo para 'Artigos farmacêuticos, médicos, ortopédicos, de perfumaria e cosméticos' (+9,5%) e negativo para 'Veículos, motocicletas, partes e peças' (-9,4%).

No setor externo, a balança comercial registrou em outubro o segundo déficit consecutivo (US\$ -1,18 bi), após seis meses seguidos de altas mensais. Consequentemente, o saldo entre janeiro e outubro de 2014 alcançou US\$ -1,87 bi (US\$ -2,00 bi no mesmo período de 2013). Nas exportações, também no acumulado no ano, o setor de 'Óleos brutos de petróleo' se destacou positivamente (+40,8%). Já o setor de 'Minérios de ferro e seus concentrados' apresentou forte resultado negativo (-15,3%). Nas importações, destacaram-se negativamente os setores 'Automóveis de passageiros' (-15,9%) e 'Partes e peças para veículos automóveis e tratores' (-11,9%).

A inflação medida pelo IPCA apresentou desaceleração em outubro (+0,42%) se considerados tanto o índice em setembro (+0,57%), quanto o do mês de outubro de 2013 (+0,57%). Destaques positivos foram observados nos

<sup>6</sup> Boletim Focus de 26/12/2014.



setores 'Alimentação e bebidas' (+0,46%) e 'Transportes' (+0,39%), que possuem grande relevância no cálculo do índice. No acumulado em 12 meses (em outubro), o índice geral variou 6,59% (+5,84% no mesmo período de 2013). Já no acumulado no ano até outubro, houve alta de 5,05% (+4,38% em outubro de 2013), com destaques para 'Educação' (+8,15%) e 'Habitação' (+7,51%). Para o final de 2014, as expectativas de mercado<sup>7</sup> são de alta de 6,38%.

De acordo com o CAGED/MTE, mais de 30 mil postos de trabalho foram fechados em outubro, isto é, o total de desligamentos foi superior ao total de admissões, com destaque (negativo) para a construção civil. Isso impactou diretamente no acumulado do ano em outubro, que registrou número um pouco superior a 900 mil vagas. É a primeira vez desde o início da série em 2002 que o acumulado em 10 meses registra menos de um milhão de postos líquidos com carteira assinada, e isto representou um número 38% inferior ao registrado no mesmo período de 2013.

A arrecadação das receitas federais, tanto administradas pela RFB quanto por outros órgãos, atingiu o valor de R\$ 968,7 bilhões de janeiro a outubro de 2014. Esse resultado representou o aumento nominal de 6,75% e real de 0,45% (IPCA), em relação ao mesmo período de 2013. Em setembro de 2014, a arrecadação federal mensal somou R\$ 90,7 bilhões. Em outubro houve crescimento nominal de 5,16% e redução real de apenas 1,33%, ante o mesmo mês de 2013, chegando ao valor de R\$ 106,2 bilhões.

Entre os diversos fatores que contribuíram para esse resultado no acumulado do ano, destacam-se: adesão aos parcelamentos de débitos, instituídos pela Lei nº 12.996/2014; redução na arrecadação do IRPJ/CSLL ocorrida, principalmente, nos meses de janeiro e fevereiro; arrecadação extraordinária, em maio de 2013, referente à COFINS/PIS e ao IRPJ/CSLL, em decorrência de depósito judicial e venda de participação societária, respectivamente; desonerações tributárias, em especial, folha de pagamento, cesta básica e ICMS na base de cálculo do PIS/COFINS – Importação.

Os principais decréscimos verificados no período janeiro-outubro de 2014, em relação ao mesmo período do ano anterior, foram registrados nos seguintes tributos: CIDE-combustíveis (-18,8%); CSLL- Entidades Financeiras (-11,1%); e IPI-Bebidas (-1,7%). Pelo lado positivo, destacam-se os seguintes aumentos: COFINS-Entidades Financeiras (+32,3%); IPI-Automóveis (+23,9%); PIS/PASEP-Entidades Financeiras (+20,3%); e IRRF-Rendimentos De Capital (+16,7%).

## I.II Atividade Econômica no Rio de Janeiro

**Indústria.** O desempenho da indústria fluminense em outubro apresentou crescimento de 1,9% em relação ao mês anterior. Comparando ao mesmo período do ano anterior, houve queda de 7,3%. O desempenho estadual destoou do nacional, onde a produção industrial ficou estável em relação a setembro, e apresentou queda (-3,6%) em relação a outubro de 2013. Tal quadro ainda reflete as incertezas e ajustes que têm caracterizado as economias internacional e brasileira. No acumulado de janeiro a outubro, a indústria fluminense registra resultado negativo de 3,9%, cenário que se repete quando avaliado o Brasil, que registrou queda de 3,0%. No acumulado dos últimos 12 meses, o setor industrial fluminense acumula queda de 3,6%, e o nacional obteve variação negativa de 2,6%.

Em termos dos principais agregados, a indústria extrativa e de transformação fluminense em outubro apresentaram crescimento de 1,8% e queda de 10,6%, respectivamente, em relação ao mesmo período do ano anterior. No âmbito nacional, as indústrias de extração e transformação também apresentaram o mesmo movimento, crescimento de 6,3% e queda de 4,7%, respectivamente, em relação ao mesmo período de 2013.

<sup>7</sup> Idem



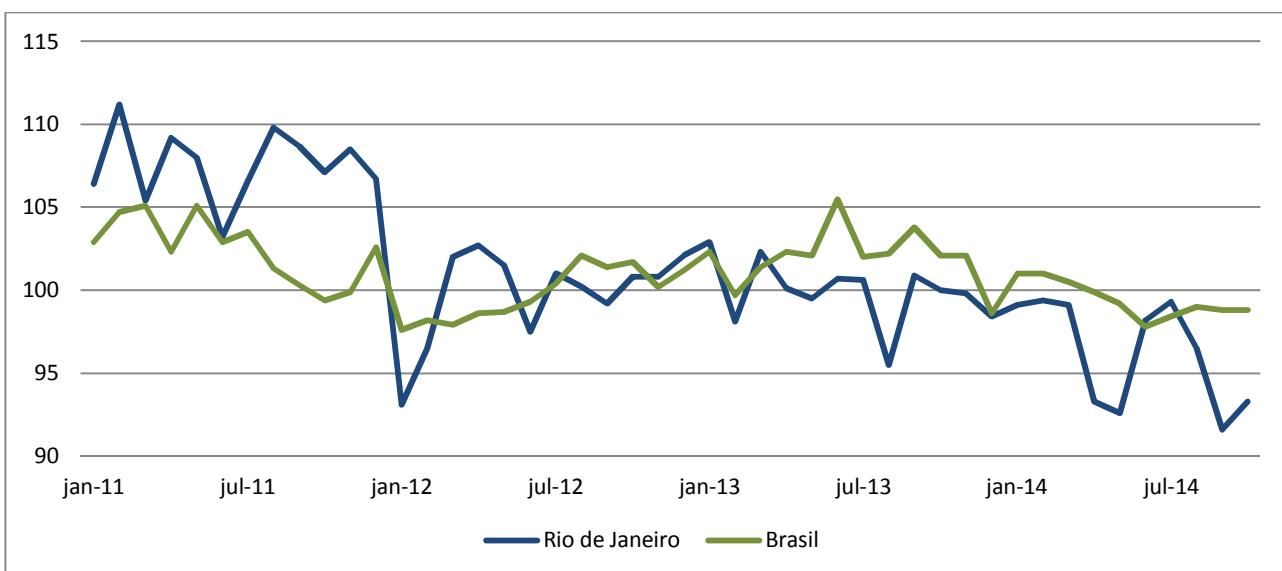
A análise das treze atividades que a indústria de transformação é desagregada no ERJ mostra onze em desaceleração da produção industrial em relação ao mês anterior. O principal impacto negativo ficou com o setor de Coque, Produtos Derivados de Petróleo e Biocombustíveis (-14,7%), pressionado, principalmente, pela menor fabricação de óleo diesel, gasolina automotiva, gás liquefeito de petróleo, querosenes de aviação e óleos lubrificantes. Vale mencionar também os recuos vindos de Impressão e Reprodução de Gravações (-54,8%), Veículos Automotores, Reboques e Carrocerias (-16,8%), Produtos Farmaquímicos e Farmacêuticos (-14,4%), Metalurgia (-4,8%) e Produtos Alimentícios (-9,2%), explicados, em grande medida, pela menor produção de impressos de segurança (cheques, cautelas, títulos ao portador, selos postais, fiscais etc.), papel-moeda impresso sob encomenda e jornais impressos sob encomenda, no primeiro ramo; de caminhões e 26 automóveis, no segundo; de medicamentos, no terceiro; de bobinas grossas de aços ao carbono, folhas-de-flandres, bobinas ou chapas de aços zincadas e ligas de alumínio em formas brutas, no quarto; e de sorvetes, picolés e produtos gelados comestíveis, açúcar cristal, preparações e conservas de peixes e farinha de trigo, no último. Por outro lado, a contribuição positiva mais importante veio do setor de Manutenção, Reparação e Instalação de Máquinas e Equipamentos (10,3%), impulsionado, especialmente, pela maior quantidade de serviços prestados na manutenção e reparação de aeronaves, turbinas e motores de aviação e em máquinas e equipamentos para usos industriais.

De janeiro a outubro de 2014, comparado ao mesmo período de 2013, a produção industrial do Rio de Janeiro assinalou recuo de 3,9%, com onze dos treze ramos pesquisados apontando queda na produção. O principal impacto negativo sobre a média global ficou com o setor de Veículos Automotores, Reboques e Carrocerias (-24,9%), pressionado especialmente pela menor fabricação de caminhões, automóveis e chassis com motor para ônibus ou para caminhões. Destacam-se também os recuos vindos de Coque, Produtos Derivados do Petróleo e Biocombustíveis (-2,7%), de Outros Produtos Químicos (-10,0%), de Produtos Farmaquímicos e Farmacêuticos (-14,6%) e de Metalurgia (-4,1%), explicados principalmente pela queda na produção de óleo diesel e óleos combustíveis; de aditivos para óleos lubrificantes, tintas e vernizes para impressão, inseticidas para uso na agricultura e tintas e vernizes dissolvidos em meio não aquoso (exceto para fins automotivos e construção); de medicamentos; e de folhas-de-flandres, ligas de alumínio em formas brutas e bobinas grossas de aços ao carbono, respectivamente. Em sentido oposto, o setor de Manutenção, Reparação e Instalação de Máquinas e Equipamentos (8,7%) exerceu a contribuição positiva mais relevante sobre o total da indústria, impulsionados, sobretudo, pela maior quantidade de serviços prestados na manutenção e reparação de máquinas e equipamentos para usos industriais, de aeronaves, turbinas e motores de aviação, de máquinas motrizes não-elétricas e de navios ou outras embarcações.



Gráfico 1

Indústria Geral – Brasil e Rio de Janeiro – com ajuste sazonal (média de 2012 = 100)



Fonte: PIM/IBGE

**Comércio.** O comércio varejista (restrito) no Rio de Janeiro cresceu 3,5% de janeiro a outubro, resultado muito próximo ao observado ao longo do ano. Contudo, avaliando o crescimento acumulado em 12 meses, as vendas do varejo (restrito) têm desacelerado ao longo de 2014, quando iniciou o ano com crescimento em torno de 5,0% e em outubro apresenta variação de 3,8%. Esse comportamento também é observado no país, onde o varejo (restrito) em janeiro-outubro cresceu 2,5%, mas em 12 meses houve desaceleração (de aproximadamente +4,5% no primeiro bimestre para +3,1% em outubro).

O crescimento do varejo no estado em 2014 é explicado pelo desempenho de 'Hipermercados, supermercados, produtos alimentícios, bebidas e fumo' (+4,5%), sendo este o segmento com maior peso no índice. Também se destacam: 'Artigos farmacêuticos, médicos, ortopédicos, de perfumaria e cosméticos' (+4,9%) e 'Combustíveis e lubrificantes' (+4,1%). O pior resultado ficou por conta de 'Equipamentos e materiais para escritório, informática e comunicação' (-10,8%), setor que cresceu significativamente em 2013 devido a incentivos federais.

No país, o segmento que puxou o índice foi 'Artigos farmacêuticos, médicos, ortopédicos, de perfumaria e cosméticos' (+9,5%), tendo em vista que o segmento 'Hipermercados, supermercados, produtos alimentícios, bebidas e fumo' apresentou crescimento baixo (+1,8%).

O comércio varejista ampliado, por outro lado, não apresenta o mesmo vigor no período janeiro-outubro, crescendo apenas 1,5% no Rio de Janeiro e decrescendo 1,5% no país. Essa diferença é explicada pela queda nas vendas do segmento 'Veículos, motocicletas, partes e peças' (-2,1% no estado e -9,4% no país), decorrência do arrefecimento do consumo de bens duráveis este ano e menor apetite pelo crédito disponível, dado o elevado endividamento das famílias e do custo de crédito, que se elevou em mais de 20% no ano.



**Tabela 1**  
**Volume de vendas do comércio varejista – variações em relação a igual período do ano anterior (%)**

Atividade	Janeiro-Outubro		Outubro	
	Rio de Janeiro	Brasil	Rio de Janeiro	Brasil
Combustíveis e lubrificantes	4,1	2,9	3,9	1,8
Hipermercados, supermercados, produtos alimentícios, bebidas e fumo	4,5	1,8	4,6	1,3
Tecidos, vestuário e calçados	0,1	-0,9	1,7	0,4
Móveis e eletrodomésticos	-3,7	1,0	-8,1	-1,8
Artigos farmacêuticos, médicos, ortopédicos, de perfumaria e cosméticos	4,9	9,5	7,3	9,8
Livros, jornais, revistas e papelaria	-6,8	-7,7	-13,3	-13,5
Equipamentos e materiais para escritório, informática e comunicação	-10,8	-3,7	-15,1	0,1
Outros artigos de uso pessoal e doméstico	8,5	7,6	22,0	5,1
<b>Comércio varejista</b>	<b>3,5</b>	<b>2,5</b>	<b>5,4</b>	<b>1,8</b>
Veículos, motocicletas, partes e peças	-2,1	-9,4	-0,2	-11,2
Material de construção	-0,4	0,2	-0,4	-0,2
<b>Comércio varejista ampliado</b>	<b>1,5</b>	<b>-1,5</b>	<b>3,1</b>	<b>-2,6</b>

Fonte: PMC/IBGE.

### I.III Mercado de Trabalho

A população economicamente ativa (PEA) da região metropolitana do Rio de Janeiro (RMRJ) decresceu 1,5% no período de janeiro-outubro deste ano, na comparação anual. Esta diminuição no estado em 2014 é explicada pelo fenômeno “nem-nem”: pessoas entre 15 e 29 anos que não estão *nem* no mercado de trabalho, *nem* no sistema de ensino. No país, o índice para a PEA nos dez primeiros meses de 2014 mostra redução de 0,85%. Essa redução da PEA é o que mais contribui para a redução da taxa de desocupação no estado, a qual se mantém abaixo de 4% desde novembro de 2013: 3,8% em outubro de 2014.

Quanto à população ocupada no Rio de Janeiro, esta se encontra ligeiramente inferior (-0,26%) no período janeiro-outubro de 2014, na comparação com igual período de 2013. Pode-se observar que este resultado é dado pela combinação entre as posições da ocupação: os postos de trabalho ‘Com carteira assinada’ apresentaram crescimento de 1,4% no período; já o setor informal (36% do total em outubro) apresentou queda, com empregos ‘Contra própria’ aumentando 0,82% e ‘Sem carteira assinada’ diminuindo 8,7%. Ainda se sobressaem os postos de trabalho ‘Militares ou funcionários públicos estatutários’ (+3,7%).

Avaliando os setores econômicos no período, a ocupação no Rio de Janeiro foi impulsionada pelas contratações no setor ‘Administração pública, defesa, segurança social, educação, saúde e serviços sociais’ (+2,2%), correspondendo a 20% da ocupação em outubro, ‘Outros serviços’ (+0,39%), correspondendo a 21%, e ‘Comércio, reparação de veículos automotores e de objetos pessoais e domésticos’ (+0,32%), correspondendo a 17%. Por outro lado, os setores que apresentaram retração na ocupação foram: ‘Serviços domésticos’ (-6,5%), correspondendo a 6%, ‘Construção’ (-2,8%), correspondendo a 8%, ‘Intermediação financeira e atividades imobiliárias, aluguéis e serviços prestados à empresa’ (-1,8%), correspondendo a 16%, e ‘Indústria extrativa e de transformação e produção e distribuição de eletricidade, gás e água’ (-0,32%), correspondendo a 12%.

Tratando apenas dos empregos com carteira assinada, os dados do CAGED mostram que no período houve admissões líquidas no Estado do Rio de Janeiro no total de 58.371 postos, resultado inferior ao observado no ano anterior (89.420 admissões líquidas no período). Este resultado é decorrente do menor volume de admissões líquidas



no setor 'Indústria de Transformação' (-85,9% em relação a 2013). Destaca-se também o setor de 'Serviços', que de janeiro a outubro de 2014 gerou maior número de admissões líquidas (10,0%) que em 2013.

Quanto ao rendimento médio real – preços de outubro de 2014 – dos trabalhadores na RMRJ, houve aumento real expressivo (+4,6%) no ano. É interessante observar que o rendimento médio real dos trabalhadores com carteira assinada no estado aumentou acima do total no período (+6,0%).

#### I.IV Inflação

Em 2014, o Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA) no Estado do Rio de Janeiro registrou variação de 0,36% e 0,53%, nos meses de julho e agosto respectivamente. Em relação ao Brasil, os índices apresentados no mesmo período foram de 0,57% e 0,42%. Ressalte-se que o Rio de Janeiro alcançou no acumulado do ano 5,58%, variação superior ao mesmo período de 2013 (+4,16%).

Nos últimos 12 meses, a variação foi de 7,61%, acima dos 6,02% registrados no mesmo período do ano anterior e ultrapassando o teto da meta. No que tange o Brasil, o acumulado no ano foi 6,60%, também acima do limite. Observa-se que a meta estabelecida pelo Banco Central para inflação em 2014 é 4,50%, com variação de 2 p.p. para mais ou para menos. Dessa forma, para conter o processo inflacionário, o Comitê de Política Monetária – COPOM decidiu elevar a taxa SELIC em 0,25%, de 11,00% para 11,25%<sup>8</sup>.

<sup>8</sup> Na última reunião do COPOM, em 03 de dezembro de 2014, a taxa Selic foi elevada para 11,75%.



**Tabela 2**  
**Variação do IPCA sem ajuste sazonal (%)**

Índice 4º Bimestre	RJ		No ano (Outubro)		Em 12 meses (Outubro)	
	Setembro	Outubro	RJ	BR	RJ	BR
<b>Índice Geral</b>	<b>0,36</b>	<b>0,53</b>	<b>5,58</b>	<b>5,05</b>	<b>7,61</b>	<b>6,59</b>
Alimentação e bebidas	0,52	0,39	7,39	6,06	9,03	7,61
Habitação	0,17	1,16	5,45	7,51	8,26	8,82
Artigos de Residência	0,46	-0,38	5,76	5,54	7,95	6,89
Vestuário	0,39	0,30	2,93	2,36	5,22	4,05
Transportes	0,72	0,40	3,77	1,90	5,70	4,16
Saúde e Cuidados Pessoais	0,44	0,53	6,05	6,03	6,95	6,89
Despesas Pessoais	-0,27	0,87	6,86	7,04	10,80	9,05
Educação	0,10	0,23	9,12	8,15	9,60	8,29
Comunicação	0,40	0,00	-0,51	-1,60	0,86	-0,47

Fonte: IPCA/IBGE.

Os grupos que apresentaram as maiores altas em outubro foram: Habitação (+1,16%), Despesas Pessoais (+0,87%) e Saúde e Cuidados Pessoais (+0,53%). O grupo Habitação foi pressionado, principalmente, pelo aumento dos combustíveis e energia (+2,05%). Em relação ao grupo Despesas Pessoais, este foi influenciado pelo aumento de preço dos serviços pessoais (+0,86%). No que tange o grupo Saúde e Cuidados Pessoais, o item Serviços de Saúde exerceu pressão sobre o mesmo (+0,64%). Entre os grupos que apresentaram as menores variações no período: Artigos de Residência (-0,38%) apresentou deflação, e Comunicação permaneceu estável.

#### I.V Setor Externo

As exportações realizadas pelo RJ alcançaram US\$ 19,2 bilhões de janeiro a outubro, crescimento de 18,2% em relação a igual período de 2013. Este resultado se deu devido ao aumento observado em julho e agosto de 2014, tendo em vista que o valor no último bimestre foi inferior ao observado no ano anterior (-7,7%). Do lado das importações, houve aumento de entrada de mercadorias (+2,4%), alcançando US\$ 18,4 bilhões. O aumento se deu pela aceleração das importações no 5º bimestre, quando as importações aumentaram 25,5%. O saldo no período foi de superávit de US\$ 836 milhões, resultado muito diferente ao obtido no mesmo período de 2013, quando foi observado déficit de US\$ 1,7 bilhão.



## II. Metas Bimestrais de Arrecadação e Cronograma de Desembolso do Estado do Rio de Janeiro

As receitas e metas bimestrais de arrecadação para 2014 foram divulgadas no Anexo I da Resolução SEFAZ N° 723 de Fevereiro de 2014.

### - Receita Total Realizada

**Bimestre:** R\$ 11.220,57 milhões / 107,9% da meta realizada.

**Acumulado:** R\$ 65.675,68 milhões / 105,0% da meta realizada.

**Tabela 3**

**Metas de Receita**

(R\$ milhões)

DISCRIMINAÇÃO	META DE RECEITA (SET - OUT) 2014	RECEITA REALIZADA (SET - OUT) 2014	% REALIZADO SOBRE A META DO BIMESTRE	META DE RECEITA (JAN - OUT) 2014	RECEITA REALIZADA (JAN - OUT) 2014	% REALIZADO SOBRE A META ACUMULADA
RECEITAS CORRENTES (1)	10.169,28	9.475,01	93,2%	55.282,58	54.685,75	98,9%
RECEITAS DE CAPITAL (1)	227,74	1.745,56	766,5%	7.242,77	10.989,93	151,7%
<b>TOTAL</b>	<b>10.397,02</b>	<b>11.220,57</b>	<b>107,9%</b>	<b>62.525,35</b>	<b>65.675,68</b>	<b>105,0%</b>

Fonte: SIG - Sistema de Informações Gerenciais do Rio de Janeiro em 17/11/2014.

Nota: Segundo artigo 13º da LRF.

(1) Valores incluem Receitas Intraorçamentárias.

As receitas correntes<sup>9</sup> são os ingressos de recursos financeiros oriundos das atividades operacionais que não decorrem de uma mutação patrimonial, ou seja, são receitas efetivas.

Já as receitas de capital<sup>10</sup> são as entradas de recursos financeiros decorrentes de atividades operacionais ou não operacionais derivadas da obtenção de recursos mediante a constituição de dívidas, amortização de empréstimos e financiamentos ou alienação de componentes do ativo permanente.

A receita total realizada, no quinto bimestre de 2014, atingiu o montante de R\$ 11.220,57 milhões, valor que ultrapassou a meta estipulada em + 7,9%; + R\$ 823,55 milhões.

No acumulado, a meta também foi excedida em + 5,0%; + R\$ 3.150,32 milhões.

*No quinto bimestre de 2014, a receita total realizada pelo Estado do Rio de Janeiro superou a meta em 7,9%.*

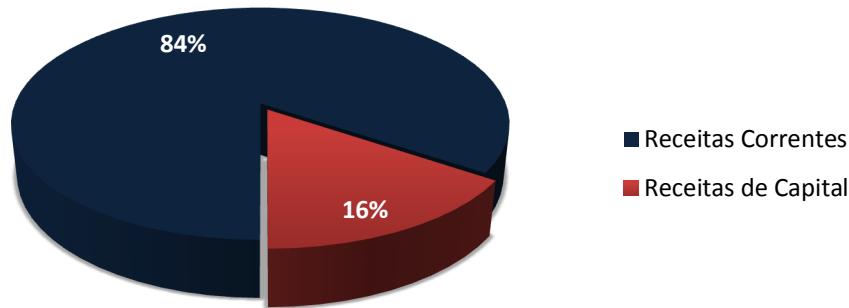
<sup>9</sup> Fonte: Manual de Procedimentos de Receitas Públicas do Tesouro Nacional, página 24, 4ª Edição.

<sup>10</sup> Fonte: Manual de Procedimentos de Receitas Públicas do Tesouro Nacional, página 27, 4ª Edição.



Gráfico 2

## Composição da Receita Total 5º Bimestre



Fonte SIG - Sistema de Informações Gerenciais do Rio de Janeiro

A superação da meta, no bimestre quanto no acumulado, decorreu, principalmente, das receitas de capital. No bimestre, essas receitas ultrapassaram a meta em + R\$ 1.517,82 milhões e, no acumulado, a meta foi superada em + R\$ 3.747,15 milhões. A receita de operações de crédito que foi a principal colaboradora para o cumprimento e a superação da meta no bimestre e no acumulado. Mais informações acerca das receitas de capital na seção IV.II.

Já as receitas correntes obtiveram performance aquém da meta tanto no bimestre quanto no acumulado: - R\$ 694,27 milhões e – R\$ 596,83 milhões, respectivamente. Tal resultado foi influenciado, principalmente, pelas Receitas Tributárias, principal receita do estado, que ficou abaixo da meta tanto no bimestre como no acumulado. No bimestre, a receita corrente atingiu o valor de R\$ 9.475,01 milhões (93,2% da meta prevista), já no acumulado, as essas receitas chegaram a 54.685,75 milhões, o que representa 98,9% da meta estipulada.

**- Receita Corrente Realizada**

**Bimestre:** R\$ 9.475,01 milhões / 93,2% da meta realizada.  
**Acumulado:** R\$ 54.685,75 milhões / 98,9% da meta realizada.

**Tabela 4**  
**Metas de Receita**

(R\$ milhões)

DISCRIMINAÇÃO	META DE RECEITA (SET - OUT) 2014	RECEITA REALIZADA (SET - OUT) 2014	% REALIZADO SOBRE A META DO BIMESTRE	META DE RECEITA (JAN - OUT) 2014	RECEITA REALIZADA (JAN - OUT) 2014	% REALIZADO SOBRE A META ACUMULADA
<b>RECEITAS CORRENTES (1)</b>	<b>10.169,28</b>	<b>9.475,01</b>	<b>93,2%</b>	<b>55.282,58</b>	<b>54.685,75</b>	<b>98,9%</b>
TRIBUTÁRIA	7.359,11	6.640,61	90,2%	37.216,79	34.985,51	94,0%
CONTRIBUIÇÕES	224,67	289,23	128,7%	1.122,52	1.477,50	131,6%
PATRIMONIAL	589,58	727,29	123,4%	6.712,59	7.387,02	110,0%
AGROPECUÁRIA	0,08	0,02	25,7%	0,40	0,06	14,3%
INDUSTRIAL	32,83	75,81	230,9%	164,16	152,59	93,0%
SERVIÇOS	86,79	74,78	86,2%	400,68	312,84	78,1%
TRANSF. CORRENTES	1.008,39	950,23	94,2%	5.275,71	4.936,98	93,6%
OUTRAS	304,42	540,39	177,5%	1.564,24	2.423,24	154,9%
INTRAORÇAMENTÁRIA	563,42	176,66	31,4%	2.825,50	3.010,01	106,5%

Fonte: SIG - Sistema de Informações Gerenciais do Rio de Janeiro em 17/11/2014.

Nota: Segundo artigo 13º da LRF.

(1) Valores incluem Receitas Intraorçamentárias.

As receitas correntes são classificadas nos seguintes níveis de origem<sup>11</sup>:

- Receita Tributária: Arrecadação de impostos, taxas e contribuições de melhoria.
- Receita de Contribuições: Contribuições sociais, de intervenção no domínio econômico e de interesse das categorias profissionais ou econômicas.
- Receita Patrimonial: Rendimentos sobre investimentos do ativo permanente, de aplicações de disponibilidades em operações de mercado e outros rendimentos oriundos de renda de ativos permanentes.
- Receita Agropecuária: Receita da atividade ou da exploração agropecuária de origem vegetal ou animal.
- Receita Industrial: Receita da atividade industrial de extração mineral, de transformação, de construção e outras, definidas como

**A receita corrente realizada, no 5º bimestre de 2014, realizou o total de R\$ 9.475,01 milhões.**

<sup>11</sup> Fonte: Manual de Procedimentos de Receitas Públicas do Tesouro Nacional, página 25, 4ª Edição.



atividades industriais de acordo com a Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE.

f) Receita de Serviços: Receita da prestação de serviços de transporte, saúde, comunicação, portuária, armazenagem, inspeção e fiscalização, judiciária, processamento de dados, vendas de mercadorias e produtos inerentes à atividade da entidade e outros serviços.

g) Transferência Corrente: Ingresso proveniente de outros entes ou entidades, referente a recursos pertencentes ao ente ou entidade recebedora ou ao ente ou entidade transferidora, efetivado mediante condições preestabelecidas ou mesmo sem qualquer exigência, desde que o objetivo seja a aplicação em despesas correntes.

h) Outras Receitas Correntes: Ingressos correntes provenientes de outras origens não classificáveis nas anteriores.

No quinto bimestre, as receitas correntes realizaram o valor de R\$ 9.475,01 milhões, resultado aquém da meta estimada para o período em – R\$ 694.27 milhões.

Tal resultado decorreu da frustração de algumas receitas, como as receitas tributárias e as receitas de transferências correntes, as quais realizaram, respectivamente, R\$ 6.640,61 milhões (90,2% da meta estimada) e R\$ 950,23 milhões, totalizando 94,2% da meta estipulada.

Dentre as receitas tributárias é a receita do ICMS que possui a maior representatividade. Essa receita totalizou R\$ 5.268,62 milhões, no quinto bimestre de 2014, uma variação de – 5,1% frente ao mesmo período de 2013. Mais detalhes sobre a receita tributária na seção IV.I.1.1 deste boletim.

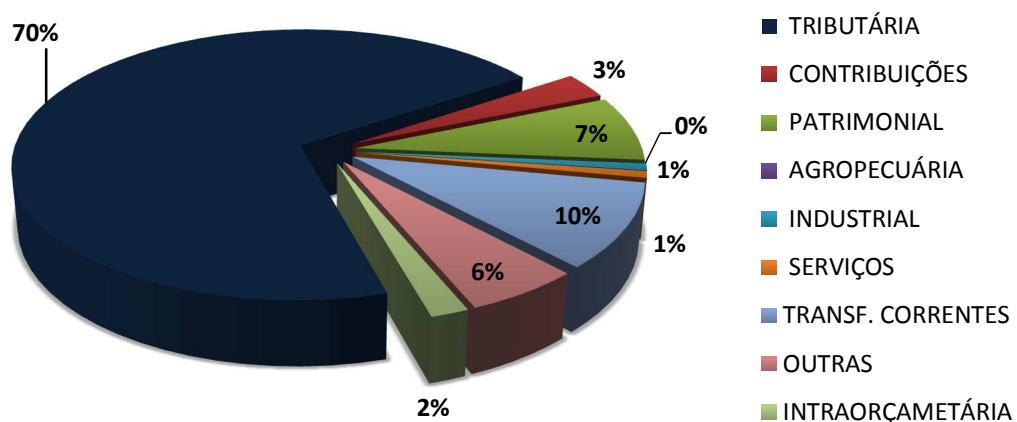
Já as receitas de transferências correntes, realizaram R\$ 950,23 milhões, o que representou uma variação positiva de 0,7% frente a 2013, ainda incapaz de superar a meta estipulada para o período. Mais informações sobre as receitas de transferências correntes na seção IV.I.3.1 deste boletim.

*No quinto bimestre, as receitas tributárias representaram 70% das receitas correntes do Estado.*



Gráfico 3

## Composição da Receita Corrente Realizada 5º Bimestre

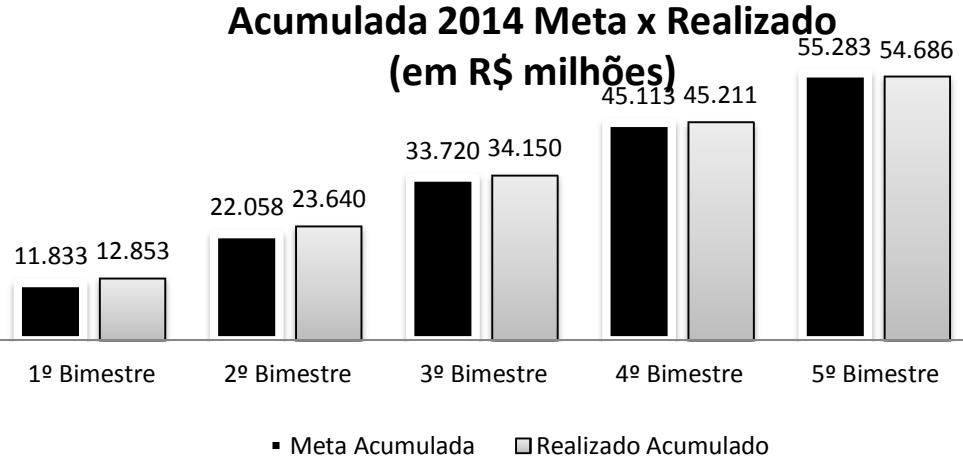


Fonte SIG - Sistema de Informações Gerenciais do Rio de Janeiro

No acumulado, a receita corrente realizada se encontra muito próxima da meta estipulada: 98,9% ou R\$ 54.685,75 milhões. As mesmas receitas que dificultaram o cumprimento da meta bimestral prejudicaram o cumprimento da meta acumulada: receitas tributárias e receitas de transferências correntes. As primeiras realizaram, até outubro, 94,0% da meta (R\$ 34.985,51 milhões) enquanto as segundas obtiveram 93,6% do total da meta (R\$ 4.936,98 milhões).

Gráfico 4

## Receita corrente Acumulada 2014 Meta x Realizado (em R\$ milhões)



Fonte: SIG - Sistema de Informações Gerenciais do Rio de Janeiro

**- Receita de Capital Realizada**

**Bimestre:** R\$ 1.745,56 milhões / 766,5% da meta realizada.  
**Acumulado:** R\$ 10.989,93 milhões / 151,7% da meta realizada.

**Tabela 5****Metas de Receita**

(R\$ milhões)

DISCRIMINAÇÃO	META DE RECEITA (SET - OUT) 2014	RECEITA REALIZADA (SET - OUT) 2014	% REALIZADO SOBRE A META DO BIMESTRE	META DE RECEITA (JAN - OUT) 2014	RECEITA REALIZADA (JAN - OUT) 2014	% REALIZADO SOBRE A META ACUMULADA
<b>RECEITAS DE CAPITAL<sup>(1)</sup></b>	<b>227,74</b>	<b>1.745,56</b>	<b>766,5%</b>	<b>7.242,77</b>	<b>10.989,93</b>	<b>151,7%</b>
OPERAÇÕES DE CRÉDITO	55,70	1.527,05	2.741,6%	4.115,95	6.650,07	161,6%
ALIENAÇÃO DE BENS	3,33	5,50	164,9%	2.216,72	3.408,58	153,8%
AMORT. EMPRÉSTIMOS	56,23	50,72	90,2%	197,12	234,96	119,2%
TRANSF. CAPITAL	112,35	36,43	32,4%	711,31	310,11	43,6%
OUTRAS	0,00	0,00	0,0%	0,20	0,05	24,6%
INTRAORÇAMETÁRIA	0,13	125,87	98.589,0%	1,47	386,16	26.266,7%

Fonte: SIG - Sistema de Informações Gerenciais do Rio de Janeiro em 17/11/2014.

Nota: Segundo artigo 13º da LRF.

(1) Valores incluem Receitas Intraorçamentárias.

De acordo com a Lei nº 4.320/64, as receitas de capital são classificadas nos seguintes níveis de origem<sup>12</sup>:

- i. Operações de Crédito: São os ingressos provenientes da colocação de títulos públicos ou da contratação de empréstimos e financiamentos obtidos junto a entidades estatais ou privadas.
- ii. Alienação de Bens: Valores oriundos da alienação de componentes do ativo permanente.
- iii. Amortização de Empréstimos: É o ingresso decorrente da amortização, ou seja, parcela referente ao recebimento de parcelas de empréstimos ou financiamentos concedidos em títulos ou contratos.
- iv. Transferência de Capital: É o ingresso resultante de outros entes ou entidades, referente a recursos pertencentes ao ente ou entidade recebedora ou ao ente ou entidade transferidora, efetivado mediante condições preestabelecidas ou mesmo sem qualquer exigência, desde que o objetivo seja a aplicação em despesas de capital.

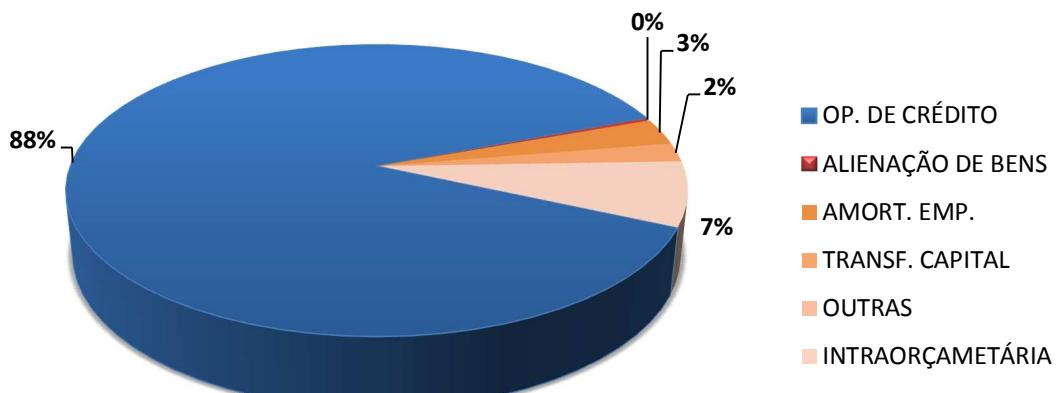
<sup>12</sup> Fonte: Manual de Procedimentos de Receitas Públicas do Tesouro Nacional, página 28, 4ª Edição.



- v. Outras Receitas de Capital: São os ingressos de capital advindos de outras origens não classificáveis nas anteriores.

Gráfico 5

## Composição Receita de Capital Realizada 5º Bimestre



Fonte SIG - Sistema de Informações Gerenciais do Rio de Janeiro

As receitas de capital, no quinto bimestre de 2014, realizaram R\$ 1.745,56 milhões, 766,5% da meta estipulada para o período. A receita responsável pela extração da meta foi a receita de operações de crédito, que realizou R\$ 1.527,05 milhões, R\$ 1.471,35 milhões acima da meta estimada. A receita de operações de crédito apresentou alto valor de superação da meta devido à alteração no cronograma de desembolsos, o qual, inicialmente, previa o recebimento dessas receitas em momento diverso.

A receita de operações de crédito do 5º bimestre foi obtida, em sua maior parte, em outubro. Têm destaque as operações de crédito internas para programa de meio ambiente com R\$ 600,00 milhões e as operações de crédito internas para programas de transporte que totalizaram R\$ 450,00 milhões.

*As receitas de capital, no quinto bimestre, variaram 765,5% em relação ao mesmo período do ano de 2013.*

No acumulado, as receitas de capital atingiram o valor de R\$ 10.989,93 milhões. Este valor demonstra que há uma superação de 51,7% da meta projetada. Possuem destaque no acumulado as receitas de operações de crédito e alienações de bens. As primeiras se encontram, até outubro, com o valor de R\$ 6.650,07 milhões



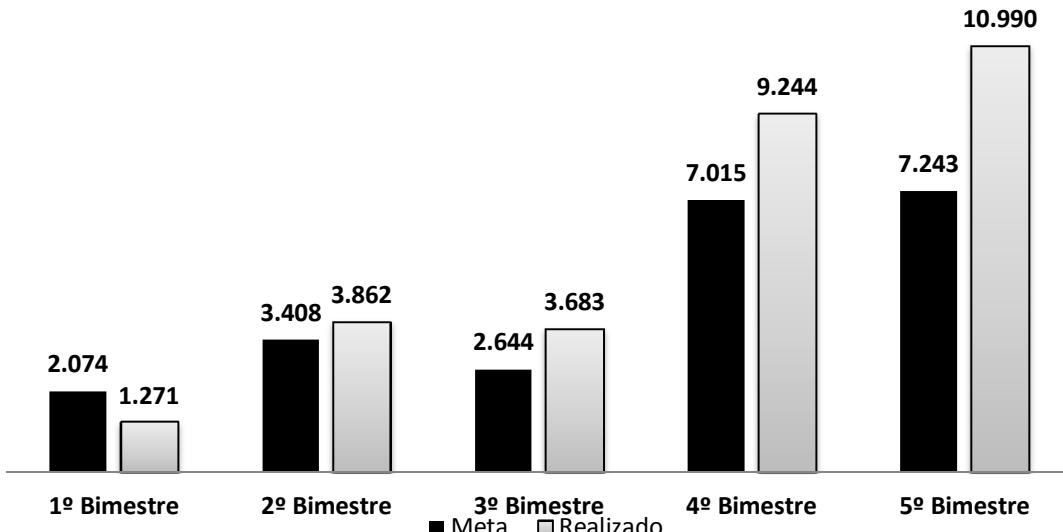
(61,6% acima da meta) enquanto as segundas aparecem com o valor de R\$ 3.408,58 (53,8% acima da meta).

A receita de operações de crédito, no acumulado, tem como destaque as demais operações de crédito internas para programas de governo, cujo valor total é de R\$ 4.979,61 milhões. Essa receita corresponde a 74,9% do total das operações de crédito até o mês de outubro.

Já a receita de alienações de bens, no acumulado, foi influenciada pelo ingresso financeiro da receita do RIOPREVIDÊNCIA inserida na Receita de Outros Títulos Mobiliários, que registrou o valor total de R\$ 3.372,43 até outubro.

Gráfico 6

### Receita de Capital Acumulada 2014 Meta x Realizado (em R\$ milhões)



Fonte: SIG - Sistema de Informações Gerenciais do Rio de Janeiro

Outras informações sobre as receitas de capital na seção IV.II deste Boletim.



## Cronograma de Desembolso do Estado do RJ

- Despesa Total Realizada: R\$ 61,67 bilhões / 98,9%<sup>13</sup>

Este tópico do Boletim tem como escopo aferir as despesas pagas pelo ERJ até o 5º bimestre com os valores constantes do Cronograma Mensal de Desembolso, publicado no início do exercício (Resolução SEFAZ nº 724/2014) de acordo com o artigo 8º da Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF).

A dotação inicial até Outubro foi suplementada em R\$ 2,00 bilhões<sup>14</sup>, um aumento de 2,59%. Por meio de alterações orçamentárias autorizadas, principalmente, com recursos oriundos de Operações de Crédito, o orçamento atual alcançou a ordem de R\$ 79,09 bilhões. Desse montante, R\$ 855,06 milhões encontram-se contingenciados, diante da incerteza de realização de toda a receita estimada para este exercício.

Tendo em vista o panorama macroeconômico do país, faz-se necessário o acompanhamento mais cauteloso a fim de orientar medidas a serem adotadas visando manter o equilíbrio orçamentário e financeiro por ocasião do encerramento do exercício. A Tabela 6 ao lado demonstra os valores mencionados acima.

**Tabela 6**

Lei Orçamentária do ERJ				R\$ Milhões
Análise do Orçamento ao longo do Exercício				
JANEIRO - OUTUBRO				
DOTAÇÃO	INICIAL	77.088.941.150		-
	ATUAL	79.088.952.368	2,59%	
	DISPONÍVEL	78.233.892.460	98,92%	
CONTINGENCIADO		855.059.909	1,08%	
EXPANSÃO ORÇAMENTÁRIA		2.000.011.218		-

Fonte: SIG - Sistema de Informações Gerenciais

Obs: Dados extraídos em 17/11/2014.

**Tabela 7**

GRUPO DE DESPESA	CRONOGRAMA DE DESEMBOLSO - METAS DE EXECUÇÃO (art.8º/ LRF)*				Variação %
	METAS DE EXECUÇÃO**	JAN A OUT 2014	RP 2013 PAGO***	DESPESA TOTAL PAGA	
PESSOAL E ENC. SOCIAIS	16.641	16.471	799	17.270	103,8%
OUTRAS DESP. CORRENTES	34.945	30.270	1.685	31.955	91,4%
INVEST /INVERSÕES	5.855	5.711	1.332	7.043	120,3%
JUROS E ENC. DA DÍVIDA / AMORTIZAÇÕES	4.894	5.406		5.406	110,5%
<b>TOTAL</b>	<b>62.335</b>	<b>57.858</b>	<b>3.816</b>	<b>61.674</b>	<b>98,9%</b>

Fonte: SIG - Sistema de Informações Gerenciais

Obs: Dados extraídos em 17/11/2014.

\*Exclui CEDAE, Imprensa Oficial / Considerada a despesa paga

\*\*Fonte: Resolução SEFAZ nº 724

\*\*\*Considerado apenas o pagamento de RP inscrito em 2013.

<sup>13</sup> As informações representam: a execução até o bimestre e a variação percentual comparada à meta de desembolso publicada.

<sup>14</sup> Valor exclui apenas as empresas independentes do ERJ.



Para o exercício corrente a meta de execução foi de R\$ 62,34 bilhões, conforme apresentado na Tabela 7 acima.

Até Outubro a despesa total paga (R\$ 61,67 bilhões) ficou abaixo do estimado no Cronograma em 1,1% (-R\$ 660,96 milhões). Do total gasto, uma parcela diz respeito ao pagamento de Restos a Pagar (R\$ 3,82 bilhões), correspondendo a 6,1% da meta de execução do total.

A maior execução frente à meta, na análise por grupo de despesa, ocorreu em Investimentos e Inversões Financeiras (R\$ 7,04 bilhões) com R\$ 1,19 bilhão além da meta (+20,3%). Desse montante executado, R\$ 1,88 bilhão foi aplicado na Implantação de Novas Linhas Metroviárias e R\$ 798,28 milhões no Projeto Asfalto na porta e Bairro Novo.

Nas despesas com Pessoal e Encargos Sociais, a execução superou a meta em R\$ 628,64 milhões (+3,8%), consolidando um total de R\$ 17,27 bilhões de despesas pagas. As maiores despesas, por função, estão em Segurança Pública, R\$ 5,14 bilhões, na Educação, R\$ 3,84 bilhões e na função Judiciária, R\$ 2,06 bilhões.

O grupo Outras Despesas Correntes apresentou uma execução aquém da meta (R\$ 2,99 bilhões; -8,6%), totalizando R\$ 31,96 bilhões de despesas pagas. Como o peso deste grupo de despesa é relevante dentro do orçamento, a realização a menor da meta acabou por contrabalancear as superações apuradas nos demais grupos. Ressalta-se que, estão aqui inclusos tanto os Encargos Especiais (R\$ 9,96 bilhões), despesas não discricionárias que não acarretam a prestação de um serviço ou a produção de um bem tais como as transferências constitucionais aos municípios, quantos os gastos com a Previdência com R\$ 10,95 bilhões.

Por último, as despesas com o pagamento do Serviço da Dívida (Juros, Encargos da Dívida e Amortizações) mostraram uma realização acima da meta planejada (+10,5% = +R\$ 512,23 milhões).

As despesas realizadas no período são analisadas com maior detalhamento no item V deste Boletim.

*O ERJ apresentou até o 4º Bimestre uma despesa total de R\$ 61,67 bilhões: apenas 1,1% (R\$ 660,97 milhões) abaixo da meta.*



### III. Resultados Fiscais<sup>15</sup>

#### III.I Resultado Orçamentário

Bimestre: - R\$ 2.526,49 milhões / - 509,5%

Acumulado: R\$ 938,65 milhões / - 36,2%

**Tabela 8**

RESULTADO ORÇAMENTÁRIO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO, 2013-2014.

#### Resultado Orçamentário

DISCRIMINAÇÃO	EXECUÇÃO BIMESTRAL (SET - OUT)		VAR %	EXECUÇÃO ACUMULADA (JAN - OUT)		(R\$ milhões)		
				2013	2014			
	2013	2014						
<b>I. RECEITA TOTAL (A)</b>	<b>11.612,70</b>	<b>11.220,57</b>	<b>-3,4%</b>	<b>59.245,31</b>	<b>65.675,68</b>	<b>10,9%</b>		
<b>I.1 RECEITA CORRENTE</b>	<b>9.323,36</b>	<b>9.298,36</b>	<b>-0,3%</b>	<b>49.200,80</b>	<b>51.675,74</b>	<b>5,0%</b>		
I.1.1 Tributária	6.878,08	6.640,61	-3,5%	33.360,93	34.985,51	4,9%		
I.1.2 Patrimonial	779,97	727,29	-6,8%	6.890,64	7.387,02	7,2%		
I.1.3 Transferências	943,46	950,23	0,7%	4.748,34	4.936,98	4,0%		
I.1.4 Demais Correntes	721,85	980,23	35,8%	4.200,89	4.366,23	3,9%		
<b>I.2 RECEITA DE CAPITAL</b>	<b>1.785,04</b>	<b>1.619,69</b>	<b>-9,3%</b>	<b>7.526,33</b>	<b>10.603,76</b>	<b>40,9%</b>		
<b>I.3 RECEITA INTRAORÇAMENTÁRIA</b>	<b>504,29</b>	<b>302,53</b>	<b>-40,0%</b>	<b>2.518,18</b>	<b>3.396,18</b>	<b>34,9%</b>		
<b>II. DESPESA TOTAL (B)</b>	<b>12.027,19</b>	<b>13.747,06</b>	<b>14,3%</b>	<b>57.774,61</b>	<b>64.737,02</b>	<b>12,1%</b>		
<b>II.1 DESPESA CORRENTE</b>	<b>9.895,45</b>	<b>11.180,43</b>	<b>13,0%</b>	<b>48.572,79</b>	<b>52.420,27</b>	<b>7,9%</b>		
II.1.1 Pessoal e Enc. Sociais	4.844,69	5.825,77	20,3%	24.094,14	26.615,08	10,5%		
II.1.2 Demais Correntes	4.570,72	4.862,74	6,4%	22.130,07	23.257,00	5,1%		
II.1.2.1 Juros e Enc. Dívida	480,04	491,93	2,5%	2.348,59	2.548,20	8,5%		
<b>II.2 DESPESA DE CAPITAL</b>	<b>1.658,44</b>	<b>2.309,03</b>	<b>39,2%</b>	<b>6.581,08</b>	<b>8.906,56</b>	<b>35,3%</b>		
II.2.1 Invest.	1.130,89	1.637,67	44,8%	4.106,11	5.970,73	45,4%		
II.2.1.1 Obras e Instalações	910,85	1.308,27	43,6%	3.325,80	4.732,52	42,3%		
II.2.1.2 Indenizações e Restituição	23,04	11,56	-49,8%	64,50	30,94	-52,0%		
II.2.1.3 Demais Investimentos	197,00	317,84	61,3%	715,81	1.207,27	68,7%		
II.2.2 Inv. Financ.	9,98	33,81	238,9%	98,51	78,40	-20,4%		
II.2.3 Amort. Dívida	517,57	637,54	23,2%	2.376,46	2.857,43	20,2%		
<b>II.3 DESPESA INTRAORÇAMENTÁRIA</b>	<b>473,30</b>	<b>257,60</b>	<b>-45,6%</b>	<b>2.620,73</b>	<b>3.410,18</b>	<b>30,1%</b>		
<b>RES. ORÇAM. (A-B)</b>	<b>-414,49</b>	<b>-2.526,49</b>	<b>-509,5%</b>	<b>1.470,70</b>	<b>938,65</b>	<b>-36,2%</b>		

Fonte: SIG - Sistema de Informações Gerenciais do Rio de Janeiro em 17/11/2014.

O resultado orçamentário, proveniente do balanço orçamentário, demonstra o resultado entre as receitas e despesas realizadas. O resultado da execução orçamentária pode ser superavitário ou deficitário.

O resultado orçamentário, no quinto bimestre de 2014, foi deficitário em - R\$ 2.526,49 milhões, o que ocasionou uma variação negativa de - 509,5% em relação ao mesmo período de 2013. Tal resultado decorreu de um déficit corrente e de capital. No primeiro caso, as despesas correntes ultrapassaram as receitas correntes ocasionando

<sup>15</sup> O Resultado Fiscal leva em conta as despesas apuradas até o final do prazo limite para a liquidação do orçamento de alguns itens, que ocorrem em janeiro do exercício subsequente, conforme definido no Decreto nº2/2010.



o déficit corrente de R\$ 1.882,08. No déficit de capital, as despesas de capital foram de R\$ 2.309,03 enquanto as receitas de capital atingiram o valor de R\$ 1.619,69 milhões, o que ocasionou o déficit de capital de R\$ 689,33 milhões.

Analizando o resultado orçamentário acumulado de 2014, o mesmo realizou R\$ 938,65 milhões. Mesmo com resultado orçamentário positivo, a variação em relação ao ano anterior ficou negativa em 36,2%.

O resultado superavitário é consequência do superávit de capital. As receitas de capital até outubro atingiram R\$ 10.603,76 milhões enquanto as despesas de capital alcançaram R\$ 8.906,56 milhões. Quanto às receitas correntes, no acumulado, elas não contribuíram para o resultado positivo, uma vez que as despesas correntes as ultrapassaram em R\$ 744,54 milhões.

*O resultado orçamentário, no quinto bimestre, foi deficitário em – R\$ 2.526,49 milhões.*



### III.II Resultado Orçamentário sem RIOPREVIDÊNCIA

Bimestre: - R\$ 1.088,44 milhões / - 380,4 %

Acumulado: R\$ 885,06 milhões / - 45,8 %

**Tabela 9**

RESULTADO ORÇAMENTÁRIO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO SEM RIOPREVIDÊNCIA, 2013-2014.

#### Resultado Orçamentário sem o RIOPREVIDÊNCIA

(R\$ milhões)

DISCRIMINAÇÃO	EXECUÇÃO BIMESTRAL (SET - OUT)		VAR %	EXECUÇÃO ACUMULADA (JAN - OUT)		(JAN - 2013)	VAR %
	2013	2014		2013	2014		
I. RECEITA TOTAL S/ RIOPREV. (A)	9.754,36	10.353,52	6,1%	49.449,73	54.253,74	9.7%	
II. DESPESA TOTAL S/ RIOPREV. (B)	9.980,92	11.441,96	14,6%	47.818,22	53.368,68	11,6%	
RES. ORÇAMENTÁRIO S/ RIOPREV. (A-B)	-226,56	-1.088,44	-380,4%	1.631,51	885,06	-45,8%	
RECEITA DO RIOPREVIDÊNCIA (C)	1.858,34	867,05	-53,3%	9.795,57	11.421,93	16,6%	
DESPESA DO RIOPREVIDÊNCIA (D)	2.046,26	2.305,10	12,6%	9.956,38	11.368,34	14,2%	
RES. ORÇAM. RIO PREVIDÊNCIA (C-D)	-187,92	-1.438,04	-665,2%	-160,81	53,59	133,3%	
RES. ORÇAM. C/ RIOPREV. (A-B) + (C-D)	-414,49	-2.526,49	-509,5%	1.470,70	938,65	-36,2%	

Fonte: SIG - Sistema de Informações Gerenciais do Rio de Janeiro em 17/11/2014.

Como dito anteriormente, o resultado orçamentário no quinto bimestre - incluindo o RIOPREVIDÊNCIA - foi deficitário em R\$ 2.526,49 milhões. Tal resultado ocasionou em uma variação negativa de 509,5% em relação a 2013. Caso a análise seja feita a partir da exclusão do RIOPREVIDÊNCIA, o resultado orçamentário passa a atingir o valor de - R\$ 1.088,44 milhões. Percebe-se, assim, que o RIOPREVIDÊNCIA afetou negativamente as contas do Estado, já que excluindo esse órgão da análise, o resultado do Estado tem uma queda do déficit significativa.

As receitas do RIOPREVIDÊNCIA atingiram o valor de R\$ 867,05 milhões, o que levou a uma variação de - 53,4% em relação a 2013. Em caminhos opostos, as despesas variaram 12,6% em relação a 2013, e atingiram o valor de R\$ 2.035,10 milhões. Confrontando as despesas com as receitas observa-se o resultado deficitário de R\$ 1.438,04 milhões.

No acumulado observa-se um efeito diverso. O resultado orçamentário, incluindo o RIOPREVIDÊNCIA na análise, é melhor do que o resultado orçamentário sem esse órgão. Incluindo o RIOPREVIDÊNCIA o resultado acumulado atingiu o valor de R\$ 938,65 milhões, enquanto que sem o RIOPREVIDÊNCIA, o resultado atingiu R\$ 835,06 milhões. Tal fenômeno é explicado pelo maior ingresso das receitas do RIOPREVIDÊNCIA frente às despesas. As

*O resultado orçamentário excluindo o RIOPREVIDÊNCIA obteve um déficit de R\$ 1.088,44 milhões no quinto bimestre de 2014.*



receitas acumularam, até outubro, o valor de R\$ 11.421,93 milhões, enquanto as despesas chegaram ao valor de R\$ 11.368,34 milhões. Como já explicado em boletins anteriores, influenciou para este resultado o ingresso financeiro da receita proveniente da alienação de ativos do RIOPREVIDÊNCIA.

**III.III Resultado Primário<sup>16</sup>**

**Bimestre:** - R\$ 3.172,34 milhões / - 142,9%  
**Acumulado:** - R\$ 4.648,56 milhões / - 247,9%

**Tabela 10**

RESULTADO PRIMÁRIO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO, 2012-2013.

**Resultado Primário**

DISCRIMINAÇÃO	EXECUÇÃO BIMESTRAL (SET - OUT)		VAR %	EXECUÇÃO ACUMULADA (JAN - OUT)		(R\$ milhões)
	2013	2014		2013	2014	
RECEITAS TOTAL	11.612,70	11.220,57	-3,4%	59.245,31	65.675,68	10,9%
RECEITAS FINANCEIRAS	1.865,13	1.737,36	-6,9%	7.656,95	11.028,31	44,0%
RECEITAS INTRA-ORÇAMENTÁRIAS	504,29	302,53	-40,0%	2.518,18	3.396,18	34,9%
<b>RECEITA PRIMÁRIA TOTAL (A)</b>	<b>9.243,28</b>	<b>9.180,69</b>	<b>-0,7%</b>	<b>49.070,18</b>	<b>51.251,19</b>	<b>4,4%</b>
DESPESAS TOTAL	12.027,19	13.747,06	14,3%	57.774,61	64.737,02	12,1%
DESPESAS FINANCEIRAS	1.004,65	1.136,43	13,1%	4.747,46	5.427,0870	14,3%
DESPESAS INTRA-ORÇAMENTÁRIAS	473,30	257,60	-45,6%	2.620,73	3.410,18	30,1%
<b>DESPESA PRIMÁRIA TOTAL (B)</b>	<b>10.549,24</b>	<b>12.353,03</b>	<b>17,1%</b>	<b>50.406,41</b>	<b>55.899,75</b>	<b>10,9%</b>
<b>RESULTADO PRIMÁRIO (A-B)</b>	<b>-1.305,96</b>	<b>-3.172,34</b>	<b>-142,9%</b>	<b>-1.336,23</b>	<b>-4.648,56</b>	<b>-247,9%</b>

Fonte: SIG - Sistema de Informações Gerenciais do Rio de Janeiro em 17/11/2014.

O resultado primário mede o comportamento fiscal do governo no período, representando a diferença entre as receitas não financeiras e as despesas não financeiras.

No quinto bimestre de 2014, o resultado primário atingiu um valor deficitário de - R\$ 3.172,34 milhões, com uma variação de -142,9% frente a 2013. Este resultado é consequência da prevalência das despesas primárias ou, despesas não financeiras, frente às receitas primárias ou não financeiras. Enquanto as despesas primárias atingiram alcançaram o montante de 12.353,03 milhões as receitas primárias não foram suficiente para arcar com toda a despesa primária, uma vez que atingiram o valor de R\$ 9.180,69 milhões.

No acumulado, observa-se que as receitas primárias totais obtiveram uma variação positiva frente a 2013 ( + R\$ 2.181,01 milhões ; + 4,4%), porém mesmo com a variação positiva, ainda não foi suficiente para alcançar resultado primário acumulado superavitário, dado que as despesas primárias cresceram em maior proporção ( + 10,9% ou + R\$ 5.493,34 milhões).

*No quinto bimestre de 2014, o resultado primário apresentou o valor de - R\$ 3.172,34 milhões.*

<sup>16</sup> O resultado primário aqui, diferente do que ocorre no governo federal, é apurado pelo valor liquidado, e não pelo empenhado.

**Resultado Primário excluindo Rioprevidência****Bimestre: - R\$ 1.570,76 milhões / - 361,4%****Acumulado: + R\$ 960,52 milhões / - 75,6%****Tabela 11**

RESULTADO PRIMÁRIO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO SEM RIOPREVIDÊNCIA, 2012-2013.

**Resultado Primário excluindo RIOPREVIDÊNCIA**

DISCRIMINAÇÃO	EXECUÇÃO BIMESTRAL (SET - OUT)		VAR %	EXECUÇÃO ACUMULADA (JAN - OUT)		(R\$ milhões)
	2013	2014		2013	2014	
RECEITAS TOTAL S/ RIOPREVIDÊNCIA	9.754,36	10.353,52	6,1%	49.449,73	54.253,74	9,7%
RECEITAS FINANCEIRAS	423,72	1.662,61	292,4%	4.123,74	7.342,17	78,0%
RECEITAS INTRA-ORÇAMENTÁRIAS	226,00	212,87	-5,8%	871,89	1.117,86	28,2%
<b>RECEITA PRIMÁRIA TOTAL S/ RIOPREV. (A)</b>	<b>9.104,64</b>	<b>8.478,04</b>	<b>-6,9%</b>	<b>44.454,10</b>	<b>45.793,72</b>	<b>3,0%</b>
DESPESAS TOTAL S/ RIOPREVIDÊNCIA	9.980,92	11.441,96	14,6%	47.818,22	53.368,68	11,6%
DESPESAS FINANCEIRAS	1.004,65	1.136,43	13,1%	4.747,46	5.427,09	14,3%
DESPESAS INTRA-ORÇAMENTÁRIAS	472,63	256,73	-45,7%	2.561,31	3.108,40	21,4%
<b>DESPESA PRIMÁRIA TOTAL S/ RIOPREV. (B)</b>	<b>8.503,64</b>	<b>10.048,80</b>	<b>18,2%</b>	<b>40.509,45</b>	<b>44.833,20</b>	<b>10,7%</b>
<b>RESULTADO PRIMÁRIO S/ RIOPREV.(A-B)</b>	<b>601,00</b>	<b>-1.570,76</b>	<b>-361,4%</b>	<b>3.944,64</b>	<b>960,52</b>	<b>-75,6%</b>
<b>RESULTADO PRIMÁRIO DO RIOPREV.</b>	<b>-1.906,96</b>	<b>-1.601,58</b>	<b>19,1%</b>	<b>-5.280,88</b>	<b>-5.609,09</b>	<b>-5,9%</b>

Fonte: SIG - Sistema de Informações Gerenciais do Rio de Janeiro em 17/11/2014.

A análise do resultado primário desconsiderando o RIOPREVIDÊNCIA nos mostra que, no bimestre, sem este órgão, o resultado primário teria atingido o valor de - R\$ 1.570,76 milhões, com uma variação negativa de - 361,4% frente ao mesmo período de 2013. No acumulado, efeito diverso é encontrado, uma vez que o resultado primário excluindo o RIOPREVIDÊNCIA seria positivo em + R\$ 960,52 milhões, porém, com uma variação negativa de 75,6% frente a 2013. Ressalta-se, assim, o impacto que o RIOPREVIDÊNCIA tem sobre o resultado primário do Estado, uma vez que seu resultado primário é negativo em - R\$ 5.609,09 milhões.

**IV. Receita Estadual<sup>17</sup>**

Bimestre: R\$ 11.220,57 milhões / - 3,4%<sup>18</sup>  
 Acumulado: R\$ 65.675,68 milhões / + 10,9%<sup>19</sup>

**Tabela 12**  
 DECOMPOSIÇÃO DA RECEITA POR NATUREZA, 2013-2014.

DISCRIMINAÇÃO	EXECUÇÃO BIMESTRAL (SET - OUT)		VAR %	EXECUÇÃO ACUMULADA (JAN - OUT)		VAR %	(R\$ milhões)
	2013	2014		2013	2014		
RECEITA CORRENTE	9.323,36	9.298,36	-0,3%	49.200,80	51.675,74	5,0%	
RECEITA DE CAPITAL	1.785,04	1.619,69	-9,3%	7.526,33	10.603,76	40,9%	
REC. INTRAORÇAMENTÁRIA	504,29	302,53	-40,0%	2.518,18	3.396,18	34,9%	
<b>Total</b>	<b>11.612,70</b>	<b>11.220,57</b>	<b>-3,4%</b>	<b>59.245,31</b>	<b>65.675,68</b>	<b>10,9%</b>	

Fonte: SIG - Sistema de Informações Gerenciais do Rio de Janeiro em 17/11/2014.

No quinto bimestre de 2014, as Receitas Estaduais totalizaram, R\$ 11.220,57 milhões – decréscimo de R\$ 392,13 milhões (- 3,4%) em relação ao arrecadado no mesmo período de 2013 – influenciado, na maior parte, pela redução das arrecadações da Receita de Capital e, em menor parcela, da Receita Corrente.

A Receita Corrente, neste bimestre, apresentou decréscimo de 0,3% (- R\$ 25,01 milhões) influenciado principalmente pela redução na arrecadação da Receita Tributária (- R\$ 237,48 milhões; - 3,5%), e da Receita Patrimonial (- R\$ 52,68 milhões; - 6,8%). A Receita de Contribuições, a Receita Industrial e Outras Receitas Correntes atenuaram os efeitos negativos apresentando acréscimos de R\$ 57,31 milhões (+ 24,7%), R\$ 45,25 milhões (+ 148%) e R\$ 145,94 milhões (+ 37,0%) respectivamente. O desempenho da Receita Corrente será pormenorizado na Seção IV.I.

O resultado negativo, neste bimestre, deve-se, principalmente, à Receita de Capital, que apresentou desempenho negativo (- R\$ 165,35 milhões; - 9,3%), fruto da redução de 99,7% (- R\$ 1.659,63 milhões) das Alienações de Bens compensadas, parcialmente, pelas receitas provenientes de Operações de Crédito (+ R\$ 1.482,64 milhões; + 3.338,6 %), que serão pormenorizadas na Seção IV.II.

*No quinto bimestre de 2014, a Receita Corrente apresentou redução de R\$ 25,01 milhões (- 0,3%) sendo acompanhada pela Receita de Capital, que decresceu 9,3% (- R\$ 165,35 milhões), comparadas ao mesmo período do ano passado.*

<sup>17</sup> Desta seção em diante, todas as tabelas levam em consideração as Receitas e Despesas do RIOPREVIDÊNCIA.

<sup>18</sup> As informações representam: a arrecadação no período; e a variação percentual comparado ao mesmo período do ano anterior.

<sup>19</sup> As informações representam: a arrecadação no período; e a variação percentual comparado ao mesmo período do ano anterior.



No acumulado, percebe-se um acréscimo de R\$ 6.430,37 milhões (+ 10,9%) nas Receitas Totais, atingindo o valor de R\$ 65.675,68 milhões. O aumento foi suportado tanto pelas Receitas Correntes quanto de Capital. Houve o aumento de 5,0% (+ R\$ 2.474,94 milhões) na Receita Corrente, com destaque para Receitas Tributárias, Receitas Patrimoniais e Receitas de Contribuições que, no acumulado, mostram acréscimos de R\$ 1.624,58 milhões (+ 4,9%), R\$ 496,38 milhões (+ 7,2%) e R\$ 295,14 milhões (+ 25,0%), respectivamente. A Receita de Capital também influenciou significativamente o resultado acumulado, apresentando acréscimo de 40,9% (+ R\$ 3.077,43 milhões), apoiado principalmente em Operações de Crédito (+ 102,6%; + R\$ 3.368,33 milhões).

**IV.I Receitas Correntes****Bimestre: R\$ 9.298,36 milhões / - 0,3%****Acumulado: R\$ 51.675,74 milhões / + 5,0%****Tabela 13****DECOMPOSIÇÃO DA RECEITA POR NATUREZA, 2013-2014.**

(R\$ milhões)

DISCRIMINAÇÃO	EXECUÇÃO BIMESTRAL (SET - OUT)		VAR %	EXECUÇÃO ACUMULADA (JAN - OUT)		VAR %
	2013	2014		2013	2014	
TRIBUTÁRIA	6.878,08	6.640,61	-3,5%	33.360,93	34.985,51	4,9%
CONTRIBUIÇÕES	231,92	289,23	24,7%	1.182,36	1.477,50	25,0%
PATRIMONIAL	779,97	727,29	-6,8%	6.890,64	7.387,02	7,2%
AGROPECUÁRIA	0,05	0,02	-56,6%	0,10	0,06	-41,3%
INDUSTRIAL	30,57	75,81	148,0%	144,27	152,59	5,8%
DE SERVIÇOS	64,87	74,78	15,3%	315,74	312,84	-0,9%
TRANSF. CORRENTES	943,46	950,23	0,7%	4.748,34	4.936,98	4,0%
OUTRAS CORRENTES	394,44	540,39	37,0%	2.558,42	2.423,24	-5,3%
<b>RECEITAS CORRENTES</b>	<b>9.323,36</b>	<b>9.298,36</b>	<b>-0,3%</b>	<b>49.200,80</b>	<b>51.675,74</b>	<b>5,0%</b>

Fonte: SIG - Sistema de Informações Gerenciais do Rio de Janeiro em 17/11/2014.

No 5º bimestre de 2014, merecem atenção pelo comportamento negativo, dentre as Receitas Correntes, a Receita Tributária, a Receita Patrimonial, com resultados de R\$ 237,48 milhões (- 3,5%), R\$ 52,68 milhões (- 6,8%) respectivamente, em relação ao mesmo período de 2013.

Por sua vez, a Receita de Contribuições, a Receita Industrial e Outras Receitas Correntes apresentaram acréscimos de R\$ 57,31 milhões (+ 24,7%), R\$ 45,25 milhões (+ 148,0%) e R\$ 145,94 milhões (+ 37,0%) respectivamente, em relação ao mesmo período de 2013, suavizando significativamente o decréscimo geral da Receita Corrente (- R\$ 25,01 milhões; - 0,3%), que totalizou, no 5º bimestre de 2014, R\$ 9.298,36 milhões.

No acumulado, percebe-se acréscimo de R\$ 2.474,94 milhões (+ 5,0%) nas Receitas Correntes, atingindo um valor total de R\$ 51.675,74 milhões, proporcionado, principalmente, pelo acréscimo das Receitas Tributárias (+ R\$ 1.624,58 milhões; + 4,9%), das Receitas Patrimoniais (+ R\$ 496,38 milhões; + 7,2%) e das Receitas de Contribuições (+ R\$ 295,14 milhões; + 2,50%).

*No quinto bimestre de 2014, a Receita Industrial (+ 148,0%) e Outras Receitas Correntes (+ 37,0%) suavizaram a redução no resultado das Receitas Correntes.*



## IV.I.1 Receita Tributária

Bimestre: R\$ 6.640,61 milhões / - 3,5%

Acumulado: R\$ 34.985,51 milhões / + 4,9%

Tabela 14

RECEITA TRIBUTÁRIA DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO - 2013/2014.

(R\$ milhões)

DISCRIMINAÇÃO	EXECUÇÃO BIMESTRAL (SET - OUT)		VAR %	EXECUÇÃO ACUMULADA (JAN - OUT)		VAR %
	2013	2014		2013	2014	
RECEITA TRIBUTÁRIA	6.878,08	6.640,61	-3,5%	33.360,93	34.985,51	4,9%
ICMS	5.550,06	5.268,62	-5,1%	25.097,86	26.134,17	4,1%
Adicional do ICMS	470,36	487,07	3,6%	2.271,74	2.406,09	5,9%
IRRF	386,45	306,63	-20,7%	1.978,12	2.106,70	6,5%
IPVA	92,63	114,73	23,9%	1.810,42	1.948,85	7,6%
ITD	102,51	123,66	20,6%	461,15	517,85	12,3%
Taxas	276,07	339,91	23,1%	1.741,63	1.871,84	7,5%

Fonte: SIG - Sistema de Informações Gerenciais do Rio de Janeiro em 17/11/2014.

A Receita Tributária arrecadada no quinto bimestre de 2014 decresceu 3,5% (- R\$ 237,48 milhões) em comparação ao mesmo período de 2013, sendo este resultado influenciado, principalmente, pela arrecadação de ICMS, com um decréscimo de R\$ 281,44 milhões (-5,1%) e, com menor intensidade, pela arrecadação de IRRF, afetou o resultado negativo bimestral com um decréscimo de R\$ 79,83 milhões (-20,7%).

De modo inverso, o IPVA, ITD e Taxas apresentaram acréscimo na arrecadação, comparativamente ao 5º bimestre de 2013, com aumentos de R\$ 22,10 milhões (+ 23,9%), R\$ 21,15 milhões (+ 20,6%) e R\$ 63,84 milhões (+ 23,1%), respectivamente, atenuando o decréscimo da arrecadação tributária no bimestre.

No acumulado, a Receita Tributária apresentou desempenho crescente totalizando R\$ 34.985,51 milhões (+ 4,9%), que representa um acréscimo de R\$ 1.624,58 milhões na arrecadação. Ainda que com queda bimestral, a arrecadação de ICMS foi a principal influência positiva (+ R\$ 1.036,31 milhões) seguida, à distância, pela arrecadação dos demais tributos que, em conjunto, totalizaram um acréscimo de R\$ 588,27 milhões no total das Receitas Tributárias.

*A arrecadação de ICMS apresentou resultado negativo no bimestre, com decréscimo de R\$ 281,44 milhões (- 5,1%) e, juntamente com o decréscimo da receita de IRRF (- R\$ 79,83 milhões; - 20,7%), foram os principais componentes para o resultado negativo da Receita Tributária no 5º bimestre de 2014.*

*No acumulado, a arrecadação de ICMS destacou-se apresentando acréscimo de 4,1% (+ R\$ 1.036,31 milhões) comparativamente ao mesmo período de 2013.*

**– Imposto sobre a Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS):**

**Bimestre:** R\$ 5.268,62 milhões / - 5,1%  
**Acumulado:** R\$ 26.134,17 milhões / + 4,1%

A arrecadação de ICMS apresentou decréscimo no quinto bimestre de 2014, com redução de 5,1% (- R\$ 281,44 milhões) em relação ao mesmo período do ano passado. Os setores que positivamente mais influenciaram o resultado foram: Alimentação e Metalurgia e Siderurgia. Já os setores de Petróleo, combustíveis e gás natural; Bebidas; Mercados, Lojas e Magazines e Telecomunicações, foram os setores que apresentaram decréscimos mais significativos em sua arrecadação.

No acumulado, em oposição, o ICMS apresentou um desempenho positivo (+ 4,1%; + R\$ 1.036,31 milhões), atingindo o montante de R\$ 26.134,17 milhões. O setor econômico de Alimentação; e Energia Elétrica lideraram no crescimento da arrecadação, seguidos por Bebidas; Energia Elétrica e Eletroeletrônicos, que também se destacaram apresentando resultados positivos significativos em relação às demais atividades econômicas. Os desempenhos negativos mais importantes ocorrem nas atividades de Mercados, Lojas e Magazines; Petróleo, combustíveis e gás natural e Telecomunicações, que apresentaram queda no resultado acumulado.

Os desempenhos do ICMS serão detalhados na seção IV.I.1.1.

**- Imposto Sobre a Propriedade de Veículos Automotores (IPVA<sup>20</sup>):**

**Bimestre:** R\$ 114,73 milhões / + 23,9%  
**Acumulado:** R\$ 1.948,85 milhões / + 7,6%

Embora apresente um comportamento sazonal significativo, que normalmente se consolida nos quatro primeiros meses do ano, o IPVA apresentou acréscimo de arrecadação de R\$ 22,10 milhões (+ 23,9%) no quinto bimestre de 2014. A variação é resultado do envio, em agosto de 2014, dos Avisos de Débito de IPVA referentes aos carros novos de 2013/2014 e a ênfase em análises dos processos de

*A arrecadação de IPVA no 5º bimestre de 2014 apresenta um acréscimo (+ 23,9%) em relação ao mesmo bimestre de 2013.*

*No mesmo sentido, o resultado acumula um crescimento de 7,6% em relação ao mesmo período de 2013, totalizando R\$ 1.948,85 milhões, reflexo do efeito combinado de ações arrecadatórias praticadas durante 2014.*

<sup>20</sup> De forma geral, a receita de IPVA fica concentrada amplamente nos primeiros meses do ano, quando do vencimento das placas dos veículos usados. No restante do ano, a receita provém principalmente do pagamento do IPVA dos veículos novos, do pagamento de débitos atrasados dos veículos usados e das eventuais cobranças coletivas organizadas pela SEFAZ-RJ.



A operação “Gato Mestre” do Ministério Público do Rio de Janeiro (MP-RJ) teve como objetivo cumprir mandados de busca e apreensão, decorrentes de investigação que apura os crimes de sonegação fiscal do IPVA, formação de quadrilha e inserção de dados falsos em sistema de informações e o envio de Avisos de Débito de IPVA referente aos carros novos de 2013 e 2014 são exemplos dos principais esforços arrecadatórios praticados durante o exercício de 2014.

IPVA, que dão continuidade às ações arrecadatórias praticadas ao longo do exercício de 2014.

No acumulado, a arrecadação de IPVA apresentou acréscimo de 7,6% (+ R\$ 138,44 milhões), em relação ao mesmo período de 2013, devido, em grande parte, ao efeito combinado das ações arrecadatórias executadas durante o exercício de 2014 e ao acréscimo de arrecadação no primeiro bimestre - fruto dos estímulos à quitação integral em cota única.

#### – Imposto de Renda (IRRF):

**Bimestre: R\$ 306,63 milhões / - 20,7%**  
**Acumulado: R\$ 2.106,70 milhões / + 6,5%**

Houve decréscimo na arrecadação do IRRF de 20,7% (- R\$ 79,83 milhões), comparativamente ao quinto bimestre de 2013. A redução deve-se a atrasos no fluxo de repasses do RIOPREVIDÊNCIA, visando equilíbrio financeiro da entidade no cumprimento do pagamento de inativos e pensionistas.

No acumulado, porém, ocorreu um acréscimo de 6,5% (+ R\$ 128,58 milhões) principalmente no acréscimo do IRRF proveniente de Outros Rendimentos (não relacionados ao Trabalho).

#### – Imposto sobre Transmissão Causa Mortis e por Doação (ITD):

**Bimestre: R\$ 123,66 milhões / +20,6%**  
**Acumulado: R\$ 517,85 milhões / + 12,3%**

A arrecadação do ITD cresceu no 5º bimestre de 2014, em comparação com o mesmo período de 2013, apresentando um incremento de 20,6% na arrecadação (+ R\$ 21,15 milhões) e totalizando R\$ 123,66 milhões. Durante os meses de setembro e outubro de 2014, foram intensificadas ações de lavratura de guias de controle, reduzindo o tempo de espera do contribuinte para recebê-las de 30 dias para 10 dias, acarretando um crescimento significativo na arrecadação nesse período. Ademais, foram abertas cerca de 90 ações de fiscalização no início do segundo semestre de 2014 acarretando um aumento na quantidade de Autos de Infração pagos à vista durante o 5º bimestre de 2014.

No acumulado, a arrecadação permanece seguindo tendência de desempenho positivo. O esforço arrecadatório do último bimestre de



2013 e que se estendeu durante o ano de 2014 resultou na efetivação de um grande número de lançamentos do ITD e refletiu positivamente no resultado. Sustentando uma variação positiva de 12,3% (+ R\$ 56,70 milhões) em relação ao período acumulado de 2013, totalizou R\$ 517,85 milhões.

**– Taxas:**

**Bimestre:** R\$ 339,91 milhões / + 23,1%

**Acumulado:** R\$ 1.871,84 milhões / + 7,5%

**Tabela 15**

RECEITA DE TAXAS DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO - 2013/2014.

(R\$ milhões)

DISCRIMINAÇÃO	EXECUÇÃO BIMESTRAL (SET - OUT)		VAR %	EXECUÇÃO ACUMULADA (JAN - OUT)		VAR %
	2013	2014		2013	2014	
<b>Taxas</b>	<b>276,07</b>	<b>339,91</b>	<b>23,1%</b>	<b>1.741,63</b>	<b>1.871,84</b>	<b>7,5%</b>
<b>Taxas pelo Exercício do Poder de Polícia</b>	<b>28,21</b>	<b>34,14</b>	<b>21,0%</b>	<b>353,12</b>	<b>365,96</b>	<b>3,6%</b>
Taxa de Controle e Fiscalização do Trânsito <sup>(1)</sup>	20,73	25,30	22,1%	317,69	327,15	3,0%
Outras	7,48	8,84	18,1%	35,43	38,80	9,5%
<b>Taxas pela Prestação de Serviços</b>	<b>247,86</b>	<b>305,77</b>	<b>23,4%</b>	<b>1.388,51</b>	<b>1.505,88</b>	<b>8,5%</b>
Emolumentos e Custas Judiciais	75,08	89,64	19,4%	373,61	375,63	0,5%
Emolumentos e Custas Extrajudiciais	65,65	76,24	16,1%	286,41	342,40	19,5%
Outras Taxas pela Prestação de Serviços	107,13	139,89	30,6%	728,49	787,85	8,1%
Taxa de Serviços de Trânsito <sup>(1)</sup>	93,88	113,49	20,9%	548,25	606,96	10,7%
Outras	13,25	26,40	99,2%	180,24	180,88	0,4%

Fonte: SIG - Sistema de Informações Gerenciais do Rio de Janeiro em 17/11/2014.

Nota: (1) Taxas do DETRAN

A arrecadação de Taxas apresentou acréscimo de 23,1% (+ R\$ 63,84 milhões) em relação ao quinto bimestre de 2013, totalizando R\$ 339,91 milhões. Esse acréscimo foi resultado, principalmente, do incremento na arrecadação apresentada pelas Taxas pela Prestação de Serviços (+ R\$ 57,91 milhões; + 23,4%), sendo Emolumentos e Custas Judiciais e Extrajudiciais responsáveis, juntas, por um acréscimo de R\$ 25,15 milhões. A Taxa de Serviços de Trânsito, aqui incluída em Outras Taxas de Prestação de Serviços, foi responsável, por um acréscimo de R\$ 19,61 milhões.

No acumulado, o resultado apresentou incremento na arrecadação de R\$ 130,21 milhões (+ 7,5%), totalizando R\$ 1.871,84 milhões, suportados pelos aumentos na arrecadação apresentados pela Taxa de Prestação de Serviços (+ 8,5%; + R\$ 117,37 milhões), principalmente quanto a Emolumentos e Custas Extrajudiciais (+



19,5%, + R\$ 55,99 milhões) e pela Taxa de Serviços de Trânsito (incluída em Outras Taxas de Prestação de Serviços) que contribuiu com um acréscimo de R\$ 58,71 milhões (+ 10,7%).

**Box 01 – Efeito da queda no preço do barril de petróleo sobre a arrecadação de royalties no ERJ**

**A arrecadação de royalties tem se tornado uma fonte importante de receita para o ERJ. Essa tem se mantido em patamares elevados (vide tabela: 1), o que contribui para a inclusão e manutenção de políticas ambientais e sociais importantes no âmbito estadual.**

Tabela: 1

Ano	Arrecadação pelo ERJ de Royalties + PE (R\$)
2006	5.102.407.732,78
2007	4.363.925.373,29
2008	6.719.758.924,85
2009	4.886.762.654,37
2010	6.409.381.333,27
2011	6.952.461.740,12
2012	8.235.866.495,33
2013	8.226.166.979,03

Fonte: SEFAZ-RJ

**Sob o contexto da produção, o Estado do Rio de Janeiro tem apresentado uma participação decrescente no contexto nacional, segundo dados da ANP. Quanto à constância dessa produção, o ERJ apresenta certa irregularidade, alternando ciclos de alta, seguidos de baixas significativas, diferente da produção nacional que apresenta uma linearidade mais bem definida.**

Tabela: 2

Ano	Produção de Petróleo ERJ (m <sup>3</sup> )	Produção de Petróleo Brasil (m <sup>3</sup> )
2006	84.203.846	99.970.613
2007	82.819.777	101.436.629
2008	87.021.256	105.452.170
2009	96.220.982	113.180.124
2010	94.566.055	119.232.912
2011	90.393.140	122.176.869
2012	89.268.374	119.941.168
2013	84.586.903	117.446.013

Fonte: ANP

**Nota-se, conforme tabela: 2, que o ano de 2009 foi atípico do ponto de vista da produção. Apesar do**



recordado observado no Estado, quando se atingiu um total de 96.220.982 m<sup>3</sup>, a arrecadação alcançou R\$ 4.886 bilhões, 27% a menos que no ano anterior. Este fato pode ser explicado pela queda vertiginosa do preço do *brent*<sup>21</sup> no mercado spot (curto prazo), passando de uma média de U\$ 96,94 em 2008 para R\$ 61,74 segundo o EIA (U.S. Energy Information Administration), uma redução aproximada de 36% no ano de 2009, frente ao ano anterior. Cabe ressaltar que o contexto internacional havia sido alterado com a crise do *subprime*<sup>22</sup> deflagrada em setembro de 2008, quando atingiu de forma generalizada todos os setores da economia. Neste contexto, esperava-se uma recuperação natural do preço do *brent* à medida que retornasse a confiança dos agentes econômicos.

Assim, o preço do *brent* apresentou rápida recuperação no mercado à vista. O câmbio, por sua vez, teve um período de intensa instabilidade durante o auge da crise econômica. Em 2010, portanto, já se percebe um comportamento mais estável, com depreciações seguidas do real frente ao dólar. Isso permitiu que a arrecadação, em reais, obtivesse resultados auspiciosos, mesmo quando a produção não gerava os efeitos desejados.

Tabela: 3

Ano	Preço Spot Brent (Dólar por Barril)	Taxa de Câmbio (R\$/US\$) - comercial - venda - média
2006	65,16	2,1761
2007	72,44	1,9479
2008	96,94	1,8346
2009	61,74	1,9976
2010	79,61	1,7603
2011	111,26	1,6750
2012	111,63	1,9546
2013	108,56	2,1576

Fonte: EIA e BCB

No entanto, o cenário atual parece incerto e inspira preocupação. Ao contrário do ano de 2009, quando a crise internacional atingiu severamente a Europa e os EUA, reduzindo a demanda pelo combustível fóssil, o final de 2014 tem dado sinais de uma lenta e gradual recuperação da conjuntura econômica nos países desenvolvidos o que tem refletido na manutenção da procura pelo

<sup>21</sup> Óleo produzido no mar do Norte, que serve de referência para os mercados de derivados na Europa e Ásia.

<sup>22</sup> Crise no mercado de crédito imobiliário norte-americano, a partir de hipotecas de alto risco, afetando, primeiramente, as instituições financeiras e depois toda a cadeia produtiva.



produto. Ainda assim, os preços do barril de petróleo estão em intensa trajetória de queda, o que torna o cenário ainda mais desafiador para a indústria de óleo e gás. Aparentemente, este comportamento têm explicações tecnológicas, políticas e comerciais, em que novas alternativas ao petróleo, como o gás de xisto, ganham importância no mercado de energia e ameaça o poder de mercado de países da OPEP (Organização dos Países Exportadores de Petróleo). Desta forma, países como a Arábia Saudita, que possuem custos de produção extremamente competitivos, têm sustentado a quantidade ofertada de óleo em patamares elevados a um preço mais baixo para que a indústria norte-americana perca rentabilidade e saia do mercado.

Neste ambiente de insegurança, o Brasil também sofre as consequências da desvalorização do petróleo. A execução da exploração e produção de óleo na área de Pré-Sal, que requer vultosos investimentos no desenvolvimento destes campos, deve ficar comprometida. Segundo relatório do EIA, datado de 13 de janeiro de 2015, projeta-se um preço médio de U\$ 57,58 para o brent em 2015. Esta previsão implica em uma redução de 42% no preço do barril, com relação ao ano anterior. Assim, espera-se uma redução do pagamento de Royalties e Participações Especiais em proporções semelhantes. Como não há expectativa de uma desvalorização expressiva do real e tampouco de um salto na produção de óleo, o cenário fiscal dos estados dependentes dessa fonte de recurso fica extremamente fragilizado.

Portanto, o ERJ, principal produtor de petróleo no Brasil, espera uma drástica redução de geração de caixa, o que compromete a gestão da política fiscal para o ano de 2015. O estado já tem observado os possíveis efeitos da crise no setor, com perdas de arrecadação provenientes de pagamento de Royalties e Participações Especiais. Adicionalmente, toda a cadeia produtiva tem apresentado sinais de retração, o que gera impacto direto na arrecadação de ICMS para o tesouro estadual.



## IV.I.1.1 Arrecadação de ICMS comparativo do Estado por Setor Econômico

Tabela 16

ARRECADAÇÃO DE ICMS POR ATIVIDADE ECONÔMICA  
ESTADO DO RIO DE JANEIRO - BIMESTRAL E ACUMULADO 2013/2014

DISCRIMINAÇÃO	R\$ milhões				R\$ milhões			
	EXECUÇÃO BIMESTRAL (SET - OUT)		PART % 2014	VAR % 14/13	EXECUÇÃO ACUMULADA (JAN - OUT)		PART % 2014	VAR % 14/13
	2013	2014			2013	2014		
Alimentação	263,87	406,18	7,7%	53,9%	1.199,52	1.927,45	7,4%	60,7%
Bebidas	281,06	227,35	4,3%	-19,1%	1.208,96	1.350,99	5,2%	11,7%
Borracha e plástico	62,68	75,18	1,4%	19,9%	291,47	313,90	1,2%	7,7%
Comunicação e informação	109,63	112,88	2,1%	3,0%	494,93	534,79	2,0%	8,1%
Construção civil	186,39	184,03	3,5%	-1,3%	842,13	852,97	3,3%	1,3%
Editorial, gráfica e publicidade	20,48	24,32	0,5%	18,8%	100,02	110,40	0,4%	10,4%
Eletroeletrônicos	183,30	222,72	4,2%	21,5%	690,49	813,09	3,1%	17,8%
Energia elétrica	500,07	496,39	9,4%	-0,7%	2.751,16	2.918,48	11,2%	6,1%
Informática e óptico	35,60	43,25	0,8%	21,5%	165,83	185,05	0,7%	11,6%
Madeira, papel e fumo	138,71	144,82	2,7%	4,4%	666,12	737,03	2,8%	10,6%
Máquinas e equipamentos em geral	54,72	63,41	1,2%	15,9%	279,64	293,96	1,1%	5,1%
Médico-hospitalar e odontologia	37,20	38,91	0,7%	4,6%	172,16	187,81	0,7%	9,1%
Mercados, lojas e magazines	286,50	237,38	4,5%	-17,1%	1.366,69	1.088,74	4,2%	-20,3%
Metalurgia e siderurgia	176,02	284,67	5,4%	61,7%	952,12	939,30	3,6%	-1,35%
Móveis e utensílios	50,84	48,02	0,9%	-5,5%	226,87	229,11	0,9%	1,0%
Perfumaria, cosméticos e higiene pessoal	178,23	194,53	3,7%	9,1%	810,25	841,37	3,2%	3,8%
Petróleo, combustíveis e gás natural	1.364,49	776,78	14,7%	-43,1%	5.103,36	4.972,54	19,0%	-2,6%
Produtos farmacêuticos e farmoquímicos	189,70	216,58	4,1%	14,2%	912,33	916,29	3,5%	0,4%
Química e petroquímica	160,26	211,36	4,0%	31,9%	794,10	811,81	3,1%	2,2%
Telecomunicações	667,67	623,12	11,8%	-6,7%	3.213,30	3.078,53	11,8%	-4,2%
Têxtil e vestuário	183,00	187,15	3,6%	2,3%	896,81	978,27	3,7%	9,1%
Transportes gerais e armazenagem	101,13	108,37	2,1%	7,2%	503,93	534,91	2,0%	6,1%
Veículos automotores	232,99	237,16	4,5%	1,8%	1.074,78	1.105,66	4,2%	2,9%
Outras atividades econômicas	85,51	104,05	2,0%	21,7%	380,89	411,72	1,6%	8,1%
<b>Total das atividades econômicas</b>	<b>5.550,06</b>	<b>5.268,62</b>	<b>100,0%</b>	<b>-5,1%</b>	<b>25.097,86</b>	<b>26.134,17</b>	<b>100,0%</b>	<b>4,1%</b>

(\*) Houve reclassificação de algumas empresas.

Ajustes

Na distribuição setorial da arrecadação do ICMS no 5º bimestre de 2014, os setores de Petróleo, Combustíveis e Gás Natural; Bebidas; Mercados Lojas e Magazines e Telecomunicações foram os que mais influenciaram o decréscimo de 5,1% (- R\$ 281,44 milhões) na arrecadação do ICMS comparativamente ao mesmo período de 2013. Já os setores de Alimentação e Metalurgia e Siderurgia frearam o desempenho negativo da arrecadação bimestral desse tributo, conforme Tabela 16.

No acumulado, a arrecadação totalizou R\$ 26.134,17 milhões, apresentando um desempenho positivo com acréscimo de 4,1% (+ R\$ 1.036,31 milhões). O setor econômico de Alimentação; Bebidas e Energia Elétrica lideraram a variação positiva da arrecadação. Já os setores de Petróleo, Combustíveis e Gás Natural; Mercados, Loja e Magazines, Metalurgia e Siderurgia; e Telecomunicações, em oposição, foram as atividades que apresentaram queda mais



acentuada no resultado acumulado, ainda que sem comprometer a variação positiva da receita.

A seguir, é apresentada uma análise pormenorizada dos setores econômicos acima mencionados.

#### **Alimentação:**

**Bimestre: R\$ 406,18 milhões / + 53,9%**  
**Acumulado: R\$ 1.927,45 milhões / + 60,7%**

A substituição tributária total (a interna mais a externa ao território do Estado) e o comércio atacadista de produtos alimentícios em geral impulsionaram essa atividade econômica no 4º bimestre de 2014 e mantiveram o mesmo efeito no 5º bimestre. Esses foram os principais responsáveis pela alta na arrecadação deste setor que, no bimestre, cresceu 53,9% (+ R\$ 142,30 milhões) em relação ao mesmo período de 2013, totalizando R\$ 406,18 milhões.

No acumulado, essa atividade econômica alcançou R\$ 1.927,45 milhões de arrecadação de ICMS e cresceu 60,7% (+ R\$ 727,93 milhões) em relação a 2013, principalmente pelos efeitos da substituição tributária no grupo.

*A substituição tributária no setor alimentício, cuja característica é promover a retenção do imposto no início da cadeia (normalmente indústria e comércio atacadista), influenciou a alta na arrecadação deste setor que, no 5º bimestre de 2014, apresentou um crescimento de 53,9% (+ R\$ 142,30 milhões) na arrecadação de ICMS, mantendo a tendência apresentada no bimestre anterior.*

#### **- Petróleo, combustíveis e gás natural:**

**Bimestre: R\$ 776,78 milhões / - 43,1%**  
**Acumulado: R\$ 4.972,54 milhões / - 2,6%**

Este setor apresentou um decréscimo de 43,1% (- R\$ 587,71 milhões) no bimestre em relação ao mesmo período de 2013, totalizando R\$ 776,78 milhões. A variação negativa no setor ocorreu principalmente na atividade de extração de petróleo e gás natural, no setor industrial da atividade de produtos do refino de petróleo e na atividade de produção e processamento de gás.

No acumulado, essa atividade econômica apresentou redução de 2,6% (- R\$ 130,82 milhões) em comparação ao mesmo período de 2013, totalizando de R\$ 4.972,54 milhões arrecadados.



**- Bebidas:**

**Bimestre: R\$ 227,35 milhões / - 19,1%**  
**Acumulado: R\$ 1.350,99 milhões / + 11,7%**

O setor de Bebidas apresentou um decréscimo de 19,1% (- R\$ 53,71 milhões) em relação ao quinto bimestre de 2013, totalizando R\$ 227,35 milhões de arrecadação de ICMS. As atividades econômicas industriais de fabricação de cervejas e chopes, que são submetidas ao regime de substituição tributária e representam quase 60% do segmento, foram as responsáveis pela redução da arrecadação em comparação ao mesmo período de 2013.

No acumulado, houve crescimento no setor de 11,7% (+ R\$ 142,03 milhões) em relação ao mesmo período de 2013, totalizando R\$ 1.350,99 milhões. O desempenho acumulado da arrecadação do setor de Bebidas sofre influências sazonais ao longo do ano, fruto da ocorrência de eventos de grande porte nos quais, normalmente, o consumo de bebidas aumenta. Somada a esse fato, aplica-se ainda a utilização da substituição tributária no setor.

**- Energia Elétrica:**

**Bimestre: R\$ 496,39 milhões / - 0,7%**  
**Acumulado: R\$ 2.918,48 milhões / + 6,1%**

No 5º bimestre, o segmento de Energia Elétrica apresentou decréscimo de 0,7% (- R\$ 3,68 milhões) em relação ao mesmo período de 2013, atingindo o valor de R\$ 496,39 milhões arrecadados. No bimestre em tela, houve influência predominante da redução da arrecadação pelo setor de distribuição de energia.

No acumulado, houve acréscimo de 6,1% (+ R\$ 167,32 milhões) quando comparado ao mesmo período de 2013, alcançando o total de R\$ 2.918,48 milhões em 2014, suportado pelo desempenho do setor de distribuição de energia elétrica durante o ano, em oposição ao comportamento bimestre.



#### **- Mercado, Lojas e Magazines:**

**Bimestre: R\$ 237,38 milhões / - 17,1%**  
**Acumulado: R\$ 1.088,74 milhões / - 20,3%**

No bimestre, a arrecadação do grupo decresceu 17,1%, representando uma redução de R\$ 49,11 milhões na arrecadação deste setor em relação ao mesmo período de 2013 e atingindo R\$ 237,38 milhões. O desempenho do setor foi influenciado, principalmente, pelas atividades do setor de comércio varejista de hipermercados, supermercados e pelas atividades de lojas de departamentos ou magazines, por conta da ênfase dada, desde bimestres anteriores, ao regime de substituição tributária que antecipa o recolhimento do imposto em outros grupos de atividades econômicas.

No acumulado, registrou-se queda de 20,3% (- R\$ 277,94 milhões), totalizando uma arrecadação de R\$ 1.088,74 milhões. Os comportamentos das atividades econômicas citadas na análise bimestral influenciaram negativamente o setor ao longo do ano.

#### **- Metalurgia e siderurgia:**

**Bimestre: R\$ 284,67 milhões / + 61,7%**  
**Acumulado: R\$ 939,30 milhões / - 1,4%**

No bimestre, a arrecadação do grupo cresceu 61,7%, representando um acréscimo de R\$ 108,64 milhões na arrecadação deste setor em relação ao 6º bimestre de 2013, realizando R\$ 284,67 milhões. A aplicação de alguns programas de REFIS para algumas indústrias representativas dessa atividade criou condições favoráveis para esse crescimento de arrecadação no 6º bimestre de 2014, em comparação ao mesmo bimestre de 2013.

A arrecadação acumulada apresentou queda de 1,4% (- R\$ 12,82 milhões) em relação ao mesmo período do ano anterior, atingindo a totalidade de R\$ 939,30 milhões em 2014. Tal retração sofre influência da redução de importações que no acumulado vem se comportando de forma decrescente em alguns setores dessa atividade econômica, fazendo cair a arrecadação do ICMS sobre esses itens.



#### **- Telecomunicações:**

**Bimestre: R\$ 623,14 milhões / - 6,7%**  
**Acumulado: R\$ 3.078,53 milhões / - 4,2%**

A arrecadação do grupo decresceu 6,7%, atingindo R\$ 623,12 milhões no quinto bimestre de 2014 comparado ao mesmo período de 2013, representando um decréscimo de R\$ 44,54 milhões na arrecadação desta atividade econômica. As principais influências para esse resultado no bimestre foram os setores econômicos de serviços na atividade de telefonia fixa comutada (STFC), de telefonia móvel celular e o serviço móvel especializado (SME), que apresentaram queda na arrecadação bimestral em relação ao 5º bimestre de 2013.

No acumulado, ainda influenciado pelo comportamento negativo apresentado nos três primeiros bimestres de 2014, houve decréscimo de 4,2% (- R\$ 134,77 milhões) em relação ao mesmo período de 2013, atingindo uma arrecadação total de R\$ 3.078,53 milhões.

Tal desempenho é justificado, em parte pela redução progressiva nas tarifas cobradas nas chamadas de telefone fixo para celular, além das reduções também nas ligações de celular para celular contempladas em planos promocionais em que serviços de telefonia fixa, móvel e de TV por assinatura e pelo uso crescente de aplicativos de comunicação por voz via rede de dados.



## IV.I.2 Receita Patrimonial e Royalties

Bimestre: R\$ 727,29 milhões / - 6,8%

Acumulado: R\$ 7.387,02 milhões / + 7,2%

Tabela 17

(R\$ milhões)

DISCRIMINAÇÃO	EXECUÇÃO BIMESTRAL (SET - OUT)		VAR %	EXECUÇÃO ACUMULADA (JAN - OUT)		VAR %
	2013	2014		2013	2014	
<b>RECEITA PATRIMONIAL</b>	<b>779,97</b>	<b>727,29</b>	<b>-6,8%</b>	<b>6.890,64</b>	<b>7.387,02</b>	<b>7,2%</b>
<b>Petróleo</b>	<b>637,74</b>	<b>547,73</b>	<b>-14,1%</b>	<b>6.269,42</b>	<b>6.548,33</b>	<b>4,4%</b>
Royalties	537,02	546,92	1,8%	2.443,80	2.422,47	-0,9%
Part. Especial	100,00	0,00	-100,0%	3.822,36	4.122,43	7,9%
FEP	0,72	0,81	12,0%	3,25	3,43	5,4%
<b>Aplic. Financeiras</b>	<b>123,97</b>	<b>154,09</b>	<b>24,3%</b>	<b>510,20</b>	<b>734,70</b>	<b>44,0%</b>
<b>Demais Rec. Patrimoniais</b>	<b>18,26</b>	<b>25,47</b>	<b>39,4%</b>	<b>111,02</b>	<b>103,99</b>	<b>-6,3%</b>

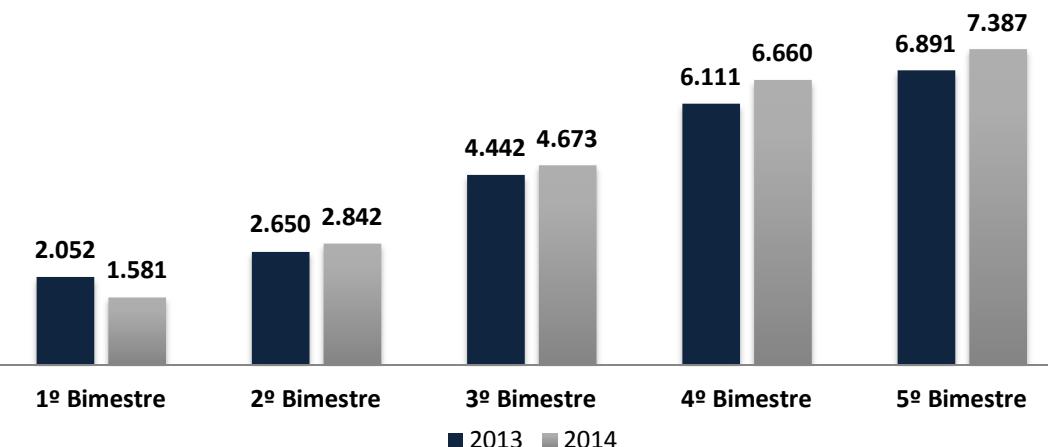
Fonte: SIG - Sistema de Informações Gerenciais do Rio de Janeiro em 17/11/2014.

As receitas patrimoniais, no quinto bimestre de 2014, realizaram o valor total de R\$ 727,29 milhões, o que representa uma variação negativa de 6,8% em relação ao mesmo período de 2013. Tal resultado foi influenciado, principalmente, pelas receitas de petróleo, as quais atingiram um valor 14,1% abaixo do valor de 2013.

Já no acumulado, as receitas patrimoniais alcançaram, até outubro, o valor de R\$ 7.387,02 milhões (+ 7,2%; + R\$ 496,38 milhões).

Gráfico 7

### Receita Patrimonial Acumulada 2013 x 2014 (em milhões)



Fonte SIG - Sistema de Informações Gerenciais do Rio de Janeiro



- Petróleo: as receitas de petróleo alcançaram R\$ 547,73 milhões no quinto bimestre de 2014. Tal resultado sofreu uma variação negativa de 14,1% frente a 2013. Desmembrando a receita de petróleo, observa-se que a variação negativa ocorreu somente na receita de participações especiais. Como essas receitas são recebidas em maio, agosto, novembro e fevereiro, o valor de R\$ 100,00 milhões que foi recebido no quinto bimestre de 2013, se refere a um complemento da receita que deveria ter sido recebida em agosto de 2013, mas que, por motivos contábeis, entraram tarde. Sendo assim, para fins de análise, a variação negativa das receitas de petróleo no 5º bimestre de 2014 pode ser desconsiderada. Já as receitas de Royalties realizaram R\$ 546,92 milhões no bimestre (+ 1,8%). A variação positiva da receita de royalties se deve, basicamente, ao aumento da produção no período que, segundo dados da ANP, foi de 15,59 milhões de m<sup>3</sup>, ocasionando uma variação positiva de 10,1% frente a 2013. Já o *brent* e a taxa de câmbio, que são os outros dois indicadores que influenciam na arrecadação do petróleo, obtiveram uma variação negativa entre os dois períodos, conforme tabela abaixo. Ainda segundo dados da ANP, a produção do Rio de Janeiro correspondeu a 68,9% da produção total brasileira.

No acumulado, mais uma vez, as receitas de petróleo se destacaram dentro das receitas patrimoniais. Essas receitas representam 88,6% das receitas patrimoniais e sofreram uma variação positiva de 4,4% em comparação ao ano de 2013. O componente da receita de petróleo que mais variou de 2013 para 2014 foi a parcela relativa às participações especiais, que, até outubro, atingiram o valor de R\$ 4.122,43 milhões, uma variação de 7,9% em relação ao acumulado de 2013. Tal variação foi decorrente do aumento da produção no ano (+ 2,4 milhões de m<sup>3</sup>; + 3,4%) e da variação da taxa de câmbio, que, até agosto atingiu o valor de R\$ 2,29 reais.

*A produção de petróleo, no quinto bimestre de 2014, correspondeu a 68,9% da produção total brasileira.*

**Tabela 18**

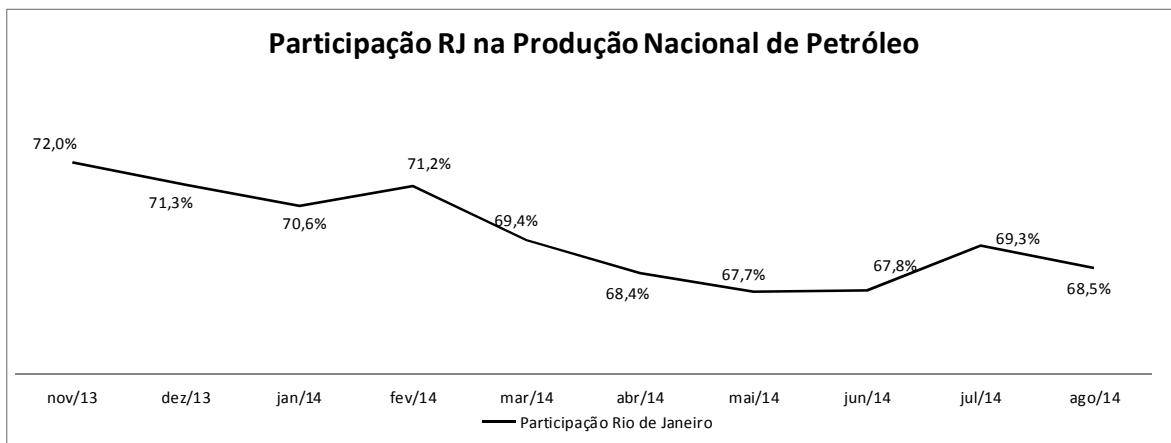
DISCRIMINAÇÃO	EXECUÇÃO BIMESTRAL (JUL - AGO)		VAR %	EXECUÇÃO ACUMULADA (NOV - AGO)		VAR %
	2013	2014		2013	2014	
Produção (milhões de m <sup>3</sup> )	14,16	15,59	10,1%	70,33	72,73	3,4%
Brent (US\$)	109,61	104,19	-4,9%	108,30	108,16	-0,1%
Taxa de Câmbio (R\$/US\$)	2,26	2,24	-0,7%	2,08	2,29	10,1%

Fonte: Energy Information Administration - EIA, 2012.

Nota: O pagamento dos royalties ocorre dois meses após a extração do petróleo. Sendo assim, para a análise das entradas de receita do 5º bimestre de 2014 são apresentados os dados de produção do 4º bimestre de 2014.



Gráfico 8



Fonte: ANP

**- Aplicações Financeiras:** no quinto bimestre, as receitas advindas das aplicações financeiras sofreram uma variação positiva de 24,3% e realizaram R\$ 154,09 milhões. Tal montante realizado é composto, principalmente, pelas seguintes receitas: remuneração de outros depósitos bancários de recursos vinculados, com: R\$ 44,90 milhões; remunerações de outros depósitos bancários de recursos não vinculados no valor de: R\$ 28,87 milhões e remuneração de depósitos bancários - conta única tesouro, que realizou: R\$ 23,07 milhões. No acumulado, a variação também é expressiva, com 44% ou R\$ 734,70 milhões. Obtiveram destaque no acumulado as mesmas receitas que foram evidenciadas no resultado bimestral: receita de remunerações de outros depósitos bancários de recursos vinculados, no valor de R\$ 186,55 milhões, remunerações de outros depósitos bancários de recursos não vinculados no valor de R\$ 153,20 milhões e remuneração de depósitos bancários – conta única Tesouro, no valor de R\$ 109,17 milhões.

**IV.I.3 Demais Receitas Correntes****Bimestre: R\$ 980,23 milhões / + 35,8%****Acumulado: R\$ 4.366,23 milhões / + 3,9%**

**Tabela 19**  
**DEMAIS RECEITAS CORRENTES DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO, 2013/2014.**

DISCRIMINAÇÃO	EXECUÇÃO BIMESTRAL (SET - OUT)		VAR %	EXECUÇÃO ACUMULADA (JAN - OUT)		(R\$ milhões)
	2013	2014		2013	2014	
	721,85	980,23	35,8%	4.200,89	4.366,23	3,9%
DEMAIS RECEITAS CORRENTES						
Receita de Contribuições	231,92	289,23	24,7%	1.182,36	1.477,50	25,0%
Receita Agropecuária	0,05	0,02	-56,6%	0,10	0,06	-41,3%
Receita Industrial	30,57	75,81	148,0%	144,27	152,59	5,8%
Receita de Serviços	64,87	74,78	15,3%	315,74	312,84	-0,9%
Multas e Juros de Mora	104,69	141,04	34,7%	503,49	519,50	3,2%
Indenizações e Restituições	50,98	31,23	-38,7%	246,79	262,68	6,4%
Dívida Ativa	107,42	205,98	91,8%	612,67	391,38	-36,1%
Receitas Diversas	131,36	162,14	23,4%	1.195,47	1.249,69	4,5%

Fonte: SIG - Sistema de Informações Gerenciais do Rio de Janeiro em 17/11/2014.

As Demais Receitas Correntes apresentaram um acréscimo de 35,8%, (+ R\$ 258,38 milhões) no 5º bimestre em relação a 2013, totalizando R\$ 980,23 milhões, influenciadas principalmente pelas altas nas arrecadações da receita de Dívida Ativa (+ R\$ 98,57 milhões; +91,8%), da Receita de Contribuições (+ R\$ 57,31 milhões; + 24,7%), da Receita Industrial (+ R\$ 45,25 milhões; + 148,0%) e da receita de Multas e Juros de Mora (+ R\$ 36,35 milhões; + 34,7%).

No acumulado, houve acréscimo de receita de 3,9% (+ R\$ 165,34 milhões), em relação ao mesmo período acumulado de 2013, totalizando R\$ 4.366,23 milhões. O resultado foi determinado pelo incremento na arrecadação da Receita de Contribuições (+ R\$ 295,14 milhões; + 25,0 %). Em oposição ao comportamento bimestral, a receita de Dívida Ativa foi o principal redutor do resultado acumulado, apresentando um decréscimo de 36,1% (- R\$ 221,29 milhões) em relação ao mesmo período acumulado de 2013.



**– Receitas de Contribuições:** Houve acréscimo de R\$ 57,31 milhões (+ 24,7%) em relação ao mesmo bimestre do ano passado, resultando numa arrecadação total de R\$ 289,23 milhões no 5º bimestre de 2014. As receitas que mais contribuíram para o resultado bimestral foram a Contribuição para o Fundo de Saúde dos Militares, em especial ao Fundo Especial do Corpo de Bombeiros, que superou em aproximadamente R\$ 18,51 milhões a arrecadação do mesmo período em 2013, e a contribuição dos servidores ativos civis e militares ao Fundo Único de Previdência do ERJ - Poder Executivo.

No acumulado, o acréscimo foi de 25,0% (+ R\$ 295,14 milhões) em relação ao mesmo período de 2013, totalizando R\$ 1.477,50 milhões. Tal acréscimo no acumulado foi suportado, principalmente, pela Receita de Contribuição de Inativo Civil - Pagamento de Sentenças Judiciais (+ R\$ 110,01 milhões), pela Contribuição de Servidor Ativo Civil e pela Contribuição de Servidor Inativo Civil que, juntas, adicionaram R\$ 92,66 milhões em comparação ao mesmo período acumulado de 2013.

**– Receita Industrial:** apresentou um crescimento de R\$ 45,25 milhões (+ 148,0%) na arrecadação em relação ao mesmo bimestre do ano passado, resultando num total de R\$ 75,81 milhões. Tal acréscimo deve-se à arrecadação da Indústria de Produtos Farmacêuticos e Veterinários que registrou uma variação positiva de R\$ 45,29 milhões em relação ao 5º bimestre de 2013.

No acumulado apresentou acréscimo de R\$ 8,32 milhões (+ 5,8%), totalizando uma arrecadação de R\$ 152,59 milhões. Assim como na arrecadação bimestral, o resultado acumulado apresenta a receita oriunda da Indústria de Produtos Farmacêuticos e Veterinários (+ R\$ 8,34 milhões) como principal ator no setor.

**– Multas e Juros de Mora e Dívida Ativa:** houve um acréscimo de 34,7% (+ R\$ 36,35 milhões) na arrecadação das Receitas de Multas e Juros de Mora em relação ao mesmo período de 2013 gerando um montante de R\$ 141,04 milhões. Em parte, o comportamento é explicado pelo acréscimo de Multas e Juros de Mora da Dívida Ativa do ICMS e Multas do ICMS, que, em conjunto, apresentaram uma variação positiva de R\$ 26,52 milhões.



A receita de Dívida Ativa apresentou acréscimo (+ 91,8%; + R\$ 98,57 milhões) em relação ao mesmo bimestre de 2013, alcançando R\$ 205,98 milhões, em grande parte pelo aumento da receita das Cotas-Parte da Dívida Ativa do ICMS.

No acumulado, a arrecadação de Multas e Juros de Mora também apresentou variação positiva (+ 3,2%; + R\$ 16,01 milhões) em relação a 2013. Porém, a da Dívida Ativa apresentou queda de 36,1% (- R\$ 221,29 milhões), principalmente pela redução da receita da Dívida Ativa do ICMS ainda que essa receita tenha sido a responsável pelo aumento bimestral da receita de Dívida Ativa.

**IV.I.3.1 Receita de Transferências****Bimestre: R\$950,23 milhões / 0,7%****Acumulado: R\$ 4.936,98 milhões / + 4,0%****Tabela 20**

RECEITA DE TRANSFERÊNCIAS DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO, 2013/2014.

DISCRIMINAÇÃO	EXECUÇÃO BIMESTRAL (SET - OUT)		VAR %	EXECUÇÃO ACUMULADA (JAN - OUT)		VAR %
	2013	2014		2013	2014	
<b>RECEITA DE TRANSFERÊNCIAS</b>	<b>943,46</b>	<b>950,23</b>	<b>0,7%</b>	<b>4.748,34</b>	<b>4.936,98</b>	<b>4,0%</b>
<b>Transf da União</b>	<b>480,60</b>	<b>472,20</b>	<b>-1,7%</b>	<b>2.500,06</b>	<b>2.626,60</b>	<b>5,1%</b>
FPE	136,12	150,01	10,2%	825,60	906,78	9,8%
IPI exp	141,82	135,79	-4,3%	679,67	659,75	-2,9%
IOF	0,01	0,01	-56,0%	0,04	0,03	-34,2%
CIDE	0,00	0,00	0,0%	2,93	5,92	102,5%
SUS	107,11	92,93	-13,2%	514,75	523,63	1,7%
Salário Educação	66,50	67,54	1,6%	344,74	357,90	3,8%
Lei Kandir	14,30	14,30	0,0%	71,48	64,33	-10,0%
Outras Transf. da União	14,74	11,62	-21,1%	60,85	108,26	77,9%
<b>FUNDEB</b>	<b>440,85</b>	<b>436,10</b>	<b>-1,1%</b>	<b>2.161,03</b>	<b>2.175,02</b>	<b>0,6%</b>
<b>Convênios</b>	<b>21,19</b>	<b>41,93</b>	<b>97,9%</b>	<b>86,35</b>	<b>135,24</b>	<b>56,6%</b>
<b>Outras Transf. Corr.</b>	<b>0,83</b>	<b>0,00</b>	<b>-99,5%</b>	<b>0,90</b>	<b>0,12</b>	<b>-86,1%</b>

Fonte: SIG - Sistema de Informações Gerenciais do Rio de Janeiro em 17/11/2014.

As Receitas de Transferências demonstram pequeno aumento bimestral nominal de R\$ 6,77 milhões (+ 0,7%), se comparado ao 5º bimestre de 2013. Esse crescimento é sustentado, principalmente, pelas transferências do FPE, que apresentaram variação positiva de R\$ 13,89 milhões no período em análise (+ 10,2%).

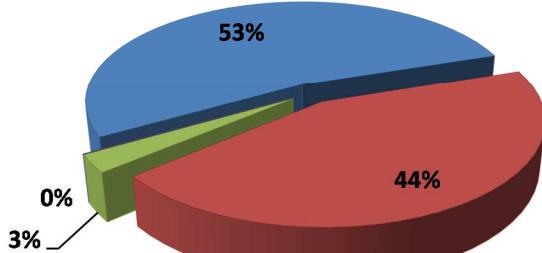
No acumulado, estas receitas totalizaram R\$ 4.936,98 milhões, representando um aumento de 4,0% (+ R\$ 188,64 milhões) em relação ao ano passado. O aumento é justificado no crescimento do somatório das receitas de Transferências da União no valor de 126,54 milhões (+ 5,1%).



Gráfico 9

**Composição da Receita de Transferências  
Acumulado 2014**

■ Transf da União ■ FUNDEB ■ Convênios ■ Outras Transf. Corr.



Fonte: SIG - Sistema de Informações Gerenciais em 17/11/2014

**IV.I.3.2 Transferências da União**

As Transferências da União demonstram queda de 1,7% nesse bimestre (-R\$ 8,40 milhões) em relação ao mesmo período de 2013. A redução dos repasses do SUS é o maior responsável pelo resultado negativo bimestral desta conta. Tal assunto será abordado em item específico para esta Transferência.

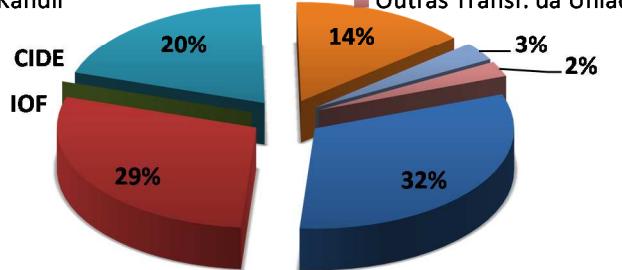
No acumulado, o crescimento de R\$126,54 milhões (+ 5,1%) é reflexo do bom desempenho do FPE, que apresentou crescimento de R\$ 81,19 milhões durante o período em questão.

Gráfico 10

**Transferências da União****5º Bimestre 2014**

■ FPE  
■ IOF  
■ SUS  
■ Lei Kandir

■ IPI exp  
■ CIDE  
■ Salário Educação  
■ Outras Transf. da União



Fonte: SIG - Sistema de Informações Gerenciais em 17/11/2014



– **FPE**<sup>23</sup>: O Fundo de Participação dos Estados é composto por 21,5% da arrecadação do IPI e do IR. O resultado bimestral dessa transferência foi produto, majoritariamente, do comportamento do Imposto de Renda.

O resultado do 5º bimestre dos recursos do FPE apresentou crescimento de R\$ 13,89 milhões (+ 10,2%), em comparação ao mesmo período de 2013. Tal fato é consequência do crescimento das receitas do Imposto de Renda. O aumento concentrou-se na conta Imposto de Renda Retido na Fonte – IRRF, em especial na arrecadação oriunda dos Rendimentos do Trabalho, resultado da variação nominal da massa salarial habitual; e Imposto de Renda Rendimentos de Capital, reflexo dos acréscimos nominais na arrecadação do imposto incidente sobre fundos e aplicações de renda fixa.

No acumulado, o crescimento do FPE de R\$ 81,19 milhões (+ 9,8%) é, da mesma forma, fruto do desempenho do IR. Esse aumento é novamente justificado pelo IRRF – Imposto de Renda Retido na Fonte. Destaque para o IRRF – Rendimentos do Trabalho, motivado pela variação nominal da massa salarial habitual, e para o IRRF-Rendimentos de Capital, em grande parte motivado pela reclassificação de alguns códigos de receita relativos à tributação dos rendimentos de fundos de previdência privada do IRRF - Rendimentos do Trabalho para o IRRF - Rendimentos do Capital além da arrecadação do imposto de renda incidente sobre fundo de renda fixa.

–**IPI-EXP**: A Constituição de 1988 determina que 10% da arrecadação do IPI seja distribuída aos estados e Distrito Federal, “proporcionalmente ao valor das respectivas exportações de produtos industrializados”, como forma de compensação à desoneração das exportações. A competência para estabelecer e divulgar os coeficientes de participação dos estados cabe ao Tribunal de Contas da União e os mesmos estão disponíveis em

*O aumento na arrecadação do Imposto de Renda justifica o crescimento do FPE, no bimestre e no acumulado de 2014.*

<sup>23</sup> Fonte: Análise da Arrecadação das Receitas Federais de setembro e outubro de 2014, Receita Federal.

<http://www.receita.fazenda.gov.br/publico/arre/2014/Analisemensalset14.pdf>

<http://www.receita.fazenda.gov.br/publico/arre/2014/Analisemensalout14.pdf>

*A redução percentual do coeficiente do IPI-Exportação 2014 do ERJ resultou na queda de receita deste imposto durante o ano.*



<http://portal2.tcu.gov.br/portal/page/portal/TCU/comunidades/transferencias>.

No quinto bimestre a receita deste imposto apresentou redução de 4,3% (- R\$ 6,03 milhões), comparativamente ao mesmo período do ano anterior. Contribui para tal resultado a redução percentual de 11,1% do coeficiente do IPI-exportação do Estado do Rio de Janeiro, de 18,97851% em 2013 para 16,87082% em 2014.

O acumulado apresentou ligeira queda de 2,9% (- R\$ 19,92 milhões), pelo mesmo motivo citado anteriormente.

**-CIDE:** Os recursos repassados pela União aos Estados, DF e Municípios a título de CIDE-Combustíveis são destinados obrigatoriamente ao financiamento de programas de infraestrutura de transportes. Os dados referentes aos coeficientes de distribuição das receitas da CIDE podem ser consultados no portal do TCU na internet.

O decreto 7.764/12 que entrou em vigor a partir do dia 25 de junho de 2012 reduziu a zero as alíquotas da Contribuição de Intervenção no Domínio Econômico incidente sobre a importação e a comercialização de petróleo e seus derivados, gás natural e seus derivados, e álcool etílico combustível. Isso justifica a ausência de repasse dessa transferência no bimestre.

O valor recebido de R\$ 5,92 milhões demonstrado no acumulado é apenas residual.

**-SUS:** A transferência do SUS consiste no repasse de valores, regular e automático, diretamente do Fundo Nacional da Saúde (FNS) para os Estados e Municípios, independentemente de convênio ou instrumento similar. Destina-se ao financiamento dos programas do SUS e abrange recursos para a Atenção Básica (PAB<sup>24</sup> fixo<sup>25</sup> e PAB variável<sup>26</sup>) e para os procedimentos de Média e Alta Complexidade.

---

<sup>24</sup> PAB: Piso de Atenção Básica



As Transferências do SUS apresentaram redução bimestral de R\$ 14,18 milhões (- 13,2%). Tal queda evidencia-se nas transferências para o Programa Teto Estadual de Média e Alta Complexidade Ambulatorial e Hospitalar, apesar do aumento do número de programas relacionados ao SUS.

Apesar da queda bimestral, essa receita acumulada apresenta discreto crescimento de R\$ 8,87 milhões (+ 1,7%), justificada pelos repasses ao programa Rede Teto Estadual, iniciados em 2014.

**- OUTRAS TRANSFERÊNCIAS DA UNIÃO:** Nesta conta estão consolidadas as transferências do Fundo Nacional de Desenvolvimento Econômico (FNDE) - exceto as receitas do salário-educação -, do Fundo Nacional de Assistência Social (FNAS) e demais transferências da União.

Com arrecadação bimestral de R\$ 11,62 milhões, esta receita apresentou redução de 21,1% (- R\$ 3,11 milhões) em relação ao mesmo período de 2013. O declínio justifica-se pelo declínio em Transferências do FNDE, pulverizadas em diferentes contas contábeis.

A despeito da queda bimestral, o acumulado apresentou variação positiva de 77,9% (+ R\$ 47,41 milhões) em relação ao mesmo período de 2013. O aumento justifica-se pela ocorrência da transferência do Fundo de Apoio às Exportações (FEX) referente a 2013 em janeiro de 2014, no valor de 48,68 milhões.

#### **- CONVÊNIOS:**

As receitas de convênios demonstram crescimento de R\$ 20,74 milhões, o que representa aumento de 97,9% em relação ao mesmo bimestre do ano passado. O aumento deriva-se do convênio com a Imprensa Oficial do Estado do Rio de Janeiro no valor de R\$ 16,00 milhões e do convênio de R\$ 13,00 milhões com o Fundo Especial da

<sup>25</sup> Refere-se ao financiamento de ações de atenção básica à saúde. Os recursos são transferidos mensalmente, de forma regular e automática.

<sup>26</sup> Destina-se a manutenção do Programa de Agentes Comunitários de Saúde, servindo o recurso para financiar os salários destes, bem como demais despesas decorrentes da manutenção do programa. São recebidas 13 (treze) parcelas durante o ano, sendo o incentivo adicional normalmente creditado no mês de Dezembro.



Assembleia Legislativa do Estado do Rio de Janeiro, ambos inexistentes em 2013.

Já no acumulado, as Transferências de Convênios apresentam crescimento de R\$ 48,89 milhões (+ 56,6%). Além das contas já citadas no parágrafo anterior, a variação acumulada também é explicada pelos repasses da Caixa Econômica Federal para a Secretaria de Cultura e Fundação Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior/CAPES para a Fundação Centro de Ciências e de Educação Superior a Distância do Estado do Rio de Janeiro.



## IV.II Receitas de Capital

Bimestre: R\$ 1.619,69 milhões / - 9,3%  
Acumulado: R\$ 10.603,76 milhões / + 40,9%

**Tabela 21**

RECEITA DE CAPITAL DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO, 2013/2014.

DISCRIMINAÇÃO	EXECUÇÃO BIMESTRAL (SET - OUT)		VAR %	EXECUÇÃO ACUMULADA (JAN - OUT)		VAR %
	2013	2014		2013	2014	
	<b>RECEITAS DE CAPITAL</b>	<b>1.785,04</b>	<b>1.619,69</b>	<b>-9,3%</b>	<b>7.526,33</b>	<b>10.603,76</b>
Operações de Crédito	44,41	1.527,05	3.338,6%	3.281,73	6.650,07	102,6%
Alienação de Bens	1.665,13	5,50	-99,7%	3.671,60	3.408,58	-7,2%
Amortiz. de Empréstimos	31,62	50,72	60,4%	193,42	234,96	21,5%
Transf. de Capital	43,89	36,43	-17,0%	379,58	310,11	-18,3%
Outras Rec. de Capital	0,00	0,00	0,0%	0,00	0,05	0,0%

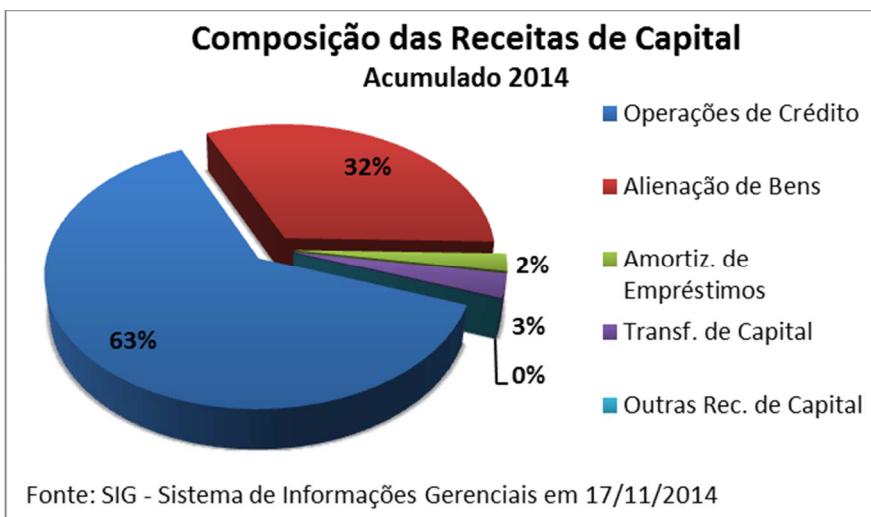
Fonte: SIG - Sistema de Informações Gerenciais do Rio de Janeiro em 17/11/2014.

As Receitas de Capital apresentaram uma redução, no quinto bimestre, de 9,3% (- R\$ 165,35 milhões), em relação ao mesmo período de 2013, principalmente por conta do decréscimo registrado em Alienações de Bens no montante de R\$ 1.659,63 milhões, superior ao aumento em Operações de Crédito (1.482,64 milhões).

Por outro lado, o acumulado, registrou crescimento de 40,9% (+ R\$ 3.077,43 milhões) principalmente pelo acréscimo de receita das Operações de Crédito (3.368,33 milhões), ainda que com queda das Alienações de Bens e Transferências de Capital.



Gráfico 11



**OPERAÇÕES DE CRÉDITO:** O aumento de 3.338,6% (+R\$ 1.482,64 milhões) nas Receitas de Operações de Crédito neste bimestre, em relação ao mesmo período do ano passado, é decorrente da base de comparação ter sido especialmente baixa no bimestre de 2013, e por conta da aceleração das operações de crédito internas referentes a Programas de Transportes (PROSUT), de Meio Ambiente (PRODES<sup>27</sup>) e demais Programas de Governo (Metro Linha 4 II).

O desempenho do acumulado do ano já atingiu R\$ 6.650,07 milhões, representando um aumento de 102,6% (+ R\$3.368,33 milhões) em relação ao acumulado de 2013. Esse desempenho é resultante das operações de crédito que objetivaram financiar programas de governo ao longo deste ano, sendo os mais expressivos Pro-Cidades, Pro-Cidades II<sup>28</sup> e Metro Linha 4 Fase II. Esses recursos do Pró-Cidades II financiaram alguns projetos voltados para a COPA, dentre os quais

<sup>27</sup> Os recursos resultantes da operação de crédito destinam-se ao apoio ao Programa de Desenvolvimento Socioambiental, PRODES, visando reforçar o orçamento do Estado do Rio de Janeiro para que este elabore e execute projetos de ampliação de infraestrutura da RMRJ - Região Metropolitana do Rio de Janeiro, englobando áreas de saneamento ambiental, obras viárias e segurança pública.

<sup>28</sup> A operação de crédito realizada para o Programa de Melhoria da Infra Estrutura do Estado do Rio de Janeiro para Grandes Eventos – PRÓ-CIDADES II/RJ destina-se a complementar os recursos para as seguintes intervenções: Mobilidade Urbana (Linhas 3 e 4 do Metrô, Asfalto e Estação Ferroviária do Maracanã), Segurança Pública, Cultura, Saúde Pública, Educação, Defesa Civil e Saneamento Básico.



podemos citar o Centro Integrado de Comando e Controle e a Reforma da Estação do Maracanã.

**ALIENAÇÕES DE BENS:** A receita de alienação de bens no 5º bimestre de 2014 apresentou decréscimo de 99,7% (- R\$1.659,63 milhões). Tal fato é explicado pelos elevados níveis de ingresso financeiro proveniente do RIOPREVIDÊNCIA e da receita de privatização referente à segunda parcela do preço de oferta do BERJ, verificado no quinto bimestre de 2013, o que inflou a base de comparação bimestral neste item.

No acumulado, de forma diversa, a Alienação de Bens apresentou decrescimento de 7,2% (- R\$ 263,02 milhões). O resultado é consequência, do ingresso financeiro proveniente da receita de privatização, ocorrida em setembro de 2013.

*Com o aumento das receitas de operações de crédito, torna-se possível custear importantes programas de governo.*

**TRANSFERÊNCIAS DE CAPITAL:** As Transferências de Capital demonstram um decréscimo de 17,0% (-R\$ 7,46 milhões). Essa redução é verificada nas Transferências de Outros Convênios dos Municípios e nas Transferências de Convênios de Instituições Privadas.

O resultado acumulado, também apresenta decréscimo, encerrando o quinto bimestre com arrecadação de R\$ 310,11 milhões (-18,3%), R\$ 69,47 milhões a menos que o arrecadado no mesmo período do ano anterior. Esse resultado é decorrente principalmente da conta Transferências de Convênios da União destinadas ao PAC, que apesar do aumento verificado nos últimos dois bimestres de 2014, o alto repasse ocorrido em junho de 2013 inflou a base comparativa destas Transferências.



## V. Despesas do Estado do Rio de Janeiro

## V.I Despesa Total

Tabela 22

EXECUÇÃO DA DESPESA TOTAL - JAN A OUT 2013/2014								R\$ Milhões
PODER EXECUTIVO								
ANO	TIPO	LOA	DOT. ATUAL	CONTING.	DISPONÍVEL	EMP.	LIQ.	
2013	DESPESA SEM INTRA	64.691	71.126	1.635	69.491	49.779	46.495	
	DESPESA INTRA	2.694	2.876		2.876	2.456	2.233	
	<b>DESPESA TOTAL</b>	<b>67.386</b>	<b>74.002</b>	<b>1.635</b>	<b>72.367</b>	<b>52.234</b>	<b>48.728</b>	
2014	DESPESA SEM INTRA	67.582	68.921	855	68.066	55.450	52.213	
	DESPESA INTRA	2.977	3.431		3.431	2.940	2.878	
	<b>DESPESA TOTAL</b>	<b>70.559</b>	<b>72.352</b>	<b>855</b>	<b>71.496</b>	<b>58.390</b>	<b>55.091</b>	
OUTROS PODERES								
ANO	TIPO	LOA	DOT. ATUAL	CONTING.	DISPONÍVEL	EMP.	LIQ.	
2013	DESPESA SEM INTRA	4.799	5.511		5.511	4.738	4.213	
	DESPESA INTRA	555	570		570	418	388	
	<b>DESPESA TOTAL</b>	<b>5.354</b>	<b>6.081</b>		<b>6.081</b>	<b>5.156</b>	<b>4.600</b>	
2014	DESPESA SEM INTRA	5.943	6.077		6.077	5.455	4.511	
	DESPESA INTRA	587	660		660	560	532	
	<b>DESPESA TOTAL</b>	<b>6.530</b>	<b>6.737</b>		<b>6.737</b>	<b>6.015</b>	<b>5.043</b>	
<b>CONTA REDUTORA FUNDEB</b>								<b>4.603</b>

Fonte: SIG - Sistema de Informações Gerenciais

Obs: Dados extraídos em 17/11/2014.

A Tabela 22 apresenta a execução das despesas do Estado em aspecto amplo. O Poder Executivo inicialmente dispunha (Lei Orçamentária Anual) de R\$ 70,56 bilhões, e por meio de alterações orçamentárias decorrentes de créditos adicionais a dotação alcançou R\$ 72,35 bilhões. Conforme já citado no item II deste Boletim, R\$ 855,06 milhões permanecem contingenciados. Até o quinto bimestre, 81,7% (R\$ 58,39 bilhões) foram empenhados e 77,1% (R\$ 55,09 bilhões) de despesas do Estado foram liquidadas.

Para gastos dos demais Poderes a dotação disponível para o exercício é de R\$ 6,74 bilhões, 10,79% maior do que em 2013. Uma boa parte do orçamento, 89,3%, já foi empenhado, R\$ 6,02 bilhões.

Toda a análise a seguir a respeito da despesa executada no ERJ desconsidera a conta redutora do FUNDEB. A Tabela 22 contabiliza ainda o valor de R\$ 4,60 bilhões referente à contribuição do Estado ao Fundo com o objetivo de compatibilizar os valores da despesa



apresentados na análise do resultado primário, em que a receita foi contabilizada pelo seu valor bruto, ou seja, sem a dedução da conta redutora, necessitando assim a inclusão do FUNDEB na despesa.

## V.II Créditos Adicionais

A Tabela 23 detalha as alterações orçamentárias verificadas até outubro no orçamento do Estado, acréscimos financiados, basicamente, por meio de Convênios, Operações de Crédito e Demais Recursos.

Até o quinto bimestre, R\$ 1,47 bilhão foi incorporado ao orçamento por meio de créditos adicionais. A maior parte desse incremento foi compensada pela incorporação de superávits financeiros. Os acréscimos devidos às Operações de Crédito alcançaram R\$ 585 milhões, dos quais R\$ 335 milhões foram alocados na Secretaria de Estado de Obras (SEOBRAS) para financiar ações nas áreas de urbanismo e transporte. Outros R\$ 496 milhões foram incorporados à LOA por meio de Convênios, recursos que foram destinados principalmente à SEOBRAS. Por fim, o aumento de R\$ 749 milhões nas Demais Fontes de recursos do Estado ficou concentrado, basicamente, na Secretaria de Estado de Educação (R\$ 302 milhões; 40,32% do total).

Numa análise por ação governamental, conforme demonstrado na Tabela 24 ao lado, as obras rodoviárias de Implementação do Arco Metropolitano tiveram destaque no período: projeto de elevado grau de importância para o Governo do Estado, o Arco foi suplementado em R\$ 758 milhões, dos quais R\$ 303 milhões advindos de Operações de Crédito (PROINVEST- BB) e outros R\$ 377 milhões oriundos, em maior parte, de Convênio com a União por meio do Projeto de Aceleração do Crescimento – PAC.

Ações de urbanismo, como os projetos Asfalto na Porta e Bairro Novo, também apresentaram considerável destaque: R\$ 562 milhões de incremento, geridos integralmente por recursos de Operações de Crédito (PROINVEST- BB). As obras de Implantação de Projetos de Infraestrutura receberam R\$ 506 milhões, sendo o maior aporte por meio também do PROINVEST – BB, com R\$ 499 milhões, e outros R\$ 7 milhões por meio de Convênio. Por fim na área de Saúde, a Operacionalização Integral de Unidades Próprias por meio de Gestão Compartilhada apresentou acréscimo de R\$ 480 milhões, sendo R\$ 236 milhões pelo Sistema Único de Saúde (SUS) e R\$ 244 milhões por meio de recursos do Tesouro Estadual.

**Tabela 23**

ALTERAÇÕES ORÇAMENTÁRIAS - JAN A OUT 2014				R\$ Milhões
FR	LOA	CRÉDITOS ADICIONAIS	DOT. ATUAL	
TESOURO (exceto oper. Créd.)	41.812	-356	41.456	
Operações de Crédito	7.866	585	8.452	
Convênios	4.251	496	4.747	
DEMAIS FONTES	19.595	749	20.343	
<b>TOTAL</b>	<b>73.524</b>	<b>1.473</b>	<b>74.998</b>	

Fonte: SIG - Sistema de Informações Gerenciais

Obs: Dados extraídos em 17/11/2014.

Análise exclui as despesas intra-orçamentárias.

**Tabela 24**

ALTERAÇÕES ORÇAMENTÁRIAS - JAN A OUT 2014			R\$ Milhões
PRINCIPAIS AÇÕES	FR	CRÉDITOS ADICIONAIS	
	Oper. Crédito	303	
Imp. Arco Metropolitano - PAC - RJ	Convênios	377	
	Outros Recursos	78	
	<b>TOTAL</b>	<b>758</b>	
	Oper. Crédito	572	
Exec Obras Vias Urb - Asfalto Porta e B Novo	Outros Recursos	-10	
	<b>TOTAL</b>	<b>562</b>	
	Oper. Crédito	499	
Implantação de Projetos de Infraestrutura	Outros Recursos	7	
	<b>TOTAL</b>	<b>506</b>	
	SUS	236	
Oper. Integ. de Unid. Próp. p/ Gest Compart.	Tesouro	244	
	<b>TOTAL</b>	<b>480</b>	
	<b>SUBTOTAL</b>		<b>2.307</b>
	<b>OUTRAS DEMANDAS</b>		<b>-833</b>
	<b>TOTAL</b>		<b>1.473</b>

Fonte: SIG - Sistema de Informações Gerenciais

Obs: Dados extraídos em 17/11/2014.

Análise exclui as despesas intra-orçamentárias.



### V.III Despesas por Fonte de Recursos

Neste 5º bimestre, as despesas custeadas com recursos do Tesouro atingiram 69,0% (R\$ 39,11 bilhões) do total de despesas realizadas no período (R\$ 56,72 bilhões), excluídas as intraorçamentárias. Basicamente, esse quantitativo foi suportado pelos recursos provenientes de Impostos (FR 00) e pelos recursos de Operações de Crédito (FR 11), conforme demonstrado na Tabela 25 ao lado.

A FR 11 apresentou uma liquidação total de R\$ 5,69 bilhões até outubro, um aumento de 109,6% frente ao mesmo período de 2013. Abaixo, são citadas as principais ações executadas pelo Estado que foram financiadas por essa fonte.

**- Secretaria de Obras (SEOBRAS):** Urbanização, drenagem, pavimentação e sinalização em vias urbanas de diversos municípios do ERJ (Nilópolis, Duque de Caxias, Belford Roxo, Mesquita, Magaratiba, Paracambi, Seropédica, Japeri, Nova Iguaçu, Niterói, São Gonçalo, Itaboraí, Rio Bonito, Maricá, Magé, Guapimirim, Tanguá, Região Serrana, Baixada Litorânea), objetivos do Programa Bairro Novo. A ação foi responsável por executar R\$ 810,81 milhões.

**Tabela 25**

DISCRIMINAÇÃO	DESPESA POR FONTE DE RECURSO		
	JAN - OUT	2013	2014
	Variação %		
<b>RECURSOS DO TESOURO</b>	<b>35.285</b>	<b>39.111</b>	<b>10,8%</b>
PROVENIENTES DE IMPOSTOS (FR 00)	24.456	25.780	5,4%
NÃO PROVENIENTES DE IMPOSTOS (FR 01)	1.522	901	-40,8%
ROYALTIES E PART. ESPECIAL PETRÓLEO (FR 04)	2.634	2.164	-17,9%
SALÁRIO EDUCAÇÃO (FR 05)	269	293	8,7%
FUNDO DE PARTIC. DOS ESTADOS (FR 06)	817	871	6,5%
DEMAIS TRANSF. DA UNIÃO PROV. DE IMPOSTOS (FR 07)	739	793	7,3%
OPERAÇÕES DE CRÉDITO (FR 11)	2.716	5.694	109,6%
FECP - ADICIONAL DO ICMS (FR 22)	2.048	2.062	0,7%
DEMAIS FONTES*	82	554	572,7%
<b>RECURSOS DE OUTRAS FONTES</b>	<b>15.423</b>	<b>17.613</b>	<b>14,2%</b>
ARREC. PRÓPRIA - ADM. INDIRETA (FR 10)	11.845	13.016	9,9%
CONVÉNIOS**	760	944	24,2%
FUNDEB (FR 15)	1.840	2.230	21,2%
SISTEMA ÚNICO DE SAÚDE (FR 25)	405	697	71,8%
DEMAIS FONTES***	573	726	26,7%
<b>TOTAL</b>	<b>50.708</b>	<b>56.723</b>	<b>11,9%</b>

Fonte: SIG - Sistema de Informações Gerenciais

Obs: Dados extraídos em 17/11/2014.

Exclui despesas intra-orçamentárias / Exclui Imprensa Oficial e CEDAE

\* Fontes de Recursos 20, 21, 26, 90, 91, 95

\*\* Fontes de Recursos 12, 13, 14, 16, 18, 19

\*\*\* Fontes de Recursos 23, 24, 96, 97, 98, 99



O mapa abaixo apresenta os efeitos positivos do projeto.



- **Secretaria de Educação (SEEDUC):** Ampliação da rede estadual de ensino e melhorias na sua infraestrutura, com serviços de pintura, revestimentos, reforço, contenção e climatização em colégios dos municípios de Macaé, Niterói, Volta Redonda, Petrópolis, Nova Iguaçu, Nova Friburgo e Campos dos Goytacazes. A ação foi responsável por R\$ 100,73 milhões.

- **Secretaria de Segurança (SESEG):** Obras de implantação de Regiões Integradas de Segurança Pública (RISP's); gerenciamento das instituições policiais; aquisição de 1.500 sistemas de periféricos (câmeras embarcadas) para captura de imagem para viaturas; e expansão do sistema de radiocomunicação com fornecimento e instalação. Ações responsáveis por R\$ 110,59 milhões de recursos executados até outubro.

- **Companhia Estadual de Engenharia de Transportes e Logística (CENTRAL):** Melhoria nos transportes, com a execução de obras de reformulação e modernização da estação ferroviária multimodal do Maracanã e seu entorno visando as Olimpíadas de 2016 (R\$ 144,41 milhões executados pela unidade).

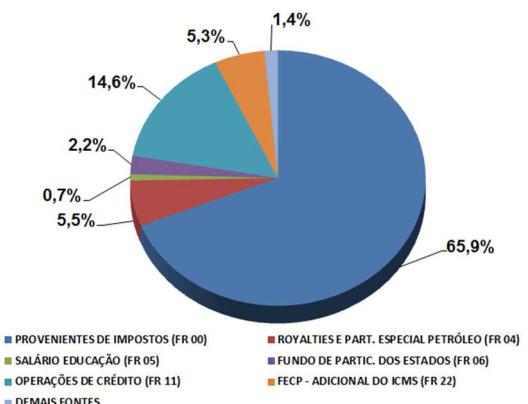
- **Companhia de Transportes sobre Trilhos (RIOTRILHOS):** Implantação de novas linhas metroviárias com a execução das obras de expansão da Estação General Osório e da interligação entre as



linhas 1 e 4 (Jardim Oceânico/Gávea) do Metrô. A ação foi responsável por R\$ 2,01 bilhões (35,26% do montante executado na FR 11).

**- Fundação de Apoio à Escola Técnica do ERJ (FAETEC):** Ação de Desenvolvimento de Centros Vocacionais Tecnológicos (CVTs), unidades modulares de ensino à distância em diversos municípios (Mangaratiba, Resende, Belford Roxo, Angra dos Reis, Rio Claro, Pinheiral, Vassouras, Guapimirim, Piraí, Barra do Piraí) bem como no polo educacional do Alemão. A ação foi responsável por R\$ 31,99 milhões.

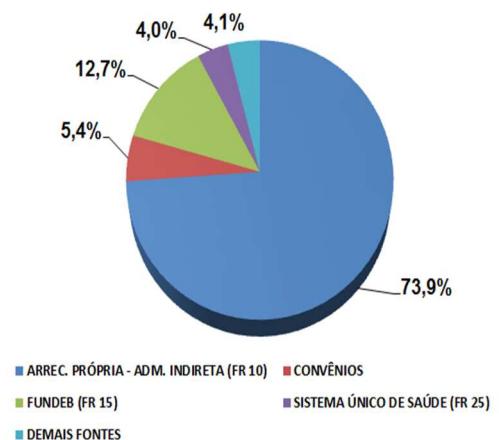
Gráfico 12 demonstra a participação dessas fontes na composição dos Recursos do Tesouro.

**Gráfico 12**

Com relação a utilização das fontes de recursos Não Tesouro (Outras Fontes), as despesas liquidadas totalizaram R\$ 17,61 bilhões até o período. Grande parte (R\$ 13,01 bilhões; 72,19%) foi financiada pela FR 10 (recursos de arrecadação própria dos órgãos e entidades),, seguida pela FR 15 (FUNDEB): R\$ 2,23 bilhões de recursos asseguraram a realização de despesas da Rede Estadual de ensino.

As Demais Fontes, apresentaram um crescimento de 99,4% (+R\$ 569,53 milhões) quando comparado ao mesmo período de 2013: destaque para FR 91 (Depósitos Judiciais e Extrajudiciais), fonte referente ao pagamento de precatórios judiciais conforme Lei Nº 147/2013, recursos que não se concretizaram no exercício anterior.

O Gráfico 13 demonstra a participação das FRs dentro do grupo Outras Fontes.

**Gráfico 13**

**V.IV Despesas por Grupo**

Este item do boletim apresenta a análise dos gastos pela ótica da categoria econômica e do grupo de despesa. O tópico permite maior visibilidade das ações executadas pelo Governo do Estado no exercício. A Tabela 26 demonstra os gastos realizados no bimestre e no acumulado, desdobrando-os em custeio e capital, comparando-os com o realizado em 2013.

**Tabela 26**

CATEGORIA ECONÔMICA	GRUPO	SET A OUT			JAN A OUT		
		2013	2014	Variação %	2013	2014	Variação %
CORRENTE	1 - PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	2.676	3.425	28,0%	13.746	15.028	9,3%
	1.1 - PODER EXECUTIVO	2.040	2.800	37,3%	10.621	11.702	10,2%
	1.2 - OUTROS PODERES	636	625	-1,7%	3.125	3.326	6,4%
	2 - JUROS E ENCARGOS DA DÍVIDA	480	492	2,5%	2.349	2.548	8,5%
	3 - OUTRAS DESPESAS CORRENTES	5.802	6.346	9,4%	28.032	30.240	7,9%
	3.1 - DESPESAS DE CUSTEIO	2.177	2.530	16,2%	9.019	9.812	8,8%
	3.1.1 - PODER EXECUTIVO	1.963	2.223	13,2%	8.096	8.697	7,4%
	3.1.2 - OUTROS PODERES	214	307	43,7%	923	1.114	20,7%
	3.2 - INATIVOS E PENSIONISTAS	2.029	2.255	11,1%	9.739	10.957	12,5%
	3.3 - TRANSFERÊNCIAS OBRIGATÓRIAS	1.596	1.561	-2,2%	9.274	9.472	2,1%
CAPITAL	3.3.1 - ENC. COM A UNIÃO / ROYALTIES (EGE)				1.293	1.200	-7,2%
	3.3.2 - TRANSFERÊNCIAS AOS MUNICÍPIOS	1.596	1.561	-2,2%	7.981	8.271	3,6%
	TOTAL CORRENTE	8.958	10.263	14,6%	44.126	47.817	8,4%
	4 - INVESTIMENTOS	1.131	1.638	44,8%	4.106	5.971	45,4%
	4.1 - PODER EXECUTIVO	976	1.579	61,8%	3.777	5.679	50,4%
	4.2 - OUTROS PODERES	36	9	-74,6%	162	70	-56,6%
	4.3 - RESTITUIÇÃO DE REC.TERCEIROS	119	50	-58,3%	167	221	32,2%
	5 - INVERSÕES FINANCEIRAS	10	34	238,9%	99	78	-20,4%
	6 - AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA	518	638	23,2%	2.376	2.857	20,2%
	TOTAL CAPITAL	1.658	2.309	39,2%	6.581	8.907	35,3%
TOTAL (sem despesas intraorçamentárias)		10.616	12.572	18,4%	50.708	56.723	11,9%
Despesas Intraorçamentárias		473	258	-45,6%	2.621	3.410	30,1%
TOTAL GERAL		11.089	12.830	15,7%	53.328	60.134	12,8%

Fonte: SIG - Sistema de Informações Gerenciais

Posição SIG/SIAFEM: 17/11/2014

As Despesas Correntes, categoria composta pelos gastos de Pessoal, Juros e Encargos da Dívida, e Outras Despesas Correntes - que agregam o custeio da máquina administrativa, o gasto com inativos e pensionistas e despesas constitucionais e legais (transferências obrigatórias de recursos aos municípios e encargos com o Governo Federal) – corresponderam a 84,3% (R\$ 47,82



bilhões) do total de recursos liquidados até o 5º bimestre. As Despesas de Capital (Investimentos, Inversões Financeiras e Amortização da Dívida) requereram R\$ 8,91 bilhões (15,7% do total liquidado).

A despesa com Inativos e Pensionistas cresceu 12,5% em relação ao mesmo período de 2013 (+R\$ 1,22 bilhão), variação essa impactada pelos reajustes salariais concedidos aos servidores no decorrer de 2013 e 2014.

As despesas com manutenção dos órgãos, bem como programas estratégicos de Governo requereram R\$ 2,53 bilhões no bimestre, um aumento de 16,2% (+R\$ 352,80 milhões) em relação a 2013. No acumulado, alcançou R\$ 9,81 bilhões.

Os investimentos realizados cresceram 45,4% (+R\$ 1,86 milhões) no acumulado, como reflexo direto da continuidade de projetos estruturantes, muitos deles voltados para a melhoria do transporte público (Ampliação da rede metroviária - Linha 4), obras de urbanização e melhoria da atividade econômica (Implantação do Arco Metropolitano).

Nos próximos tópicos serão detalhados os gastos, as variações e as justificativas ocorridas individualmente em cada grupo de despesa.

### ➤ Despesas de pessoal

A Tabela 27 detalha as áreas que concentram os maiores gastos com pessoal ativo. No acumulado foram liquidados R\$ 15,03 bilhões (+9,3%). Consideradas as despesas intraorçamentárias, R\$ 2,35 bilhões, esse valor alcança o patamar de R\$ 17,38 bilhões, apresentando uma variação positiva de 11,8%. A tabela ao lado mostra as variações nas principais áreas.

No acumulado, constata-se o crescimento na área da Segurança (11,0%; +R\$ 354,20 milhões) e na Defesa Civil (12,3%; +R\$ 106,15 milhões). As expansões resultam, em parte, da concessão do auxílio moradia estabelecido pela Lei Estadual Nº 6.162/2012 e do reajuste de 11,8% do salário concedido a partir de fevereiro: juntos, esses benefícios resultaram numa ampliação, frente a 2013, de 16,88% (+R\$ 149,47 milhões), conforme detalhado na Tabela 28. Além disso, a área de Segurança conta outras gratificações que também corroboram para o aumento dos gastos de pessoal, os quais são discriminados a seguir:

**Tabela 27 - Despesas de Pessoal - Principais Áreas**

ÓRGÃO	SET A OUT		VARIAÇÃO %	JAN A OUT		VARIAÇÃO %
	2013	2014		2013	2014	
Segurança Pública	612	730	19,1%	3.207	3.561	11,0%
Educação	415	563	35,7%	2.157	2.428	12,6%
Ciência e Tecnologia	175	220	25,8%	856	1.041	21,6%
Defesa Civil	170	190	11,7%	862	969	12,3%
Saúde	176	171	-2,6%	969	828	-14,6%
DEMAIS ÁREAS	1.128	1.552	37,6%	5.695	6.202	8,9%
<b>SUBTOTAL</b>	<b>2.676</b>	<b>3.425</b>	<b>28,0%</b>	<b>13.746</b>	<b>15.028</b>	<b>9,3%</b>
<b>DESPESAS INTRAORÇAMENTÁRIAS</b>	<b>277</b>	<b>109</b>	<b>-60,5%</b>	<b>1.805</b>	<b>2.352</b>	<b>30,4%</b>
<b>TOTAL GERAL</b>	<b>2.953</b>	<b>3.535</b>	<b>19,7%</b>	<b>15.551</b>	<b>17.381</b>	<b>11,8%</b>

Fonte: SIG - Sistema de Informações Gerenciais

Obs: Dados extraídos em 17/11/2014.



- Programa Estadual de Integração na Segurança (PROEIS) -** implantado desde 2011, este programa permite aos policiais militares a possibilidade de trabalhar para prefeituras municipais, concessionárias de serviço público e órgãos de administração direta durante seu horário de folga, recebendo a gratificação, sem prejuízo na escala regular, que pelo fato de não ser uma despesa fixa, varia de acordo com o quantitativo de policiais contratados a cada período;
- Regime Adicional de Serviços (RAS) –** Gratificação de encargos especiais concedido aos servidores da SESEG, CBMERJ e SEAP é dada em razão da prestação de serviços em programas específicos (Rio+20) a fim de cobrir turnos adicionais com escala diferenciada. A participação destes servidores é realizada por meio de convocação e os valores da gratificação varia entre R\$ 113 a R\$ 375 dependendo da hora de serviço prestado.
- Regiões Integradas de Segurança Pública (RISP) -** O ERJ está dividido em sete Regiões Integradas de Segurança Pública (RISPs) com o intuito de integrar o policiamento ostensivo ao investigativo. Os policiais recebem gratificação por atuar nessa nova divisão geográfica. A RISP visa obter maior eficiência no monitoramento de metas e ações planejadas, maior integração entre as ações das Polícias Civil e Militar e melhor compartilhamento de informações.

Na área da Educação foram executados até outubro R\$ 2,43 bilhões, aumento de 12,6% (+271,09 milhões) em relação ao mesmo período de 2013, em consequência do reajuste salarial de 9% concedido a partir de agosto aos servidores da Rede Estadual de Ensino: o piso salarial inicial do magistério com carga horária de 30h semanais foi reajustado em R\$ 182,58, passando de R\$ 2.028,67 para R\$ 2.211,25. Soma-se a isso o aumento no auxílio transporte, no auxílio qualificação, na gratificação de difícil provimento e crescimento de 1.000% (em valores absolutos) da gratificação de agente de pessoal.

A variação negativa verificada na Saúde é justificada pelo novo modelo de gestão – Contratos de Gestão – realizado através de Organizações Sociais (O.S) que passaram a administrar a gestão de pessoal - despesa incluída no valor dos contratos firmados com o Estado.

Nas Demais Áreas, as despesas liquidadas somaram R\$ 6,20 bilhões, ocorrendo aumento de 37,6% (+R\$ 432,70 milhões) no bimestre e 8,9% (+R\$ 506,45 milhões) no acumulado. Destaque para a

**Tabela 28 - Principais Gratificações nas áreas da Segurança e Defesa Civil**

Detalhamento da Despesa	JAN - OUT		Variação %
	2013	2014	
Soldo	426.245.881	498.677.535	16,99%
Auxílio Moradia	459.072.481	536.106.459	16,78%

Fonte: SIG - Sistema de Informações Gerenciais

Obs: Dados extraídos em 17/11/2014.

**Tabela 29 - Principais Gratificações na área da Segurança**

Detalhamento da Despesa	JAN - OUT	
	2013	2014
PROEIS	7.641.818	4.334.049
RAS	115.878.372	89.754.751
RISP	-	6.874.730
	<b>123.520.190</b>	<b>100.963.530</b>

Fonte: SIG - Sistema de Informações Gerenciais

Obs: Dados extraídos em 17/11/2014.



participação dos Demais Poderes, responsável por 56,63% (R\$3,32 bilhões) da despesa efetivada no acumulado do grupo.

### ➤ Outras Despesas Correntes

A Tabela 30 a seguir demonstra as principais ações e os custos de manutenção do Estado no bimestre e no acumulado comparativamente ao apurado em 2013.

**Tabela 30 - Outras Despesas Correntes**

AÇÕES	SET - OUT		Variação %	JAN - OUT		Variação %
	2013	2014		2013	2014	
Demais Poderes	213.865	307.342	43,7%	923.281	1.114.406	20,7%
Principais Ações de Saúde *	337.478	544.451	61,3%	1.381.192	1.760.456	27,5%
Bilhete Único	80.061	96.112	20,0%	406.015	449.371	10,7%
Renda Melhor + Aluguel Social	52.356	53.295	1,8%	252.299	259.403	2,8%
Alimentação dos Apenados e Custodiados	56.018	66.063	17,9%	170.540	193.401	13,4%
Nutrição Escolar	42.256	57.226	35,4%	186.455	214.440	15,0%
Rio Esporte Para Todos	9.679	13.393	38,4%	34.673	55.025	58,7%
Demais Desp. Custeio	1.385.542	1.392.175	0,5%	5.664.431	5.765.319	1,8%
<b>Subtotal CUSTEIO</b>	<b>2.177.255</b>	<b>2.530.057</b>	<b>16,2%</b>	<b>9.018.885</b>	<b>9.811.822</b>	<b>8,8%</b>
<b>INATIVOS E PENSIONISTAS</b>	<b>2.028.908</b>	<b>2.254.846</b>	<b>11,1%</b>	<b>9.738.500</b>	<b>10.957.029</b>	<b>12,5%</b>
<b>TRANSF. OBRIGATÓRIAS</b>	<b>1.595.539</b>	<b>1.560.791</b>	<b>-2,2%</b>	<b>9.274.151</b>	<b>9.471.565</b>	<b>2,1%</b>
<b>DESPESAS INTRA-ORÇAMENTÁRIAS</b>	<b>164.403</b>	<b>148.088</b>	<b>-9,9%</b>	<b>666.157</b>	<b>1.057.467</b>	<b>58,7%</b>
<b>TOTAL</b>	<b>5.966.105</b>	<b>6.493.781</b>	<b>8,8%</b>	<b>28.697.694</b>	<b>31.297.882</b>	<b>9,1%</b>

Fonte: SIG - Sistema de Informações Gerenciais

Obs: Dados extraídos em 17/11/2014.

\* Oper. Integ. de Unid. Próp. p/ Gest. Compart. + Op. Serv. Saúde Unid. Próp. por Gest. Compart. + Oper. de UPAS 24 H

Própr por Gest. Compart. (OS) + Operacion das Unid. Próprias Hosp.e Ambulat. + Contratação de Serviço de Saúde

Privado + Apoio às UPAS 24 Horas Municipalizadas.

No acumulado, a despesa somou R\$ 31,29 bilhões, dos quais R\$ 6,49 bilhões foram efetuados apenas no 5º bimestre. Do total no ano, R\$ 10,96 bilhões (35,01%) correspondem a despesas com Inativos e Pensionistas do ERJ e R\$ 9,47 bilhões (30,26%) com Transferências Obrigatórias, despesas constitucionalmente asseguradas.

No âmbito da Saúde, as maiores ações requereram no exercício R\$ 1,76 bilhão, elevação de 27,5%, em decorrência da implantação de novos contratos de gestão firmados com Organizações Sociais (OS), já mencionados.

*Até o 5º bimestre de 2014, foram liquidados, em Outras Despesas Correntes do ERJ, R\$ 31,3 bilhões: um acréscimo de R\$ 2,6 bilhões (+9,1%) frente ao apurado no mesmo período de 2013.*



Na área do Transporte Público, o Bilhete Único requereu R\$ 449,4 milhões, aumento de 10,7% (+R\$ 17 milhões) em relação a 2013. Esse acréscimo é decorrente da elevação do período de abrangência entre a integração de modais de 2 horas e meia para 3 horas, além da implantação do subsídio na tarifa do metrô e trens – o Estado passou a subsidiar cada viagem em 30 centavos. Naturalmente, constatou-se uma elevação no número de beneficiados no programa.

Os programas Renda Melhor e Aluguel Social, auxílio financeiro a população economicamente menos favorecida, exigiram, até o 5º bimestre, mais R\$ 7,1 milhões (+2,8%) comparativamente ao valor aportado em 2013 em decorrência do aumento de beneficiados.

Outro programa com aumento significativo é o de Alimentação dos Apenados e Custodiados. Esta ação representa 79% das despesas correntes da Secretaria de Administração Penitenciária no período e demonstrou incremento de R\$ 22,86 milhões (+13,4%) no acumulado do ano em consequência ao reajuste dos contratos firmados.

O programa de Nutrição Escolar também apresentou variação relevante no ano: +15%, ou seja, +R\$ 27,98 milhões de recursos aplicados na ação passando a ser o maior gasto neste grupo de despesa da função educação.

Por fim, o programa Rio Esporte para Todos, apresentou a maior variação dentre as ações analisadas (+58,7%). A ação representa 77% das despesas liquidadas pela Secretaria de Esporte e Lazer. O programa desenvolve atividades físicas em diversos polos em comunidades pacificadas.



## ➤ Investimentos e Inversões Financeiras

A Tabela 31 mostra as principais despesas de Investimentos e Inversões Financeiras do Estado.

**Tabela 31 – Invesimentos e Inversões Financeiras**

PRINCIPAIS AÇÕES	JAN A OUT		Variação (%)
	2013	2014	
Implantação de Novas Linhas Metroviárias	1.501,65	2.007,33	33,67%
Obras Vias Urbanas - Asfalto Porta e Bairro Novo	-	810,81	-
Implementação do Arco Metropolitano	244,06	602,18	146,74%
Implantação de Projetos de Infraestrutura	262,93	418,62	59,21%
Abastecimento de Água	67,53	179,04	165,11%
Apoio ao Desenvolvimento dos Municípios	35,61	129,24	262,98%
Melhoria Transporte - Copa 2014 e Olimpíadas 2016	51,10	116,38	127,76%
Ampliação da Rede e Melhor da Infraestrutura	96,03	115,06	19,82%
Recuperação da Região Serrana	55,96	106,54	90,41%
<b>SUBTOTAL</b>	<b>2.314,86</b>	<b>4.485,20</b>	<b>93,76%</b>
DEMAIS AÇÕES	1.889,76	1.563,93	-17,24%
<b>TOTAL</b>	<b>4.204,62</b>	<b>6.049,13</b>	<b>43,87%</b>

Fonte: SIG - Sistemas de Informações Gerenciais

Obs: Dados extraídos em 17/11/2014

Exclui as despesas intra-orçamentárias/Exclui Imprensa Oficial e CEDAE

**Até outubro foram liquidados R\$ 6,05 bilhões em Investimentos e Inversões Financeiras.**

A ação com maior dispêndio foi a Implantação de Novas Linhas Metroviárias, R\$ 2,00 bilhões de recursos foram direcionados à ação, um aumento de 33,67% frente ao verificado no mesmo período de 2013. O projeto tem por objetivo estabelecer a conexão entre as estações metroviárias de General Osório, no bairro de Ipanema, com a nova estação que está sendo construída no Jardim Oceânico, região do bairro da Barra da Tijuca.

As obras do Asfalto na Porta e Bairro Novo que consiste em ações de drenagem, recuperação, pavimentação, urbanização, e obras afins pulverizadas em diversos municípios fluminenses somaram R\$ 810,81 milhões de despesas executadas até o momento, conforme detalhado no item V.III.

O Arco Metropolitano, parcialmente inaugurado, alcançou o valor de R\$ 602,18 milhões (+146,74% comparado a 2013). A obra faz parte do Programa de Aceleração do Crescimento e recebeu verbas tanto de Operações de Crédito, quanto do Governo Federal e Tesouro Estadual. A autoestrada que liga Itaguaí à Itaboraí entretanto o trecho que passa por Magé, Guapimirim e Itaboraí só será finalizada em 2016.

Em Implantação de Projetos de Infraestrutura foram liquidados R\$ 418,62 milhões (+59,21%). Essa ação encontra-se amplamente distribuída entre os municípios fluminenses, abrangendo diversas atividades como recuperação, terraplanagem, drenagem,





construção de acostamentos, dentre outras ações de infraestrutura. As principais cidades beneficiadas por essas obras foram Três Rios, Japeri, Miguel Pereira, Rio de Janeiro e Bom Jesus de Itabapoana.

A ação do PAC - Abastecimento de Água liquidou R\$ 179,04 milhões (+165,11%). O projeto abrangeu diversos pontos do Estado, principalmente os bairros de Bangu, Barra da Tijuca, Recreio dos Bandeirantes, Vargem Pequena, Vargem Grande, Santa Cruz, Guaratiba, Jacarepaguá. Além do município do Rio de Janeiro, foram beneficiados também Maricá, Seropédica, Mesquita e Nova Iguaçu, dentre outros.

A ação Apoio ao Desenvolvimento dos Municípios, recursos dispendidos por meio de transferência voluntária para diversas prefeituras no âmbito do Programa Somando Forças somou R\$ 129,40 milhões (+262,98%).

Em Melhorias de Transportes para a Copa 2014 e Olimpíada 2016 já foram executados R\$116,40 milhões (+127,76%) para reformulação e modernização da estação ferroviária multimodal do Maracanã e seu entorno.

O projeto Ampliação da Rede e Melhoria da Infraestrutura, gerido pela Secretaria de Estado de Educação, já executou até o momento R\$ 115,06 milhões. A aquisição de 43.000 m<sup>2</sup> unidade modular educacional e 8.600 m<sup>2</sup> de telhado de estrutura metálica com fornecimento de todo material, serviços e mão de obra necessárias utilizou R\$ 13 milhões desse montante, caracterizando o maior aporte individualizado. Outras obras de construção de unidades de ensino ocorreram em diversos municípios, sendo os maiores valores aplicados nos municípios de Macaé, Queimados, Rio de Janeiro e Teresópolis.

Na ação Recuperação da Região Serrana foram utilizados R\$ 106,54 milhões, um aumento de 90,41% frente 2013. A maior parte dos recursos foi aplicada no município de Nova Friburgo em obras de infraestrutura e implantação das unidades habitacionais em Conselheiro Paulino onde foram aplicados R\$ 18,30 milhões. Já obras de contenção de encostas nas localidades Jardilândia, São Jorge, e Floresta, também em Nova Friburgo, gastaram R\$ 13,21 milhões. Foram executadas também obras de remoção de blocos de rochas no bairro de São Jorge (R\$ 10,97 milhões), e drenagem da Praça Suspiro (R\$ 10,17 milhões).



**V.V - Cumprimento das despesas vinculadas aos índices constitucionais: Educação, Saúde, FAPERJ<sup>29</sup>, FECAM<sup>30</sup> e FEHIS<sup>31</sup>.**

Com o objetivo de garantir aplicação de recursos em educação e saúde, a Constituição Federal estabeleceu percentuais mínimos a serem aplicados em tais áreas.

A Constituição Estadual ainda estabelece outras três vinculações: o Art. 332 determina a destinação de 2% da receita tributária (deduzidas as transferências e vinculações legais) à Fundação de Amparo à Pesquisa – FAPERJ; a Lei nº 1.060 de 1986, vincula 5% da receita proveniente de compensação financeira por exploração do petróleo ao Fundo Estadual de Controle Ambiental – FECAM; e a Lei nº 4.056, que institui o Fundo Estadual de Combate a Pobreza, estabelece que 10% de seus recursos devem ser aplicados no Fundo Estadual de Habitação de Interesse Social – FEHIS.

A Tabela 32 ao lado apresenta a execução parcial dos índices até o quinto bimestre do corrente exercício, evidenciando a receita total sobre a qual incidirá o percentual mínimo estabelecido e a despesa total liquidada seguindo os parâmetros exigidos para a contabilização dos índices.

Cabe ressaltar que neste exercício houve uma importante mudança em relação à contabilização do FUNDEB para o índice da Educação: o Fundo passou a funcionar, contabilmente, por meio de conta redutora na receita, não mais havendo execução de despesa nos projetos de Perda Líquida do Estado (parcela aplicada pelo Estado nos municípios) e o Retorno do FUNDEB (aplicação direta do Estado pela Secretaria de Educação). Desta forma o valor de R\$ 4,6 bilhões até o quinto bimestre corresponde à aplicação total do Estado para o Fundo. A SEEDUC mantém a execução dos recursos provenientes da FR 15 (FUNDEB) na função Educação, decorrentes do montante que compete à aplicação direta do Estado.

**Tabela 32 – Execução dos Índices Constitucionais**

PERÍODO	JAN - OUT		Variação %
	2013	2014	
<b>EXECUÇÃO ÍNDICES CONSTITUCIONAIS</b>			
<b>EDUCAÇÃO</b>			
RECEITA BASE	26.578.902	27.643.150	4,0%
DESPESA LIQUIDADA*	6.634.090	7.171.679	8,1%
FUNDEB	4.446.296	4.603.356	3,5%
MÍNIMO A SER APLICADO (25%)	6.644.725	6.910.787	4,0%
% ÍNDICE	25,0%	25,9%	0,98%
<b>SAÚDE</b>			
RECEITA BASE	26.578.860	27.643.122	4,0%
DESPESA LIQUIDADA**	2.676.764	2.705.989	1,1%
MÍNIMO A SER APLICADO (12%)	3.189.463	3.317.175	4,0%
% ÍNDICE	10,1%	9,8%	-0,3%
<b>FAPERJ</b>			
RECEITA BASE	15.712.917	16.339.187	4,0%
DESPESA LIQUIDADA	282.745	269.160	-4,8%
MÍNIMO A SER APLICADO (2%)	314.258	326.784	4,0%
% ÍNDICE	1,8%	1,6%	-0,2%
<b>FECAM</b>			
RECEITA BASE	5.925.109	6.207.825	4,8%
DESPESA LIQUIDADA*	218.548	230.787	5,6%
MÍNIMO A SER APLICADO	311.509	331.671	6,5%
% ÍNDICE	3,7%	3,7%	0,0%
<b>FEHIS</b>			
RECEITA BASE	2.292.001	2.422.093	5,7%
DESPESA LIQUIDADA	176.909	186.082	5,2%
MÍNIMO A SER APLICADO (10%)	229.200	242.209	5,7%
% ÍNDICE	7,7%	7,7%	0,0%

Fonte: SIG - Sistema de Informações Gerenciais

Obs: Dados extraídos em 17/11/2014.

1. Valor da Despesa Liquidada

\* Desconta o valor de RP Processado Cancelado inscritos nos últimos 5 exercícios.

\*\* Inclui o valor da FR 23 - Gestão de Saúde

<sup>29</sup> FAPERJ- Fundação de Amparo a Pesquisa do Estado do Rio de Janeiro

<sup>30</sup> FECAM- Fundo Estadual de Conservação Ambiental

<sup>31</sup> FEHIS- Fundo Estadual de Habitação de Interesse Social



➤ **Educação**

Até o 5º bimestre, o Índice da Educação atingiu 25,9%, conforme Tabela 32 – Execução dos Índices Constitucionais.

A despesa liquidada na Manutenção e Desenvolvimento do Ensino alcançou R\$ 7,17 bilhões, um aumento de 8,1% (+R\$ 537,58 milhões). A Tabela 33 – Aplicação na Função Educação tipifica a despesa efetuada por Grupo de Despesa.

Verificou-se uma variação positiva de 35,8% (+R\$ 526,72) comparativamente a 2013 na despesa de pessoal. A Secretaria de Educação contribui com maior volume, apresentando uma variação de +63,0% (+R\$ 268,66 milhões). O acréscimo é decorrente da realização de despesas com Obrigações Patronais, fundamental ao equilíbrio financeiro do RIOPREVIDÊNCIA, motivo já mencionado anteriormente, despesa totalmente financiada com recursos do Tesouro (FR 00 e 22).

O Grupo Outras Despesas Correntes, agrupa o custeio de todas as Unidades Orçamentárias que compõem o índice. A participação de 71,8% é relevante no total aplicado em relação ao bimestre do ano anterior. A maior contribuição dentro do grupo ocorreu no FUNDEB (64,2% do montante aplicado na função) tendo uma variação positiva de R\$ 157,06 milhões (+35%), comparado com o ano passado. O valor transferido a cada mês cumpre regulamentação legal - Lei - 11.494/2007, parametrizado pela receita realizada no mesmo mês. Ainda no âmbito desse grupo observa-se uma aparente variação negativa de 16,8% (-R\$ 110,62 milhões) frente ao apurado em 2013, uma vez que os gastos com os benefícios (auxílios qualificação, transporte e alimentação) foram realizados na FR 15 (FUNDEB). Na função, grande parte da operacionalização foi executada na FR 05 (Salário Educação) cujos gastos não são contabilizados no índice o que acarreta valor menor na execução da Fonte Tesouro neste grupo.

As despesas de investimento apresentaram variação negativa de 62,2% (-R\$ 40,33 milhões), flutuação essa justificada pela utilização de FR 11(Operações de Crédito) pela Secretaria de Educação (SEEDUC) e pela Fundação de Apoio à Escola Técnica do ERJ (FAETEC) para atender a ampliação, reforma e construção de unidades escolares e unidades modulares para o desenvolvimento dos Centros Vocacionais Tecnológicos (CVTs).

**Tabela 33 – Aplicação na Função Educação**

GRUPO DE DESPESA	APLICAÇÃO NA FUNÇÃO		Variação %	Participação em 2014
	JAN - OUT 2013	JAN - OUT 2014		
Pessoal	1.469.674	1.996.400	35,8%	27,8%
Outras Desp. Correntes	5.104.377	5.150.817	0,9%	71,8%
Custeio*	658.081	547.460	-16,8%	7,6%
FUNDEB*	4.446.296	4.603.356	3,5%	64,2%
Investimento/Inversões	64.802	24.463	-62,2%	0,3%
RP Cancelado	4.764		-100,0%	0,0%
<b>TOTAL</b>	<b>6.634.090</b>	<b>7.171.679</b>	<b>8,1%</b>	<b>100,0%</b>

Fonte: SIG - Sistema de Informações Gerenciais

Obs: Dados extraídos em 17/11/2014.

\*A participação do Custeio e do FUNDEB foi calculada com base no Total Geral

*Programa Reforço Escolar beneficiou 225 mil estudantes. O resultado do Programa foi refletido na melhoria de desempenho do ERJ no IDEB.*



A Tabela 34 abaixo demonstra a distribuição da despesa do índice por Unidade Orçamentária do ERJ e, em seguida a análise da execução das maiores participações executadas até outubro de 2014.

**Tabela 34 – Distribuição do Índice por UO**

UNIDADES ORÇAMENTÁRIAS*	DISTRIBUIÇÃO DO ÍNDICE POR UO		Variação %	Participação em 2014	Em R\$
	2013	2014			
SEEDUC - Secretaria de Estado de Educação	848.873.892	958.252.504	12,9%	13,4%	
DEGASE - Depart.Geral Ações Socio-Educat.	105.119.706	120.243.112	14,4%	1,7%	
UERJ - Fundação Universidade do Estado do RJ	571.060.011	673.294.484	17,9%	9,4%	
FAETEC - Fund de Apoio à Escola Técnica do Est do RJ	529.345.882	662.570.308	25,2%	9,2%	
UENF - Fund Univ Est Norte Fluminense Darcy Ribeiro	98.456.301	105.529.485	7,2%	1,5%	
CECERJ - Fund Centro Ciên Educ Sup Distânc do Est RJ	21.911.286	28.423.097	29,7%	0,4%	
UEZO - Fund Centro Univers Estad da Zona Oeste	17.790.043	20.009.947	12,5%	0,3%	
<b>Total das Unidades Orçamentárias**</b>	<b>2.192.557.123</b>	<b>2.568.322.937</b>	<b>17,1%</b>	<b>35,8%</b>	
FUNDEB**	4.446.295.984	4.603.356.323	3,5%	64,2%	
RP Cancelado**	4.763.545		-100,0%	0,0%	
<b>TOTAL DO ÍNDICE</b>	<b>6.634.089.562</b>	<b>7.171.679.259</b>	<b>8,1%</b>	<b>100,0%</b>	

Fonte: SIG - Sistema de Informações Gerenciais

Obs: Dados extraídos em 17/11/2014.

\* A participação de cada unidade orçamentária foi calculada com base no valor apurado em Total das Unidades Orçamentárias.

\*\* Participação calculada com base no Total do Índice da Educação.

A SEEDUC ao longo do período vem se destacando com a maior participação de recursos no índice, com uma execução de R\$ 958,25 milhões (+12,9%; +R\$ 109,37 milhões) até outubro. Desse montante, R\$ 78,49 milhões foram direcionados ao pagamento de locação de equipamento de informática, suporte técnico, além das despesas com INFOVIA II, rede de transmissão de dados em alta velocidade, levando acesso à Internet em banda larga para escolas, tecnologia que vem sendo utilizada pelos profissionais da área de educação.

A Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ) registrou, até outubro, um acréscimo de R\$ 102,23 milhões (+17,9%), segunda maior participação na função (9,4%), cujo maior gasto (R\$ 65,96 milhões), foi com despesas direcionadas com auxílios e serviços prestados por estudantes.

Por fim, a FAETEC também teve participação elevada (R\$ 662,57 milhões; +25,2%). Foram desembolsadas R\$ 19,84 milhões com modernização operacional das sedes da FAETEC e com investimentos para atender a construção de novos CVT's. Com manutenção foram gastos R\$ 37,92 milhões incluindo descentralizações para as unidades vinculadas à FAETEC (FAETERJ-CETEP-CVTS), infraestrutura de TI, rede de transmissão INFOVIA II, suporte fundamental para o gerenciamento da Fundação.

*Neste bimestre a SEEDUC em parceria com a SEASDH formou 100 alunos do Programa de Integração ao Trabalho - PIT direcionado aos alunos do Renda Melhor Jovem*



- **Educação - Outras Fontes de Recursos**

A Função Educação conta com outras fontes de financiamento que são responsáveis por montante significativo da despesa. A Tabela 35 abaixo discrimina por FR a aplicação desses recursos que, em relação ao 5º bimestre de 2013, registrou variação positiva de 21,5% (+R\$ 496,99 milhões).

**Tabela 35 - Aplicação na Função**

FR - FONTES NÃO TESOURO	FUNÇÃO EDUCAÇÃO		Em R\$	
	2013	2014	Variação %	Participação em 2014
FUNDEB (FR 15)	1.839.682.266	2.230.234.832	21,2%	79,3%
SALÁRIO EDUCAÇÃO (FR 05)	269.181.854	292.595.553	8,7%	10,4%
TRANSF. VOLUNT. DA UNIÃO NÃO REFERENTES A CONVÊNIOS (FR 24)	80.443.163	56.173.389	-30,2%	2,0%
RECURSOS PRÓPRIOS (FR 10)	33.659.660	39.172.033	16,4%	1,4%
SUS (FR 25)	29.730.934	35.974.441	21,0%	1,3%
OPERAÇÃO DE CRÉDITO (FR 11)	41.422.565	132.734.222	220,4%	4,7%
CONVÊNIOS (FR 12/13)	22.297.469	26.525.959	19,0%	0,9%
ADMINISTRAÇÃO INDIRETA (FR 98)	15.365	14.000	-8,9%	0,0%
<b>TOTAL</b>	<b>2.316.433.277</b>	<b>2.813.424.429</b>	<b>21,5%</b>	<b>100,0%</b>

Fonte: SIG - Sistema de Informações Gerenciais

Obs: Dados extraídos em 17/11/2014.

1. Exclui despesas intra-orçamentárias, CEPERJ e FAPERJ

A despesa financiada pela FR 15 - Fundeb registrou um acréscimo de 21,2% (+R\$ 390,55 milhões). Sua execução orçamentária atingiu o montante de R\$ 2,23 bilhões, recursos que foram basicamente destinados ao pagamento da folha de salários e demais benefícios concedidos aos docentes, este último totalizou R\$204,97 milhões (auxílios transporte, alimentação e qualificação).

A FR 05 – Salário Educação apresentou variação de 8,7% (+R\$ 23,41 milhões). Do montante aplicado no período (R\$ 292,59 milhões), as despesas alocadas no Programa de Alimentação Escolar corresponderam a R\$ 168,37 milhões. Para manutenção dos serviços necessários ao funcionamento da rede escolar tais como vigilância, higiene, dentre outras, foram desembolsados R\$ 124,22 milhões.

A FR11 – Operações de Crédito financiou R\$ 132,73 milhões de investimentos na Função. A SEEDUC foi responsável pela aplicação de R\$ 100,73 milhões, recursos esses que foram investidos na

*A Educação investiu em benefícios aos profissionais da rede escolar R\$204,97 milhões oriundos do FUNDEB.*

*Dentre os investimentos realizados pela SEEDUC está o Colégio Estadual Lions Club no município de Teresópolis, cujas obras foram encerradas. Até o final do ano a SEEDUC entregará mais quatro Unidades Escolares.*



melhoria da infraestrutura da rede escolar, construção e reforma das unidades educacionais. A FAETEC aplicou R\$ 31,99 milhões para a construção dos CVTs nos municípios do ERJ.

A FR 24 apresentou variação negativa de 30,2% (-R\$ 24,26 milhões) em relação ao mesmo período de 2013 em virtude da redução dos repasses do Governo Federal. No período, as Transferências repassadas para a SEEDUC pelo Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE) tiveram desembolso total de R\$ 45,73 milhões.

O valor liquidado com recursos diretamente arrecadados (FR 10) somaram R\$ 39,17 milhões. A UERJ foi responsável quase integralmente por essa execução (R\$ 37,18 milhões), valor destinado à ação Integração UERJ/Sociedade. A Fundação CECIERJ foi responsável pelo desembolso de R\$ 1,88 milhão, recurso destinado à formação superior à distância e com a própria manutenção da Fundação.

Os repasses do SUS (FR 25) executados pela UERJ são totalmente direcionados à Operacionalização do Hospital Pedro Ernesto. Essa fonte de recurso cresceu 21,0% (+R\$ 6,24 milhões), basicamente em decorrência da aquisição de equipamentos hospitalares, materiais cirúrgicos e de medicamentos em geral.



➤ **FAPERJ**

A Fundação Carlos Chagas Filho de Amparo à Pesquisa do ERJ (FAPERJ) liquidou até o quinto bimestre, nas diversas ações de apoio à pesquisa, R\$ 269,15 milhões. A execução (despesa liquidada) representou 1,6% da receita base do índice.

Em algumas ações a Fundação apresentou crescimento comparativamente ao mesmo período de 2013, contudo, foi constatada uma aparente redução (-4,8%; -R\$ 13,58 milhões) na despesa total efetuada. Grande parte deste decréscimo, em valores absolutos, ficou concentrado na ação Núcleo de Pesquisa e Tecnologia para o Desenvolvimento Socioeconômico e na ação Inovação Tecnológica - redução no desembolso de auxílios e contribuições relacionados ao encerramento com os Editais de 2011 e 2012, refletindo em menores gastos no período. A Tabela 36 demonstra a execução orçamentária da FAPERJ na fonte Tesouro.

As despesas direcionadas ao Desenvolvimento de Estudos e Pesquisas através da UERJ representam a maior variação ocorrida (+R\$ 7,06 milhões). Neste bimestre, além do convênio de cooperação técnica entre a UERJ e a FAPERJ, que totalizou R\$ 19,21 milhões dos R\$ 26,21 milhões executados na ação, há ainda a aquisição de imóvel (novo complexo do Instituto Politécnico-IPRJ em Nova Friburgo) para a ampliação das atividades acadêmicas e abertura de novos cursos.

Além dos recursos garantidos pela Constituição Estadual, a FAPERJ conta também com recursos de Outras Fontes (R\$ 15,57 milhões), a qual demonstrou crescimento de 116% (+R\$ 8,36 milhões). A despesa financiada com recursos próprios (R\$ 8,24 milhões) foi destinada ao FATEC (Fundo de Apoio ao Desenvolvimento Tecnológico). Parte destes recursos foi aplicada nas despesas com auxílio no projeto Tecnológico CVT e na Faculdade de Educação Tecnológica do ERJ - FAETERJ (R\$ 7,07 milhões). Com recursos de convênios (R\$ 7,33 milhões) a FAPERJ vem executando o programa de Apoio a Núcleos Emergentes (PRONEX), CNPq/FAPERJ, convênio FAPERJ/INMETRO e Gestão Compartilhada em Saúde (pesquisa para o SUS) e o PRONEM (núcleo emergente de pesquisas de ERJ).

**Tabela 36 – Execução Orçamentária  
Fonte Tesouro FAPERJ**

PROJETO/ATIVIDADE	EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA		Variação %
	FONTE TESOURO		
	JAN A OUT	2013	2014
Desenvol Estudos e Pesquisas através FAPERJ	73.227.763	73.854.704	0,9%
Apoio a Estudantes e Pesquisadores	70.089.182	73.678.636	5,1%
Núcl de Pesquisa e Tecnol p/Desenv Socioecon	39.446.441	27.908.678	-29,2%
Desenv de Estudos e Pesquisas através da UERJ	19.154.016	26.216.774	36,9%
Inovação Tecnológica	22.245.835	15.026.735	-32,5%
Apoio à Formação Superior à Distância CECIERJ	13.859.687	13.859.334	0,0%
Apoio à Pesquisa na Administ Pública Estadual	24.570.642	13.541.541	-44,9%
Nova sede da FAPERJ	-	8.255.359	
Desenv Estudos e Pesquisas através da UENF	7.500.697	8.177.891	9,0%
Pessoal e Encargos Sociais	4.652.660	5.228.859	12,4%
Manut Ativid Operacionais / Administrativas	1.377.445	1.586.928	15,2%
Pagamento Despesas Serviços Utilidade Pública	2.026.214	883.431	-56,4%
Tecnologia da Inform p/ Gest Pública- PRODERJ	4.172.374	783.272	-81,2%
Apoio ao Pesquisador na Empresa	149.000	110.700	-25,7%
Despesas Obrigatorias	253.611	32.748	-87,1%
Prest Serv entre Órg Est/ Aquis Comb e Lubrif	19.878	14.023	-29,5%
<b>TOTAL</b>	<b>282.745.445</b>	<b>269.159.613</b>	<b>-4,8%</b>

**Tabela 37 – Execução Orçamentária  
Outras Fontes FAPERJ**

PROJETO/ATIVIDADE	OUTRAS FONTES		Variação %	
	JAN A OUT			
	2013	2014		
Fundo de Apoio ao Desenv Tecnológico - FATEC	5.008.094	8.240.734	64,5%	
Desenvol Estudos e Pesquisas através FAPERJ	1.117.999	5.467.473	389,0%	
Apoio a Estudantes e Pesquisadores	1.083.300	1.170.280	8,0%	
Inovação Tecnológica	-	697.815		
<b>TOTAL</b>	<b>7.211.406</b>	<b>15.578.316</b>	<b>116,0%</b>	

Fonte: SIG - Sistema de Informações Gerenciais

Obs: Dados extraídos em 17/11/2014.



## ➤ Saúde

No quinto bimestre de 2014, a aplicação de recursos em ações direcionadas à Rede de Saúde Pública do ERJ foi maior em 1,1% em relação ao mesmo período do ano passado, +R\$ 29,22 milhões, conforme demonstrado na Tabela 38.

Tabela 38 – Aplicação do Índice por Grupo de Despesa

GRUPO DE DESPESA	APLICAÇÃO NA FUNÇÃO		Variação %	Participação em 2014	Em R\$
	2013	2014			
Pessoal	1.013.823.848	884.776.644	-12,7%	32,7%	
Outras Desp. Correntes	1.605.548.643	1.766.753.028	10,0%	65,3%	
Investimento/Inversões	52.650.442	49.194.760	-6,6%	1,8%	
Amortização da Dívida	4.741.286	5.264.391	11,0%	0,2%	
RP Cancelado			0,0%	0,0%	
<b>TOTAL</b>	<b>2.676.764.219</b>	<b>2.705.988.823</b>	<b>1,1%</b>	<b>100,0%</b>	

Fonte: SIG - Sistema de Informações Gerenciais

Obs: Dados extraídos em 17/11/2014.

Tabela 39 – Repasse para OS's

Destaca-se a significativa participação no grupo Outras Despesas Correntes na execução do índice, com 65,3% das aplicações em Ações e Serviços de Saúde, como resultado do modelo de gestão implantado nas unidades do Sistema de Saúde do ERJ, através dos Contratos de Gestão pactuados com as Organizações Sociais (OS).

Neste grupo de despesa foi constatado um acréscimo de 10,0% (+R\$ 161,20 milhões) em relação ao ano anterior, reflexo do aumento do ritmo da execução orçamentária nesta etapa do ano. A análise das principais ações desenvolvidas nesse grupo até o quinto bimestre será abordada por itens conforme a destinação final, destacando-se as mais expressivas:

1- Operacionalização Integral de Unidades Próprias por Gestão Compartilhada - foram aplicados R\$ 624,05 milhões distribuídos nos Hospitais conforme Tabela 39 ao lado.

2- Operacionalização das Unidades Próprias Hospitalares e Ambulatoriais – aplicação de R\$ 233,86 milhões, a saber: R\$ 73,15 milhões no pagamento de Serviços de Apoio Administrativo, Técnico e Operacional; R\$ 30,56 milhões no Preparo e Distribuição de

REPASSE PARA AS OS's		
UNIDADES COM GESTÃO COMPARTILHADA INTEGRAL	LOCALIZAÇÃO	JAN A OUT
HOSPITAL ESTADUAL VEREADOR MELCHIADES CALAZANS	NILÓPOLIS	31,32
HOSPITAL DA MULHER HELONEIDA STUDART	SÃO JOÃO DE MERITI	51,96
HOSPITAL ESTADUAL ALBERTO TORRES	SÃO GONÇALO	141,56
HOSPITAL ESTADUAL DA CRIANÇA	VILA VALQUEIRE	21,46
HOSPITAL DE ORTOPEDIA E TRAUMATOLOGIA DONA LINDU	PARAÍBA DO SUL	21,39
HOSPITAL ESTADUAL ALBERT SCHWEITZER	REALENGO	86,46
HOSPITAL ESTADUAL ADÃO PEREIRA NUNES	DUQUE DE CAXIAS	72,46
HOSPITAL ESTADUAL AZEVEDO LIMA	NITERÓI	45,32
HOSPITAL ESTADUAL DE SAQUAREMA	SAQUAREMA	9,51
HOSPITAL ESTADUAL DO CÉREBRO	CENTRO RJ	7,56
HOSPITAL ESTADUAL CARLOS CHAGAS	MARECHAL HERMES	9,95
HOSPITAL ESTADUAL ROBERTO CHABO	ERJ	21,11
HOSPITAL SÃO FRANCISCO DE ASSIS	CENTRO RJ	40,54
HOSPITAL ESTADUAL GETÚLIO VARGAS	PENHA	42,10
COMPLEXO REGIONAL MATERNIDADE E CLÍNICA DA MULHER	MESQUITA	21,36
<b>TOTAL REPASSADO</b>		<b>624,05</b>

Fonte: SIG - Sistema de Informações Gerenciais

Obs: Dados extraídos em 17/11/2014.



Alimentação nas Unidades Próprias de Saúde do ERJ; R\$ 20,38 milhões nos Serviços de Asseio e Higiene; R\$ 34,97 milhões na aquisição de Material Cirúrgico, de Laboratório, de Enfermagem e Químico; dentre outras despesas.

3 - Operacionalização das UPA's 24 horas Próprias administradas por Gestão Compartilhada – despesa realizada de R\$ 180,72 milhões com manutenção de várias unidades do ERJ, conforme detalhamento na Tabela 40 ao lado.

4 - Manutenção das Atividades Operacionais e Administrativas – gastos de R\$ 80,69 milhões sendo: R\$ 25,56 milhões no pagamento de Serviços de Apoio Administrativo, Técnico e Operacional; R\$ 22,82 milhões com a Manutenção de Software; R\$ 4,58 milhões com Locação de veículos, fretes, carretos e pedágios; R\$ 3,85 milhões com a aquisição de Material Cirúrgico, de Laboratório e de Enfermagem; dentre outras despesas.

Na área de pessoal, a despesa apontada pela tabela é aplicada diretamente pelo FES em remuneração de seu pessoal fixo, cooperativados e concursados da Fundação de Saúde. O desafio de diminuir a quantidade de vínculos precários de trabalho, simbolizados principalmente pelas cooperativas, está sendo colocado em prática. Estão sendo substituídas gradativamente por profissionais concursados pela Fundação de Saúde ou contratados por Organizações Sociais de Saúde (seguindo a Consolidação das Leis de Trabalho e todos os seus benefícios). Por esse motivo, a despesa liquidada com esses contratos terceirizados apresentou, até este bimestre, uma queda de 66,4% em relação a 2013 (-R\$ 117,04 milhões), contribuindo para a variação negativa apurada no total da despesa de pessoal (-12,7%, ou -R\$ 129,05 milhões).

**Tabela 40 – UPA's por OS do ERJ**

UPA'S 24HS do ERJ (Gestão por meio de OS)	VALORES REPASSADOS JAN A OUT
SÃO GONÇALO I	11.639.707
COPACABANA	7.164.000
QUEIMADOS	10.270.529
MESQUITA	10.144.190
COMPLEXO PENITENCIÁRIO de BANGU	5.062.930
SÃO GONÇALO II	9.582.000
NOVA IGUAÇU II	12.516.723
JACAREPAGUÁ	6.923.005
CAMPOS dos GOYTACAZES	5.055.000
ENGENHO NOVO	14.115.648
MARÉ	7.164.000
TIJUCA	10.636.987
SEAP	1.687.643
IRAJÁ	3.191.739
NOVA IGUAÇU I	2.527.500
BANGU	7.153.373
NITERÓI	12.829.818
CAMPO GRANDE II	6.108.386
CAXIAS I	1.544.409
MARECHAL HERMES	6.355.000
REALENGU	3.308.955
ILHA DO GOVERNADOR	1.791.000
RICARDO DE ALBUQUERQUE	3.582.000
PENHA	9.016.000
BOTAFOGO	1.791.000
SANTA CRUZ	2.340.314
MAGÉ	3.088.817
CAMPO GRANDE I	4.127.538
<b>TOTAL REPASSADO</b>	<b>180.718.208</b>

Fonte: SIG - Sistema de Informações Gerenciais

Obs: Dados extraídos em 17/11/2014.



A Tabela 41 abaixo evidencia a distribuição dos recursos por unidade orçamentária do Estado.

**Tabela 41 – Distribuição do Índice por UO**

UNIDADES ORÇAMENTÁRIAS	DISTRIBUIÇÃO DO ÍNDICE POR UO		Variação %	Participação em 2014	Em R\$		
	JAN A OUT						
	2013	2014					
FES - Fundo Estadual de Saúde	2.446.038.435	2.405.276.155	-1,7%	88,9%			
Fundação Saúde do Estado de Rio de Janeiro	192.485.176	249.752.134	29,8%	9,2%			
IVB - Instituto Vital Brasil S.A.	38.042.152	44.713.965	17,5%	1,7%			
SES - Secretaria de Estado de Saúde	198.456	6.246.569	3047,6%	0,2%			
<b>Total das Unidades Orçamentárias</b>	<b>2.676.764.219</b>	<b>2.705.988.823</b>	<b>1,1%</b>	<b>100,0%</b>			
RP Cancelado	-	-	0,0%	0,0%			
<b>TOTAL DO ÍNDICE</b>	<b>2.676.764.219</b>	<b>2.705.988.823</b>	<b>1,1%</b>	<b>100,0%</b>			

Fonte: SIG - Sistema de Informações Gerenciais

Obs: Dados extraídos em 17/11/2014.

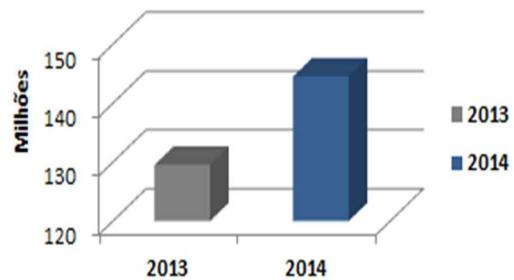
O Fundo Estadual de Saúde – FES – grande responsável pela execução no período (88,9%, R\$ 2,4 bilhões), apresentou uma leve redução (-1,7%, ou seja, -R\$ 40,76 milhões) frente ao executado neste período em 2013.

A Fundação Saúde do ERJ (UO 2942) exibiu considerável incremento em relação a 2013: variação positiva de R\$ 57,27 milhões (+29,8%), reflexo da contratação, pelo regime celetista, de profissionais concursados. A execução da despesa na Fundação é contabilizada na FR 23 (Contratos Intraorçamentários de Gestão de Saúde), previamente empenhada no FES, com recursos do Tesouro em favor da Fundação.

As despesas do Instituto Vital Brazil (IVB) aumentaram R\$ 6,67 milhões (+17,5%) em relação ao quinto bimestre do ano anterior. Sua participação na execução do índice é de 1,7% das aplicações. Seus principais gastos com recursos do Tesouro referem-se à Pessoal e Encargos Sociais (R\$ 19,14 milhões) e à Manutenção das Atividades Operacionais (R\$ 10,30 milhões).

*Novos concursados estão sendo nomeados pela Fundação Saúde do ERJ (UO 2942) em substituição aos profissionais cooperativados. Até outubro de 2014 foram gastos R\$ 144,53 milhões com o pessoal regido pela CLT, 11,6% a mais (+R\$ 14,99 milhões) do que no mesmo período de 2013.*

**GASTO COM REMUNERAÇÃO DOS CONCURSADOS ATÉ OUTUBRO - UO 2942**





- Saúde - Outras Fontes de Recursos

Além dos recursos do Tesouro, a Função Saúde também é financiada com recursos de Outras Fontes, não contabilizados para fins de apuração do Índice Constitucional. A Tabela 42 abaixo discrimina o detalhamento da execução a partir de tais fontes.

**Tabela 42 – Função Saúde – Outras Fontes**

FR - FONTES NÃO TESOURO	FUNÇÃO SAÚDE		Em R\$	
	JAN A OUT		Variação %	Participação em 2014
	2013	2014		
RECURSOS PRÓPRIOS (FR 10)	185.315.680	200.839.230	8,4%	22,8%
SUS (25)	374.747.901	654.533.134	74,7%	74,4%
OPERAÇÕES DE CRÉDITO (FR 11)	5.000.000	16.513.778	230,3%	1,9%
CONVÊNIOS (FR 13)	10.999.402	7.984.012	-27,4%	0,9%
<b>TOTAL</b>	<b>576.062.982</b>	<b>879.870.154</b>	<b>52,7%</b>	<b>100,0%</b>

Fonte: SIG - Sistema de Informações Gerenciais

Obs: Dados extraídos em 17/11/2014.

1. Exclui despesas intra-orçamentárias

Em 2014, as despesas e receitas do Sistema Único de Saúde (SUS - FR 25) apresentaram um importante crescimento até esse quinto bimestre.

Pelo lado da receita, o aumento foi de apenas 1,1% (+R\$ 6,52 milhões). Em 2013, a arrecadação até o quinto bimestre alcançou R\$ 599,53 milhões, e, em 2014, R\$ 606,05 milhões.

Entretanto, a despesa financiada pela FR 25 apresentou crescimento expressivo em relação ao mesmo período de 2013 (aumento de 74,7%; +R\$ 279,78 milhões). Isto porque parte dos recursos transferidos pelo Ministério da Saúde ao ERJ passou a cobrir, juntamente com os recursos do Tesouro, os gastos de Unidades Próprias do ERJ, em conformidade com a legislação do SUS.

Do montante de R\$ 654,53 milhões executados na FR 25, R\$ 235,54 milhões foram direcionados para a Operacionalização Integral das Unidades Próprias por Gestão Compartilhada; R\$ 194,71 milhões para a Operacionalização das UPA's 24horas geridas por meio de OS; R\$ 58,89 milhões para Operacionalização das Unidades Próprias Hospitalares e Ambulatoriais; R\$ 26,75 milhões para Assistência Hospitalar e Ambulatorial de Alta e Média Complexidade, dentre outras despesas de menor vulto.



Para aquisição de material permanente e melhorias na rede física de unidades de saúde, o Governo do ERJ investiu R\$ 7,76 milhões com recursos provenientes de Operações de Crédito (FR 11) contratadas junto ao Banco do Brasil (Programa Pró-Cidades II). Houve também neste período, a aplicação de R\$ 8,75 milhões para Ampliação da Capacidade Institucional da Atenção Básica de Saúde no ERJ. Assim, a despesa financiada com a FR 11 foi de R\$ 16,51 milhões até outubro de 2014, um acréscimo de R\$ 11,51 milhões em relação a 2013 (+230,3%).

Na FR 13 (convênios) houve uma redução de 27,4% em relação ao mesmo período de 2013 (-R\$ 3,01 milhões). Foram aplicados R\$ 7,98 milhões até o quinto bimestre de 2014, sendo R\$ 5,52 milhões direcionados para Ampliação da Capacidade de Produção Industrial do IVB.

Comparada à execução do quinto bimestre de 2013, as despesas liquidadas com Recursos Próprios (FR 10) registraram um acréscimo de R\$ 15,52 milhões (+8,4%). Dos R\$ 200,84 milhões executados nesse ano, R\$ 153,08 milhões correspondem a gastos do Instituto Vital Brazil – IVB – (UO 2971), basicamente na manutenção de seu parque industrial: R\$ 119,56 milhões destinados a medicamentos, R\$ 24,92 milhões a Serviços, dentre outros. A UO 1661 (Fundo Especial do Corpo de Bombeiros) aplicou R\$ 46,68 milhões com FR 10, sendo R\$ 25 milhões aplicados em Material Cirúrgico, de Laboratório e de Enfermagem.

#### ➤ FECAM

O Fundo Estadual de Conservação Ambiental e Desenvolvimento Urbano (FECAM), responsável pela gestão de projetos de investimento direcionados para o setor de meio ambiente do ERJ, conta, a partir de norma estadual, com 5% dos recursos provenientes da indenização pela extração do petróleo e gás do ERJ e de 10% quando provenientes da camada do pré-sal.

Até 5º bimestre de 2014, o FECAM liquidou R\$ 230,78 milhões, elevação de 5,6% (R\$ 12,24 milhões) comparando ao mesmo período de 2013, porém sem atingir o mínimo estabelecido em norma legal, conforme apresentado na Tabela 32.

As ações realizadas em 2014 por meio dos recursos do Fundo estão descritas na Tabela 43 abaixo. Nela são apresentados os projetos



desenvolvidos, assim como o órgão responsável pela execução e os valores liquidados no exercício.

A ação com maior expressividade no período foi Prevenção e Controle Ambiental de Inundações, com um gasto total de R\$ 64,48 milhões, correspondendo a 28% do total liquidado no Fundo.

**Tabela 43 - Índice FECAM**

AÇÃO	PRINCIPAIS PROJETOS	ÓRGÃO RESPONÁVEL PELA EXECUÇÃO	Em R\$	
			SET - OUT	JAN - OUT
Prevenção e Controle Ambiental de Inundações	Benfeitorias localizadas na área de intervenção junto aos corpos hídricos. Desassoreamento e recuperação de diversos cursos d'água no ERJ.	INEA	34.503.602	64.482.859
Rio Mais Limpo	Implantação do sistema de esgotamento sanitário e complementação do sistema de abastecimento de água potável do núcleo urbano de Paraty. Obras emergenciais de canalização do valão da Av. Carioca no minicípio de são joão de Mariti. Construção de estações de tratamento de esgoto, estações elevatórias, redes coletoras e interceptores. Projeto de esgotamento sanitário de Barra Mansa. Vitalização da recuperação das condições das praias de São conrado e Bica.	SEA	4.946.129	50.484.287
Projeto Iguaçu - PAC - RJ/FECAM	Projeto de Controle de Inundações e Recuperação ambiental. Produção de Empreendimento Habitacional no Programa Minha Casa Minha Vida.	INEA	2.586.617	23.691.313
Transporte sobre Trilhos	Implantação das Obras da Linha 4.	RIOTRILHOS / CASA CIVIL	9.753.545	21.753.545
Demais Ações	-	-	17.508.912	70.374.755
<b>TOTAL GERAL</b>			<b>69.298.805</b>	<b>230.786.761</b>

Fonte: SIG - Sistema de Informações Gerenciais

Obs: Dados extraídos em 17/11/2014.

### ➤ FEHIS

O Fundo Estadual de Habitação e de Interesse Social (FEHIS) é financiado com recursos oriundos do Fundo Estadual de Combate à Pobreza (FR 22) aplicados na área de habitação por diversas Unidades Gestoras – UG(s): Secretaria de Obras - SEOBRAS de Habitação - SEH, Instituto de Terras e Cartografia - ITERJ, Companhia Estadual de Habitação - CEHAB e pela Secretaria de Assistência Social e Direitos Humanos - SEASDH, responsável pelo Aluguel Social a famílias atingidas por intempéries ou retiradas de área de risco.

O FEHIS executou até Outubro R\$ 186,08 milhões. Quando comparado ao exercício de 2013, a execução cresceu 5,19% (R\$



9,17 milhões), decorrente do aumento do repasse de recursos para atender aos beneficiários em 17,17% (+ R\$ 8,73 milhões), neste quinto bimestre.

A Tabela 44 apresenta as ações realizadas no período, sob a ótica dos órgãos executantes, dos principais projetos e do montante liquidado em cada uma delas. Destaque para a CEHAB que por meio do Programa Minha Casa Minha Vida do governo federal pôde construir os conjuntos residenciais Itamar Franco 1 e 2 que prevê a construção de 996 apartamentos dos quais 576 unidades já foram entregues. As famílias que foram contempladas com esse imóvel possuem renda de até R\$ 1,6 mil.

No acumulado deste exercício já foram aplicados R\$ 59,57 milhões com aluguel social, ou seja, 32,01% do total dos recursos aplicados até Outubro pelo FEHIS. Esta ação visa conceder benefício financeiro assistencial de modo temporário, para atender a remoção de famílias domiciliadas em áreas de risco ou desabrigadas em razão de vulnerabilidade temporária e calamidade pública, beneficiando diretamente famílias da Região Serrana, Niterói, São Gonçalo e Manguinhos.



Tabela 44 - Índice FEHIS

ÓRGÃO	AÇÃO	PRINCIPAIS PROJETOS	Em R\$
			DESPESA LIQUIDADA JAN- OUT
SEOBRAS	Urbanização das Comunidades - PAC	Indenizações para desocupação de imóveis no Complexo do Jacarezinho	16.146.229
	Urbanização do Complexo do Alemão - PAC-RJ	Indenização para desocupação de imóvel no Complexo do Alemão, reformas e serviços de urbanização integrada projeto social e regularização fundiária no Complexo do Alemão.	14.010.509
	Urbanização do Complexo de Manguinhos-PAC-RJ	Indenização para desocupação de imóvel no Complexo de Manguinhos, complementação da urbanização para entrega de 564 unidades habitacionais e contrução de unidades habitacionais na antiga CCPL	8.670.774
	Urbanização da Rocinha - PAC-RJ	Indenização para desocupação de imóvel necessária as obras do PAC comunidades	1.677.229
	Outros		856.114
<b>TOTAL SEOBRAS</b>			<b>41.360.854</b>
SEH	Desenvolvimento de Modelo de Projeto	Serviços de Apoio e locação de veículos para atender ao projeto Vila da Melhor Idade	699.609
	Relocação de moradores assentados em áreas risco/Insalub	Aluguel provisório referente ao período abr-ago; entrega das unidades habitacionais (UHS) em Três Rios.	629.224
	Outros		8.000
<b>TOTAL SEH</b>			<b>1.336.833</b>
ITERJ	Acordo de Cooperação Técnico-Financeira BNDES	Aquisição de diversos equipamentos agrícolas; 09 caminhões; 16 retroescavadeiras, 1 caminhoanete, 06 distribuidores de fertilizantes e sementes; contratação de empresa especializada para execução de obras de construção de galpão no assentamento rural nos municípios de Barra do Piraí, São Gonçalo, Italva, Mangaratiba e Japeri.	3.164.270
<b>TOTAL ITERJ</b>			<b>2.371.185</b>
CEHAB	Urbanização de Assentamentos Irregulares	Obra de infraestrutura, esgoto sanitário no município de mesquita e no bairro Carmo; Serviço de reurbanização no Rio das Pedras.	43.104.199
	Recuperação e Melhoria de Unidades Habitacionais	Recuperação de 06 blocos do conjunto Residencial Ferroviários II, 11 blocos no condomínio Cidade do Som em Engenho da Rainha, 118 blocos no condomínio Morada da Ilha, 18 blocos do conjunto residencial terra nova IAPI-Pilares, 24 blocos do conjunto Ex combatente em Benfica, 30 blocos do conjunto habitacional Cosmorama, 55 blocos do conjunto habitacional IAPC em Del Castilho, 70 blocos no conjunto Tertuliano Potyguara em Nova Iguaçu e a recuperação de uma Vila no Hopital Colonia Curu Paiti em Jacarepaguá.	29.628.875
	Produção de Unidades Habitacionais	Obras de construção de 388 unidades habitacionais em Laje de Muriaé, Duque de Caxias, Casemiro de Abreu, Sapucaia e Petrópolis ; Obras do Empreendimento Urucania	4.735.811
	Outros		806.690
<b>TOTAL CEHAB</b>			<b>78.275.574</b>
SEASDH	Aluguel Social	Aluguel Social para as famílias da região Serrana, Niterói, Manguinhos e São Gonçalo.	59.573.394
<b>TOTAL SEASDH</b>			<b>59.573.394</b>
<b>TOTAL GERAL</b>			<b>186.082.110</b>

Fonte: SIG - Sistema de Informações Gerenciais

Obs: Dados extraídos em 17/11/2014.



## VI – ADMINISTRAÇÃO FINANCEIRA

### VI.1 Cota Financeira

Com a publicação da Resolução SEFAZ nº 788, de 15 de setembro de 2014, estabeleceu-se uma redução de R\$ 29,7 milhões da Cota Financeira prevista para as Fontes do Tesouro e, em relação às demais Fontes de Recursos, um incremento de 46,6 milhões. Deste modo, considerando a Cota Financeira Total, houve um aumento de R\$ 16,7 milhões acumulado até o mês de outubro em comparação com a última resolução<sup>32</sup> publicada no bimestre anterior.

Do montante liberado de cota financeira de R\$ 12,9 bilhões para este ano, R\$ 5,30 bilhões (41,1%) foram para FR do Tesouro, e, R\$ 7,61 bilhões (58,9%) para Demais FR. Observou-se, também, um acréscimo de R\$ 2,82 bilhões (28,0%) no total acumulado da cota financeira liberada, em comparação com o mesmo período do ano anterior.

Em relação à utilização das cotas financeiras, o percentual de Fontes do Tesouro foi de 98,9%, sendo maior que as Demais Fontes (86,9%), mantendo assim a tendência das Unidades Gestoras em optar pelas Fontes do Tesouro, conforme visto nos anos anteriores. O volume convertido em Programação de Desembolso com FR do Tesouro foi de R\$ 5,24 bilhões e de R\$ 6,62 bilhões das Demais FR.

Quanto à distribuição dos Recursos do Tesouro, verificou-se a celeridade na utilização da cota financeira por parte das áreas de Educação, Saúde, Segurança e Assistência Social<sup>33</sup> (áreas prioritárias), com ênfase na totalidade utilizada pelas três primeiras, ou seja, 99,3%, 99,9% e 99,1%, respectivamente. Cabe mencionar que aproximadamente 97,7% das Programações de Desembolso emitidas pelos órgãos até o quinto bimestre de 2014 foram adimplidas pelo Tesouro do Estado, com destaque para as áreas prioritárias de Educação e de Assistência Social, com 98,6% de suas PD's quitadas.

Gráfico 14

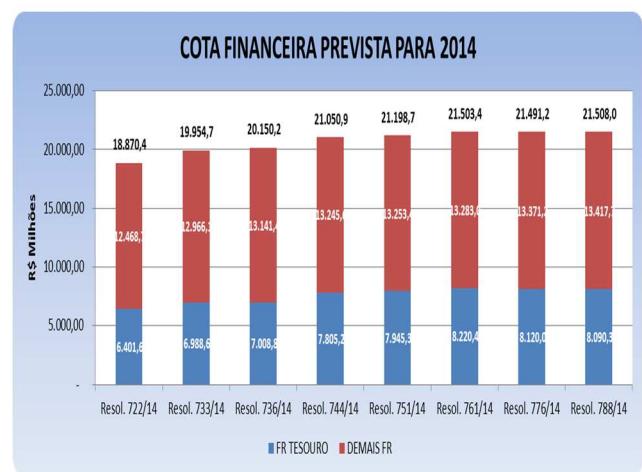


Tabela 45

ACOMPANHAMENTO DOS GASTOS POR FR ATÉ OUTUBRO DE 2014					
FR	DESP. EMPENHADA (A)	DESP. LIQUIDADA (B)	COTA FIN. LIBERADA (C)	COTA FIN. UTILIZADA (D)	DESP. PAGA (E)
FR - Tesouro	6.590	5.673	5.304	5.247	5.127
FR - Demais	8.265	6.783	7.609	6.615	6.531
<b>Total geral</b>	<b>14.855</b>	<b>12.456</b>	<b>12.914</b>	<b>11.862</b>	<b>11.659</b>

Fonte: SIG e SIAFEM

Obs: Posição acumulada até Out/2014

FR	(B)/(A)	(B)/(C)	(D)/(B)	(D)/(C)	(E)/(D)
FR - Tesouro	86,1%	107,0%	92,5%	98,9%	97,7%
FR - Demais	82,1%	89,1%	97,5%	86,9%	98,7%
<b>Total geral</b>	<b>83,9%</b>	<b>96,5%</b>	<b>95,2%</b>	<b>91,9%</b>	<b>98,3%</b>

Fonte: SIG e SIAFEM

Obs: Posição acumulada até Out/2014

Tabela 46

ACOMPANHAMENTO DOS GASTOS ATÉ OUTUBRO DE 2014 POR ÁREAS (FR TESOURO)					
ÁREAS	DESP. EMPENHADO (A)	DESP. LIQUIDADA (B)	COTA FIN. LIBERADA (C)	COTA FIN. UTILIZADA (D)	DESP. PAGA (E)
EDUCAÇÃO	355	312	301	299	295
SAÚDE	2.310	2.070	1.868	1.867	1.837
SEGURANÇA	613	524	526	522	494
ASSISTÊNCIA SOCIAL	522	461	472	457	451
DÉMAIS ÁREAS	2.790	2.306	2.137	2.102	2.050
<b>TOTAL GERAL</b>	<b>6.590</b>	<b>5.673</b>	<b>5.304</b>	<b>5.247</b>	<b>5.127</b>

Fonte: SIG e SATE

Obs: Posição acumulada até Out/2014

ÁREAS	(B)/(A)	(B)/(C)	(D)/(B)	(D)/(C)	(E)/(D)
EDUCAÇÃO	87,8%	103,4%	96,0%	99,3%	98,6%
SAÚDE	89,6%	110,8%	90,2%	99,9%	98,4%
SEGURANÇA	85,5%	99,6%	99,5%	99,1%	94,7%
ASSISTÊNCIA SOCIAL	88,4%	97,8%	99,0%	96,9%	98,6%
DÉMAIS ÁREAS	82,6%	107,9%	91,2%	98,4%	97,5%
<b>TOTAL GERAL</b>	<b>86,1%</b>	<b>107,0%</b>	<b>92,5%</b>	<b>98,9%</b>	<b>97,7%</b>

Fonte: SIG e SATE

Obs: Posição acumulada até Out/2014

32 Resolução SEFAZ nº 776, de 07 de agosto de 2014.

33 Incluída como área prioritária a partir da Resolução SEFAZ nº 781, de 14 de agosto de 2014.



## VI.2 Pagamento de PD's

O Tesouro Estadual, no quinto bimestre de 2014, foi mais célere no adimplimento das obrigações suportadas com suas fontes de recurso se comparado com mesmo período do ano anterior, já que praticou o prazo médio de pagamento de 8 dias, tanto para as PD's das Áreas Prioritárias<sup>34</sup> como para as Áreas Não Prioritárias, contra o prazo médio geral de 17 dias no penúltimo bimestre de 2013. Houve, com isso, expressiva redução de 52,9%, quanto à média utilizada. O prazo médio na época foi de 12 dias para as Áreas Prioritárias e 20 dias para as Não Prioritárias.

Conforme observado no Gráfico 15, a Secretaria de Fazenda adimpliu grande parte das PD's (81,7%) em até 10 dias, 17,8% de 11 a 30 dias e apenas 0,5% das Programações de Desembolso foram pagas após 30 dias das suas respectivas datas de emissão no bimestre setembro-outubro. Cabe destacar que 99,5% das PD's foram honradas em até 30 dias.

Esses números evidenciam o contínuo planejamento do fluxo de caixa do Tesouro, fator que vem garantindo a agilidade da execução da programação orçamentária e financeira do Estado do Rio de Janeiro.

## VI.3 Administração do Saldo de Caixa do Tesouro

O Comitê de Política Monetária (COPOM), na 186<sup>a</sup> reunião<sup>35</sup>, aumentou em 0,025 pontos percentuais, passando a vigorar a taxa SELIC de 11,2% a.a. O aumento é o segundo desde abril de 2014 quando a taxa SELIC passou de 10,7% para 11,0. Segundo o COPOM, a medida visou assegurar o controle da inflação dentro da meta de 4,5%, com viés de 2 p.p para os limites inferior e superior, estabelecida para 2014.

Os fundos nos quais o Tesouro Estadual aplica os recursos públicos mantiveram bom desempenho no quinto bimestre de 2014, obtendo em média 99,6% da taxa do Certificado de Depósitos Interbancário (CDI – benchmark dos fundos).

34 Lei nº 6.668 de 13 de janeiro de 2014

35 Reunião realizada nos dias 28 e 29 de outubro de 2014.

**Tabela 47**

### PRAZO MÉDIO DE PAGAMENTOS DAS PD's

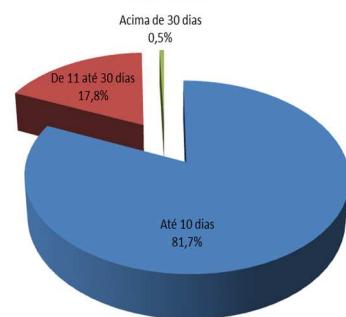
5º BIMESTRE DE 2014

ÁREAS	PRAZO MÉDIO
PRIORITÁRIAS	8
NÃO PRIORITÁRIAS	8
MÉDIA GERAL	8

Fonte: Sistema de Informações Gerenciais - SIG

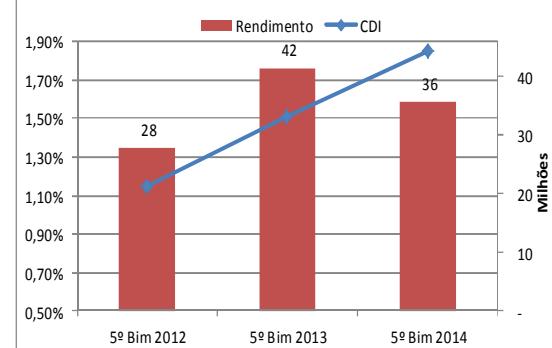
**Gráfico 15**

### PDs POR PRAZO MÉDIO DE PAGTO 5º BIMESTRE 2014



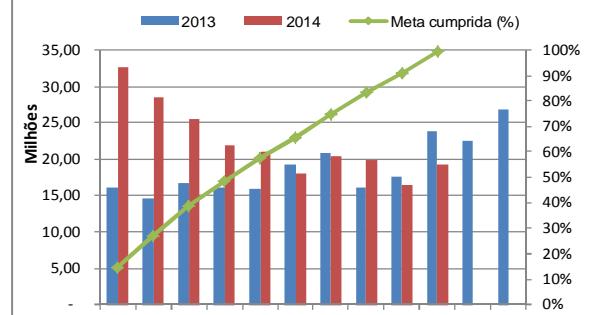
**Gráfico 16**

### CDI X Receita Financeira



**Gráfico 17**

### Receita Financeira



Fonte: LOA e SIG.



Quanto à receita financeira, o montante registrado no 5º bimestre de 2014 apresentou queda de 11,1% em relação ao bimestre anterior.

Quando comparado com o mesmo período do exercício anterior, houve queda de 13,9% na receita financeira registrada. Atribui-se tal fato à menor disponibilidade de caixa em relação ao mesmo período de 2013.

Analizando-se o período de janeiro a outubro de 2014, os investimentos dos recursos públicos geraram receita financeira de R\$ 223,6 milhões, montante este que representa 99,5% dos R\$ 224,7 milhões previstos na Lei Orçamentária Anual (LOA) para todo o ano de 2014.

#### VI.4 Adimplemento de concessionárias e prestadores de Serviços Públicos

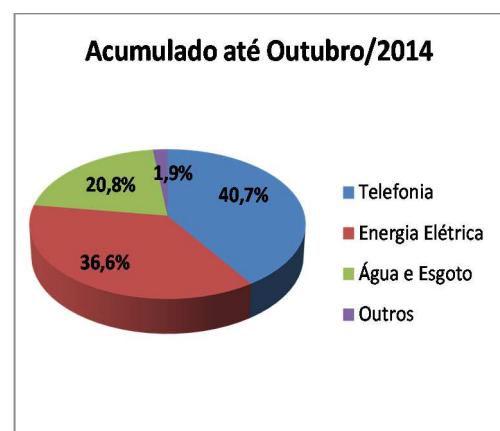
No período de janeiro a outubro de 2014, o Tesouro Estadual utilizou o montante de R\$ 167,55 milhões para honrar as despesas realizadas com serviços públicos essenciais prestados aos Órgãos da administração direta e indireta do Estado do Rio de Janeiro. A maior parte deste montante, cerca de 40,7%, foi utilizada para honrar despesas com serviços de telefonia, móvel e dados. O restante subdivide-se em 36,6% para despesas com energia elétrica, 20,8% para despesas de água e esgoto, e 1,9% para demais serviços.

Em relação à dotação orçamentária, a reserva de recursos para honrar despesas com concessionárias em um Programa de Trabalho (PT) específico visa assegurar a liquidação e pagamento de obrigações no exercício em que foram geradas, a fim de evitar custos derivados de multas e moras quando estas despesas são quitadas após o vencimento.

No exercício de 2014, foram disponibilizados R\$ 256,95 milhões neste PT, e, até o presente momento, foram empenhados 73,5% desse montante (R\$ 188,81 milhões).

Uma medida que colabora para a eficiência na conciliação das despesas com serviços públicos e celeridade dos pagamentos é o emprego do Sistema Integrado de Pagamento de Concessionárias – SIPC. Este sistema, implantado com a finalidade de centralizar os

**Gráfico 18**  
**Pagamento Acumulado das Concessionárias de Serviços Públicos**



Fonte: SIG



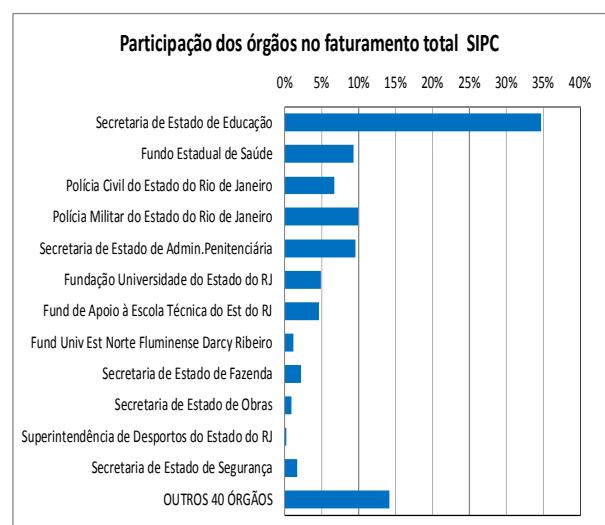
procedimentos de execução orçamentária e financeira das despesas efetuadas pelos entes estaduais com serviços públicos essenciais, abrange atualmente 16 concessionárias. Duas novas concessionárias solicitaram adesão ao sistema, estando em fase final a análise documental.

Considerando o faturamento de 2014, por meio do SIPC, foram registrados R\$ 266,4 milhões referentes a faturamento acumulado de serviços essenciais. Dessa importância, foram adimplidos R\$ 147,1 milhões, ou seja, 55,2 % do total.

A inadimplência do Erário junto às concessionárias (44,5 %), geralmente, ocorre devido a atrasos por parte de alguns órgãos em descentralizações orçamentárias e às transferências de cota financeira - etapas necessárias para quitação de suas obrigações.

No 5º bimestre, alguns órgãos não executaram todas as etapas necessárias para o pagamento, como Centro de Tecnologia de Informação e Comunicação do ERJ (PRODERJ), a Secretaria de Estado de Educação (SEEDUC), Fundação Universidade do Estado do RJ (UERJ) Secretaria de Estado de Administração Penitenciária (SEAP); Polícia Militar do Estado do Rio de Janeiro (PMERJ) e o Fundo Estadual de Saúde (FES). Em 2014, as despesas desses órgãos representaram 67,4 % do montante total faturado, cujo percentual quitado equivale a 35,4 %.

Por outro lado, o desempenho positivo da Secretaria de Estado da Assistência Social e Dir. Humanos (SEASDH), da Fundação para a Infância e Adolescência (FIA), da Secretaria de Estado da Casa Civil (CASA CIVIL) e da Secretaria de Estado de Fazenda (SEFAZ) tornou possível todos os seus compromissos em tempo hábil. Outros órgãos também merecem destaque favorável nesse sentido, quais sejam: Fundação Departamento de Estradas de Rodagem do Estado do RJ (DER), Fundação Universidade Estadual do Norte Fluminense Darcy Ribeiro (UENF), dentre alguns outros.

**Gráfico 19**



## VI.4.1 Características de Consumo

Analisando-se o consumo de energia elétrica em kWh (Light e Ampla), no 5º bimestre de 2014, verifica-se aumento global de 6,6 %, se comparado ao mesmo período do ano anterior.

Quanto ao estudo de alta tensão, observou-se que, em setembro e outubro de 2014, foram gastos com demanda de alta tensão R\$ 7,22 milhões, sendo R\$ 6,80 milhões de demanda contratada e R\$ 0,41 mil de demanda ultrapassada.

Na área de comunicação, o Estado utiliza vários serviços, como telefonia fixa, telefonia móvel, transmissão de dados e transmissão de dados *wireless*.

No tocante aos serviços de telefonia fixa, os quais são prestados pela Oi/Telemar, observa-se que de janeiro a outubro de 2014 a média do faturamento foi de R\$ 1,3 milhão. Quanto aos serviços de telefonia móvel, que são prestados pela operadora TIM, analisando o mesmo período, a média de faturamento mensal foi de R\$ 115,11 mil.

Em relação aos serviços de transmissão de dados e *wireless*, a Oi/Telemar (empresa que presta esses serviços ao Estado) aderiu ao SIPC para quitação das faturas por meio de descentralização. Nesse passo, após a implementação das rotinas necessárias, o faturamento abarcado pelo SIPC em 2014 somou R\$ 74,49 milhões, tendo sido quitado R\$ 42,26 milhões.

Na área de distribuição de água e esgoto, no 5º bimestre de 2014, foram faturados R\$ 17,17 milhões com este tipo de serviço. A CEDAE comprehende cerca de 65,2% deste total.

**Tabela 48**  
**Faturamento Acumulado por**  
**Serviço de Água e Esgoto**

R\$ mil	FAVORECIDOS	1 Bim/14	2 Bim/14	3 Bim/14	4 Bim/14	5 Bim/14
ÁGUAS DAS AGULHAS NEGRIAS	61	63	55	72	67	
ÁGUAS DE NITERÓI	1.082	1.218	1.162	1.150	1.277	
ÁGUAS DE NOVA FRIBURGO	105	119	113	102	113	
ÁGUAS DO IMPERADOR	93	109	109	92	117	
ÁGUAS DO PARAÍBA	1.139	1.096	1.087	1.058	1.074	
CEDAE	11.464	10.854	11.050	10.263	11.197	
FÓZ ÁGUAS	4.300	4.047	4.194	3.824	2.940	
C. ÁGUAS DE JUTURNÁIBA	159	156	140	136	141	
PROLAGOS	96	153	158	142	142	
SAAE/B. MANSA	33	64	39	34	38	
SAAE/V. REDONDA	122	156	170	158	68	
<b>Total Faturado</b>	<b>18.654</b>	<b>18.035</b>	<b>18.278</b>	<b>17.031</b>	<b>17.175</b>	

Fonte: Faturamento enviado pelas Concessionárias

## VI.5 Requisições Judiciais de Pagamento

### Precatórios

Em fevereiro de 2010, o Estado do Rio de Janeiro aderiu ao Regime Especial de Pagamento de Precatórios, pelo qual deveria quitar seu estoque de precatórios em 15 anos, conforme sistemática do art. 97, § 1º, inciso II, do ADCT.



Dando cumprimento às regras do Regime Especial adotado, o Estado do Rio de Janeiro realizou dentro do prazo e com eficiência as transferências dos recursos financeiros ao Tribunal de Justiça para realização dos pagamentos nos anos de 2010, 2011 e 2012.

Porém, com a promulgação da Lei Complementar Estadual nº 147 de 27 de junho de 2013, de iniciativa conjunta dos Poderes Judiciário e Executivo, foi autorizado ao Estado utilizar de 25% dos depósitos judiciais para pagamento de precatórios e requisições de pequeno valor, mantendo-se o restante dos depósitos judiciais no Banco do Brasil, a fim de garantir a restituição ou pagamentos referentes aos depósitos.

Assim, depois de firmados os instrumentos legais para operacionalização dos pagamentos conforme sistemática da LC 147/13, foram quitados, em 27 de dezembro de 2013, os precatórios emitidos pelo Tribunal de Justiça, aptos ao pagamento, até o orçamento de 2013.

Para o orçamento de 2014, ingressaram em torno de R\$ 640 milhões em precatórios, que deverão ser liquidados até o último dia de 2014.

Nos meses de setembro e outubro deste ano, foram pagos pelos Tribunais R\$ 427,99 milhões em pagamentos de precatórios judiciais, dos quais R\$ 405,32 milhões são referentes a precatórios de 2014. Foram, ainda, utilizados dos recursos do Tesouro Estadual R\$ 947,31 mil para pagamento de dois acordos de parcelamento de precatórios.

### Requisições de Pequeno Valor – RPV

No 5º Bimestre deste ano, foram pagas pelo Tesouro Estadual 818 requisições de pequeno valor que totalizaram R\$ 7,65 milhões.

Ressalta-se que o dispêndio direcionado ao adimplemento dessas obrigações não é definido pelo Estado, dado que essas requisições de pagamento judicial, por seu valor ser de até 40 vezes o salário mínimo, possuem rito de pagamento diferenciado, conforme § 3º, do art. 100, da Constituição Federal<sup>36</sup>.

Gráfico 20



Tabela 49

PAGAMENTOS DE RPV - 5º BIM. 2014.		
MÊS	QUANTIDADE	VALOR
SETEMBRO	333	3.369.334
OUTUBRO	485	4.283.570
<b>TOTAL</b>	<b>818</b>	<b>7.652.904</b>

Fonte: SUCADP em 02/12/2014

<sup>36</sup> O §3º, do art. 100, da Constituição Federal, dispõe o seguinte: "O disposto no caput deste artigo, relativamente à expedição de precatórios, não se aplica aos pagamentos de obrigações definidas em leis como de pequeno valor que as Fazendas referidas devam fazer em virtude de sentença judicial transitada em julgado".



## Total de Requisições Judiciais de Pagamento

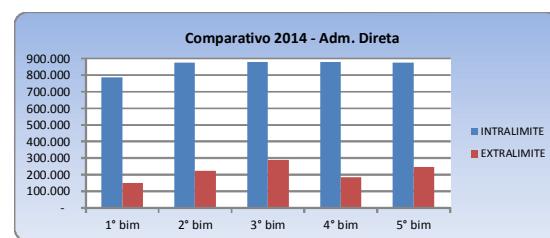
Somando-se precatórios e requisições de pequeno valor, foram pagos, no 5º bimestre de 2014, o montante de R\$ 436,59 milhões.

## VI.6 Evolução da Dívida Financeira do Estado do Rio de Janeiro e de seu Dispêndio com a dívida pública

O Tesouro Estadual desembolsou no 5º bimestre de 2014, R\$ 1,13 bilhão com o serviço da dívida<sup>37</sup>. A importância desembolsada foi 5,5% superior ao valor pago no bimestre anterior.

Esta variação foi influenciada pelo aumento do serviço extralimite, que foi 33,1% superior ao pago no 4º bimestre, em virtude do pagamento da semestralidade dos contratos da dívida externa no montante de R\$ 101,72 milhões.

**Gráfico 21**



Do total pago no 5º bimestre de 2014, R\$ 876,32 milhões foram referentes à dívida intralimite<sup>38</sup>, valor superior àquele devido pela aplicação da Tabela Price, resultando, assim, na amortização de resíduo de R\$ 193,50 milhões.

Além disso, o pagamento da dívida da Administração Indireta Honrada com recursos do Tesouro Estadual<sup>39</sup> alcançou R\$ 2,05 milhões, 25,3% superior em relação ao 4º bimestre de 2014. Essa diferença se deve ao pagamento da dívida da RIOTRILHOS que é

<sup>37</sup> Serviço da Dívida pago com as fontes do Tesouro Estadual.

<sup>38</sup> Para fins de aplicação do limite, poderão ser deduzidos as despesas efetivamente realizadas no mês anterior, correspondentes aos serviços das seguintes obrigações:

- I – dívidas refinanciadas com base na Lei nº 7.976, de 20 de dezembro de 1989;
- II – dívida externa contratada até 30 de setembro de 1991;
- III – dívidas refinanciadas com base no art. 58 da Lei nº 8.212, de 24 de julho de 1991, e na Lei nº 8.620, de 05 de janeiro de 1993;
- IV – dívidas parceladas junto ao Fundo de Garantia do Tempo de Serviço – FGTS, cuja formalização tenha ocorrido até 31 de março de 1996;
- V – comissão do agente, incidente sobre o pagamento da prestação decorrente da Lei nº 8.727, de 05 de novembro de 1993;
- VI – dívida relativa ao crédito imobiliário refinanciado ao amparo da Lei nº 8.727, de 1993, e efetivamente assumido pelo estado, deduzidas as receitas auferidas com essas operações;
- VII – as despesas referentes a principal, juros e demais encargos das operações decorrentes da Lei nº 8.727, de 1993, realizadas no mês, excetuada comissão do agente.

<sup>39</sup> A Administração indireta honrada com recursos do Tesouro Estadual é formada pelas entidades que não têm recursos próprios para honrar suas dívidas. As demais entidades, como CODERTE e CEPERJ, por possuírem fontes de receitas próprias, não são citadas no quadro do serviço da dívida.



efetuado semestralmente nos meses de abril e outubro. O montante da Administração Indireta representa apenas 0,2% do total pago.

Tabela 50

Dispêndio com a Dívida Pública (Adm.Dir. + Adm.Ind.Honradas)							R\$ mil
	4º bim 2014			5º bim 2014			Δ % do total no bim
	Principal	Encargos	Total	Principal	Encargos	Total	
ADM. DIRETA	578.812	486.989	1.065.800	633.153	490.931	1.124.085	5,47%
INTRALIMITE	480.486	399.163	879.649	477.874	398.448	876.322	-0,38%
EXTRALIMITE	98.326	87.825	186.151	155.279	92.484	247.763	33,10%
INTERNA	88.219	75.739	163.959	96.023	50.015	146.037	-10,93%
EXTERNA	10.107	12.086	22.193	59.257	42.469	101.726	358,38%
ADM. INDIRETA HONRADA	1.507	129	1.636	1.076	974	2.049	25,25%
<b>TOTAL</b>	<b>580.319</b>	<b>487.117</b>	<b>1.067.437</b>	<b>634.229</b>	<b>491.905</b>	<b>1.126.134</b>	<b>5,50%</b>

**Informações complementares:**

Valor devido intra-limite	281.236	399.163	680.400	284.374	398.448	682.822	0,36%
Valor pago pelo limite (13% da RLR)*	480.486	399.163	879.649	477.874	398.448	876.322	-0,38%
Amortização do resíduo	(199.250)	-	(199.250)	(193.500)	-	(193.500)	-2,89%

Valores pagos a preços correntes.

\*No cálculo do valor da amortização do resíduo, considera-se a prestação como paga pelo regime de competência

**Dívida Financeira x Receita Líquida Real**

No 5º bimestre de 2014, o estoque da Dívida Financeira alcançou R\$ 86,39 bilhões, 2,8% maior que o bimestre anterior.

O estoque da dívida interna, seguindo a mesma tendência do total da dívida, cresceu 2,3%, quando comparado ao 4º bimestre de 2014.

Gráfico 22

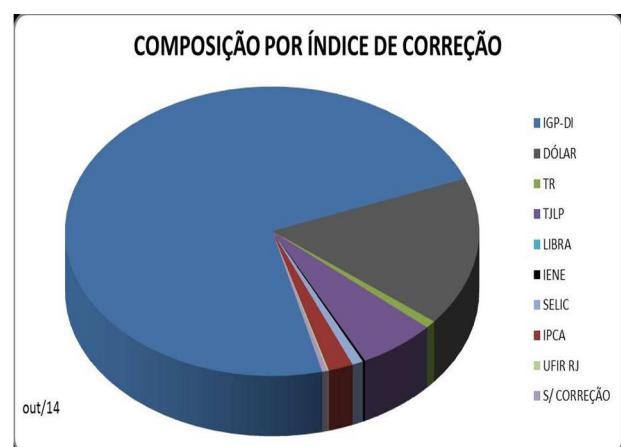




Tabela 51

	R\$ mil		
DÍVIDA FINANCEIRA X RECEITA LÍQUIDA REAL 2014			
	4º Bimestre	5º Bimestre	Δ %
<b>DÍVIDA FUNDADA TOTAL</b>	84.002.557	86.388.992	2,84%
<b>INTERNA</b>	76.519.965	78.239.916	2,25%
Dívida com a União	64.305.611	64.102.884	-0,32%
Outras Dívidas Contratuais	12.214.355	14.137.032	15,74%
<b>EXTERNA</b>	7.359.104	8.026.795	9,07%
Com Aval do Tesouro Nacional	7.355.636	8.023.031	9,07%
Mobiliária	3.468	3.764	8,51%
<b>ADM INDIRETA - CUSTEADA (F.TESOURO)</b>	123.488	122.281	-0,98%
<b>DÍVIDA FINANCEIRA</b>	84.002.557	86.388.992	2,84%
<b>RECEITA LÍQUIDA REAL (+) IGP-DI (*)</b>	41.290.102	41.029.526	-0,63%
<b>RELAÇÃO DÍVIDA FINANCEIRA / RLR</b>	2,03	2,11	3,49%

Valores a preços correntes.

(\*) Valor do 5º Bim/14 provisório.

O estoque da dívida externa, que corresponde a 9,3% do total da dívida financeira, encerrou o 5º bimestre de 2014 com saldo de R\$ 8,03 bilhões, ou seja, 9,1% superior ao 4º bimestre de 2014, consequência da desvalorização do real frente ao dólar<sup>40</sup> e do ingresso de recursos das operações que se encontram em fase de desembolso.

Tabela 52

COMPOSIÇÃO DO ESTOQUE POR FAIXAS DE TX de JUROS			
R\$ mil			
Prefixado			
Tx de Juros (%)	Estoque	Estoque/ Subtotal	Estoque/ Total
0 - 2	1.101.984	1,50%	1,28%
2,1 - 4	183.012	0,25%	0,21%
4,1 - 6	65.403.254	88,85%	75,71%
acima de 6,1	6.922.248	9,40%	8,01%
<b>Subtotal</b>	<b>73.610.498</b>	<b>100,00%</b>	<b>85,21%</b>
Pósfixado			
Tx de Juros (%)	Estoque	Estoque/ Subtotal	Estoque/ Total
0 - 2	5.314.385	41,59%	6,15%
2,1 - 4	1.031.452	8,07%	1,19%
4,1 - 6	6.432.658	50,34%	7,45%
<b>Subtotal</b>	<b>12.778.495</b>	<b>100,00%</b>	<b>14,79%</b>
<b>Total</b>	<b>86.388.992</b>		<b>100,00%</b>

O indicador de solvência (a relação Dívida Financeira/ Receita Líquida Real – DF/RLR), acordado entre a União e o Estado do Rio, apresentou variação de 3,5% em relação ao 4º bimestre de 2014. A relação subiu de 2,03 para 2,11<sup>41</sup>.

<sup>40</sup> A cotação do dólar (US\$) no dia 31 de outubro foi de 2,4442, 9,1% superior a cotação de 31 de agosto de 2014, que foi de 2,3426.

<sup>41</sup> A meta da dívida para o exercício de 2014, fechada no Programa de Ajuste Fiscal assinado em 20/06/2014, foi de 2,17.



## Perfil da Dívida Financeira

A parcela pré-fixada da Dívida Financeira representou 85,2% do estoque. Desse montante, 75,7% está vinculado a taxas de juros fixadas entre 4,1% e 6,0%.

Saliente-se que parte expressiva da dívida do Estado está vinculada ao limite de pagamento de 13% da RLR até outubro de 2029.

No tocante ao cálculo do total do serviço a pagar até 2039, os vencimentos de curto prazo<sup>42</sup> representam 7,8% e, desse percentual, apenas 0,6% está exposto a taxas variáveis. Quanto aos vencimentos futuros, verifica-se que até 2029 o serviço a pagar apresenta crescimento homogêneo no tempo, seguindo o crescimento da RLR<sup>43</sup>. No exercício seguinte, 2030, ocorre expressiva queda no serviço, dado que a partir de novembro de 2029, o Estado começa a aplicar apenas o sistema Price de amortização em substituição ao pagamento limitado a 13% da RLR no contrato de Refinanciamento, firmado ao amparo da Lei nº 9.496/97.

Vale ressaltar, ainda, que os custos variáveis não ultrapassam, até 2029, o patamar de 20,3%.

O Gráfico 24 apresenta o serviço a pagar por natureza da operação. Embora o Estado venha contratando novas operações de crédito, interna e externa, a União ainda é a maior credora do Estado.

O prazo médio de amortização<sup>44</sup> e ao prazo médio de repactuação<sup>45</sup> atingiram 12,08 anos e 11,24 anos, respectivamente.

<sup>42</sup> Dívidas vencidas até o exercício seguinte.

<sup>43</sup> Para a projeção da Receita Líquida Real, para os exercícios de 2012 à 2014, considera-se a RLR prevista no Programa de Ajuste Fiscal assinado em 15/04/2010, e para a projeção dos exercícios seguintes é aplicado uma taxa de crescimento real de 3% ao ano.

<sup>44</sup> Prazo médio de Amortização – Período médio ponderado entre o bimestre e as amortizações vincendas.

Gráfico 23

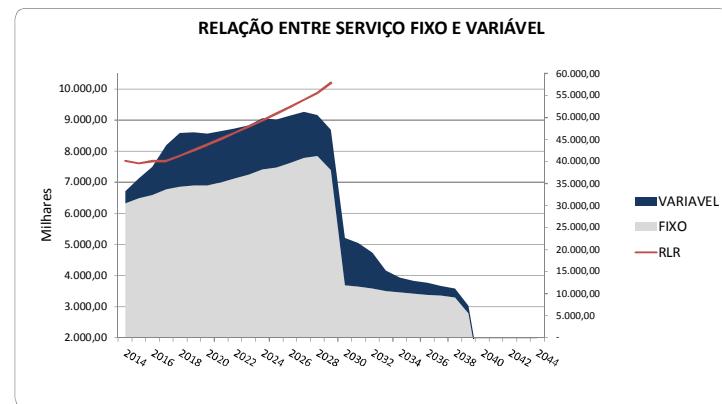
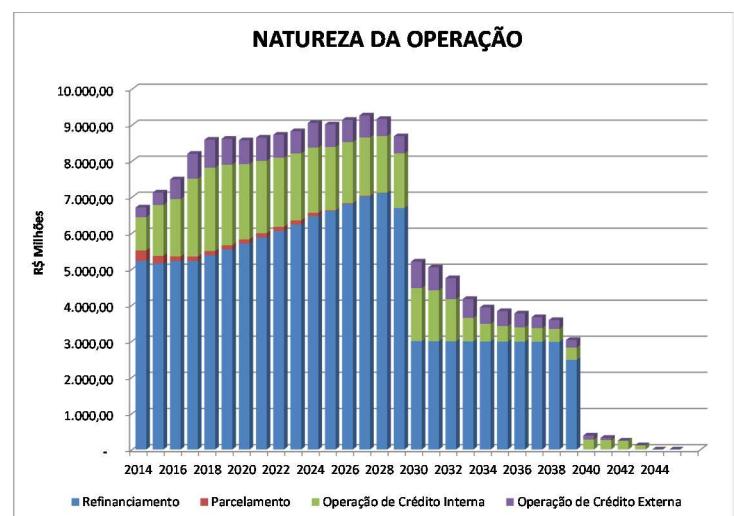


Gráfico 24





## Cenários Econômicos

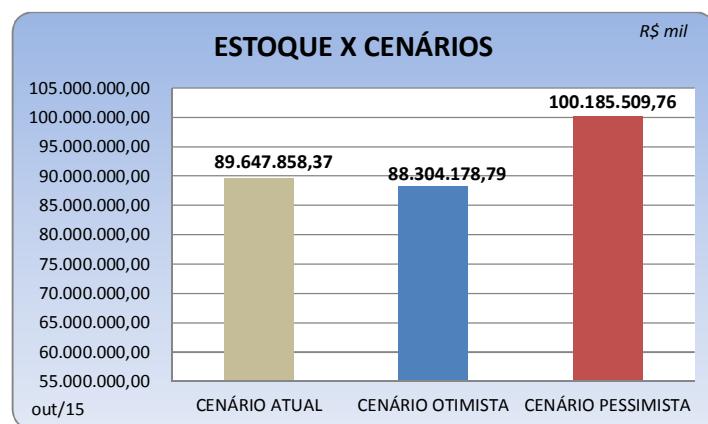
A análise de sensibilidade tem por objetivo medir as mudanças no serviço e estoque da dívida pública, dada uma oscilação em variáveis chaves, como taxas de câmbio e taxas de juros.

**Tabela 53**

CENÁRIO ATUAL			CENÁRIO OTIMISTA			CENÁRIO PESSIMISTA		
Índices	%	ESTOQUE	Índices	%	ESTOQUE	Índices	%	ESTOQUE
IGP-DI	68,69%	61.583.131,86	IGP-DI	68,22%	60.239.452,28	IGP-DI	71,99%	72.120.783,24
DÓLAR	18,71%	16.772.342,99	DÓLAR	18,99%	16.772.342,99	DÓLAR	16,74%	16.772.342,99
TR	1,17%	1.049.649,33	TR	1,19%	1.049.649,33	TR	1,05%	1.049.649,33
TJLP	7,18%	6.437.447,66	TJLP	7,29%	6.437.447,66	TJLP	6,43%	6.437.447,66
LIBRA	0,00%	3.763,64	LIBRA	0,00%	3.763,64	LIBRA	0,00%	3.763,64
IENE	0,14%	129.589,41	IENE	0,15%	129.589,41	IENE	0,13%	129.589,41
SELIC	1,28%	1.144.276,73	SELIC	1,30%	1.144.276,73	SELIC	1,14%	1.144.276,73
IPCA	2,55%	2.282.634,90	IPCA	2,58%	2.282.634,90	IPCA	2,28%	2.282.634,90
S/ CORREÇÃO	0,27%	245.021,86	S/ CORREÇÃO	0,28%	245.021,86	S/ CORREÇÃO	0,24%	245.021,86
<b>TOTAL</b>	<b>100,00%</b>	<b>89.647.858</b>	<b>TOTAL</b>	<b>100,00%</b>	<b>88.304.179</b>	<b>TOTAL</b>	<b>100,00%</b>	<b>100.185.510</b>

out/15

Tendo em vista que o IGP-DI é o índice que mais afeta a dívida estadual, considerou-se alguns cenários para esta variável. A partir da série histórica de 10 anos do IGP-DI, utilizando o cálculo de duas vezes o desvio padrão para se chegar a um intervalo de 95% de confiança, foram construídos os cenários otimista e pessimista com variação acumulada de -3,5% a.a. e 14,7% a.a., respectivamente. Considerando os cenários de variação da projeção do IGP-DI apresentados sobre o estoque da dívida, a diferença no total da dívida, em valores absolutos (Tabela 53) entre o cenário otimista e pessimista equivale a R\$ 11,88 bilhões e, em valores relativos, de 13,5%.

**Gráfico 25**

Apesar da magnitude da variação relativa da dívida, quando observada sua composição por índices, nota-se uma variação de apenas 3,3% na participação do IGP-DI no total da dívida: passando de 68,7%, no cenário atual, para 72,0%, no cenário pessimista.

Analizando-se o cenário macroeconômico, o Índice Geral de Preços – (IGP-DI) variou 0,59% em outubro. A variação registrada em setembro foi de 0,02%. Em outubro de 2013, a variação foi de 0,63%. No acumulado de 2014, o IGP-DI variou 2,22%. No mesmo período

<sup>45</sup> Prazo médio de Repactuação de Taxas – Período médio ponderado entre o bimestre e as amortizações vincendas, considerando o prazo de repactuação das taxas flutuantes (pós-fixadas).



do ano anterior, o índice elevou-se 4,51%. No acumulado em 12 meses, a taxa ficou em 3,21%. O IGP-DI de outubro foi calculado pela FGV com base nos preços coletados entre os dias 1º e 31 do mês de referência.

O Índice de Preços ao Produtor Amplo (IPA) registrou variação de 0,73% em outubro. No mês anterior, o índice apresentou a mesma variação de -0,18%.

O Índice de Preços ao Consumidor (IPC) registrou variação de 0,43%, em outubro, ante 0,49%, no mês anterior. Quatro das oito classes de despesa componentes do índice apresentaram decréscimo em suas taxas de variação.

O Índice Nacional de Custo da Construção (INCC) registrou, em outubro, taxa de variação de 0,17%, após alta de 0,15% no mês anterior.

### **Moeda Estrangeira e Libor**

No período de 12 meses, o estoque da dívida atrelado ao dólar passou de R\$ 8,80 bilhões para 14,38 bilhões e de 11,5% para 16,6%, no total da composição da dívida. Esse aumento deu-se em função das novas operações de crédito contratadas pelo Estado do Rio de Janeiro junto a organismos internacionais e junto ao sistema financeiro nacional atreladas à moeda norte americana.

A Tabela 54 e a Tabela 55 demonstram o quanto variam o serviço e o estoque da dívida no período de 12 meses, em função de uma oscilação de dez pontos percentuais nas variáveis chaves e o quanto varia o serviço, no mesmo período, em função de uma oscilação de 1 ponto percentual na taxa Libor.

Na Tabela 54, a variação no serviço anual não apresenta alta sensibilidade à maioria das variáveis chaves no curto prazo. O impacto da oscilação de um ponto percentual (1%) na Libor se reflete num acréscimo de R\$ 131,81 milhões ao serviço anual da dívida, ou seja, pouco menos que 2,0% do mesmo, o que representa o risco de curto prazo.

**Tabela 54**

Variável Chave	Variação	Serviço	R\$ mil
<b>MOEDA ESTRANGEIRA</b>			
Dólar Americano	+10%	+78.528,97	+1.097
Iene Japonês	+10%	+4.427,62	+0.062
Libor	+1,0%	+131.807,41	+1.980

**Tabela 55**

Variável Chave	Variação	Estoque	R\$ mil
<b>MOEDA ESTRANGEIRA</b>			
Dólar Americano	+10%	+1.676.540,42	+1.870
Iene Japonês	+10%	+12.958,94	+0,014



Analisando-se o estoque ao final dos próximos 12 meses, conforme Tabela 55, observa-se que um aumento de 10% no dólar americano e no iene japonês gera um aumento de no máximo 1,09 % e 0,01%, em relação ao estoque vinculado a essas moedas, respectivamente.

### Receita de Operações de Crédito

Foram liberados R\$ 1,53 bilhão de receita oriunda de operações de créditos, em setembro e outubro:

- R\$ 600,00 milhões destinados para o Apoio ao Programa de Desenvolvimento Socioambiental – PRODES (recursos provenientes do Credit Suisse);<sup>46</sup>
- R\$ 450,00 milhões destinados para o Apoio ao Programa de Suporte à Política de Transporte – PROSUT (recursos provenientes do BTG Pactual);
- R\$ 286,04 milhões destinados à Infraestrutura da linha 4 do metrô e expansão da linha 1 - Fase II (recursos provenientes do BNDES);
- R\$ 90,00 milhões destinados à Infraestrutura da linha 4 do metrô e expansão da linha 1 - Fase II ADICIONAL (recursos provenientes do BNDES);
- R\$ 46,74 milhões destinados ao Programa de Obras Emergenciais - POE (recursos provenientes da Corporação Andina de Fomento - CAF);
- R\$ 21,61 milhões destinados ao Programa Saneamento para Todos (recursos provenientes da CAIXA);
- R\$ 10,53 milhões destinados ao Programa Saneamento para Todos II (recursos provenientes da CAIXA);

<sup>46</sup> Os dados utilizados nesta seção foram extraídos de relatórios do Sistema de Operações de Crédito (SOC) e do Sistema Integrado de Administração Financeira para Estados e Municípios (SIAFEM).



- R\$ 8,00 milhões destinados para o Financiamento Adicional ao Projeto de Desenvolvimento Rural Sustentável em Micrabortacias Hidrográficas (recursos provenientes do BIRD);
- R\$ 6,00 milhões destinados ao Programa de Fortalecimento da Gestão do Setor Público e do Desenvolvimento Territorial - PRÓ-GESTÃO II (recursos provenientes do BIRD);
- R\$ 5,25 milhões destinados ao Programa de Desenvolvimento Rural Sustentável em Micrabortacias Hidrográficas (recursos provenientes do BIRD);
- R\$ 1,50 milhão destinado ao Programa de Renovação e Fortalecimento da Gestão Pública - PRÓ-GESTÃO (recursos provenientes do BIRD);
- R\$ 1,21 milhão destinados ao Programa de Apoio ao Fortalecimento da Administração Fazendária do E.R.J - PROFAZ (recursos provenientes do BID); e
- R\$ 169,10 mil destinados ao Programa Nacional do Desenvolvimento do Turismo – PRODETUR (recursos provenientes do BID).



Tabela 56

## Cronograma de Liberações

## Operações Contratadas, Autorizadas e em Tramitação na STN e no Senado Federal

Data: 31/10/2014

R\$ mil

	2014		2015/18
	Liberado (¹)	a Liberar (²)	a Liberar (²)
<b>1. Operações de Crédito Contratadas</b>	<b>6.650.069</b>	<b>1.035.452</b>	<b>8.290.030</b>
<b>Operações contratadas com o Sistema Financeiro Nacional</b>	<b>6.128.299</b>	<b>860.576</b>	<b>4.800.549</b>
1. EXP. METRÔ/GENERAL OSÓRIO - BNDES	-	-	6.770
2. SANEAMENTO PARA TODOS I - CAIXA	70.162	14.652	285.593
3. DELEGACIA LEGAL - BNDES	-	-	11.076
4. PMAE II - BNDES	1.205	1.981	-
5. CONTRAPARTIDA PAC - CAIXA	13.326	9.002	22.114
6. VIALIGHT - CAIXA	1.068	17.201	241.779
7. PRÓ-CIDADES I - B.BRASIL	1.104.000	-	552.000
8. METRÔ LINHA 4 (Estudos e Pesquisas) - BNDES	-	4.500	-
9. PROGRAMA SANEAMENTO P TODOS II - CAIXA	27.454	11.832	376.086
10. PROCOI - CAIXA	199.979	-	599.936
11. PRÓ-CIDADES II - B.BRASIL	1.535.069	-	596.604
12. METRÔ / PRÓ ML4 - BNDES	2.036.037	-	-
13. METRÔ / PRÓ ML4 ADICIONAL- BNDES	90.000	801.408	2.108.592
14. PRODES - CREDIT SUISSE	600.000	-	-
15. PROSUT - BTG PACTUAL	450.000	-	-
<b>Demais</b>	<b>521.770</b>	<b>174.877</b>	<b>3.489.481</b>
16. PET II - BIRD	16.091	4.644	23.019
17. RIO RURAL I - BIRD	14.579	416	18.021
18. PROFAZ - BID	2.850	5.928	13.263
19. PRÓ-GESTÃO I -BIRD	4.793	5.787	22.558
20. PRODETUR - BID	57.313	-	196.858
21. PSAM - BID	67.242	-	1.009.406
22. PET II Adicional - BIRD	58.359	124.945	1.143.618
23. POE - CAF	91.826	-	-
24. PROVIAS - CAF	-	-	412.401
25. MARACANÃ PROCOPA II - CAF	16.265	-	-
26. ARCO METROPOLITANO	177.452	-	202.438
27. INCLUSÃO SOCIAL - BID	-	24.162	111.255
28. RIO RURAL ADICINAL FA - BIRD	9.000	-	234.876
29. PRÓ-GESTÃO II - BIRD	6.000	8.995	101.768
<b>2. Operações de Crédito Autorizadas e em Tramitação</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>
<b>3. Operações de Crédito a Contratar Incluídas no PAF</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>1.009.689</b>
<b>Total</b>	<b>6.650.069</b>	<b>1.035.452</b>	<b>9.299.719</b>

Fonte: SOC - Sistema de Operações de Crédito, 2014.

(1) Valores realizados até o bimestre, a preços correntes

(2) Contém o valor total a ser liberado das operações de crédito contratadas, a preços de out/2014



Tabela 57

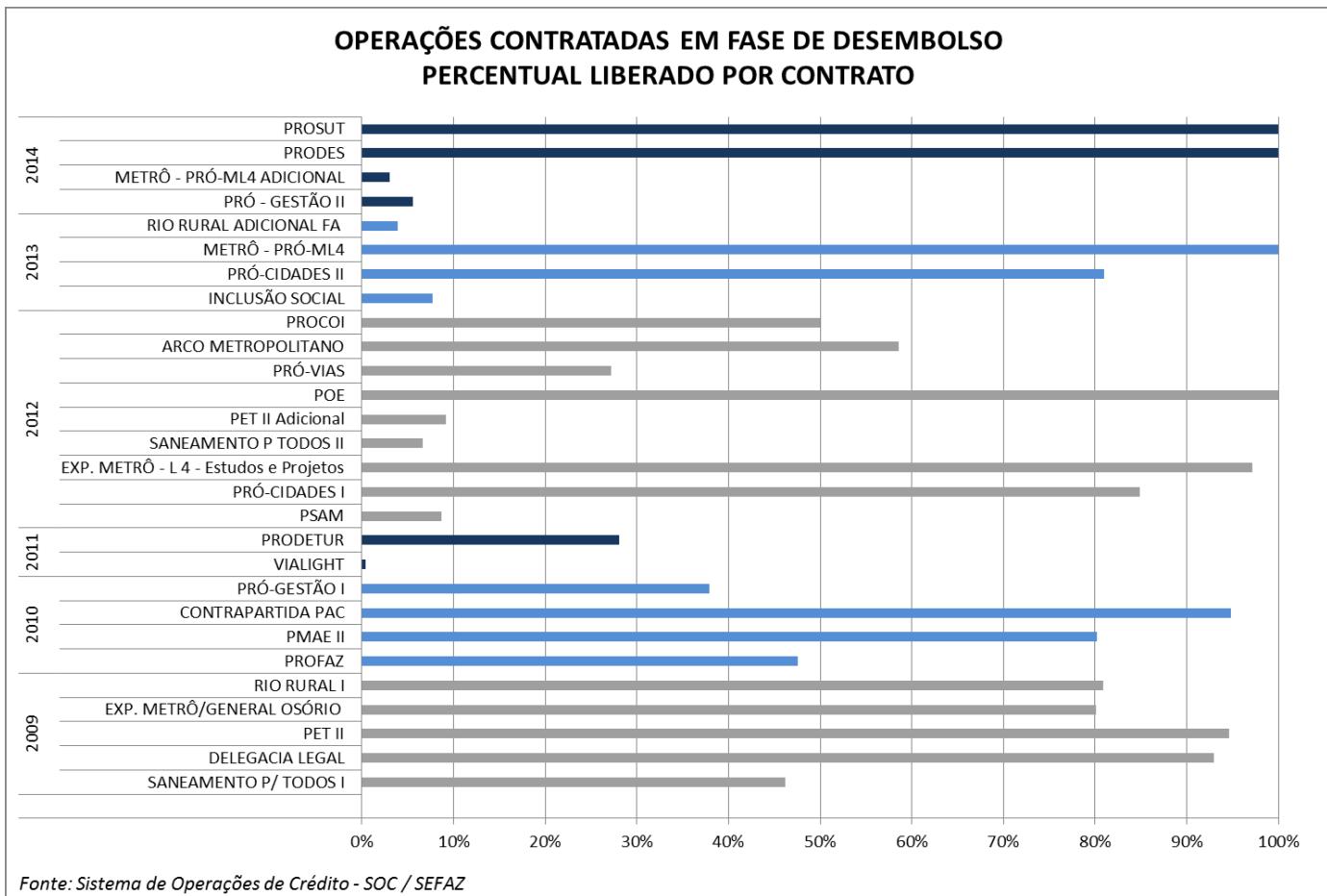
Data: 31.10.2014

DATA DA ASSINATURA	OPERAÇÃO	INSTITUIÇÃO FINANCEIRA	ORGÃO EXECUTOR	MOEDA CONTRATUAL	VALORES EM MOEDA CONTRATUAL		%	VALORES EM REAIS	
					CONTRATADO	LIBERADO		CONTRATADO	LIBERADO
<b>2009</b>									
07/07/2009	SANEAMENTO P/ TODOS I	CAIXA	CEDAE	REAL	558.000.000,00	257.755.347,23	46%	558.000.000,00	257.755.347,23
10/08/2009	DELEGACIA LEGAL	BNDES	SEOBRAS	URTIJP	79.530.718,1067	73.920.154,1872	93%	157.000.000,00	145.924.297,98
24/09/2009	PET II	BIRD	SETRANS	DÓLAR	211.700.000,00	200.382.270,64	95%	517.437.140,00	381.810.091,15
25/11/2009	EXP. METRÔ/GENERAL OSÓRIO	BNDES	RIO TRILHOS	URTIJP	17.202.587,2014	13.772.924,3494	80%	33.959.283,34	27.188.854,50
14/12/2009	RIO RURAL I	BIRD	SEAPEC	DÓLAR	39.500.000,00	31.956.860,60	81%	96.545.900,00	62.904.188,46
<b>2010</b>									
10/05/2010	PROFAZ	BID	SEFAZ	DÓLAR	19.759.050,00	9.387.218,28	48%	48.295.070,01	18.450.375,70
26/05/2010	PMAE II	BNDES	SEPLAG	URTIJP	5.056.532,6633	4.053.247,2696	80%	9.982.000,00	8.001.434,37
24/06/2010	CONTRAPARTIDA PAC	CAIXA	SEOBRAS	URTIJP	307.002.052,9005	291.239.740,33	95%	606.046.612,59	574.930.546,61
22/11/2010	PRÓ-GESTÃO I	BIRD	SEPLAG	DÓLAR	18.673.000,00	7.076.468,96	38%	45.640.546,60	16.013.050,37
<b>2011</b>									
28/06/2011	VIALIGHT	CAIXA	SEOBRAS	REAL	259.138.332,31	1.067.889,51	0%	259.138.332,31	1.067.889,51
08/08/2011	PRODETUR	BID	SETUR	DÓLAR	112.000.000,00	31.458.983,97	28%	273.750.400,00	67.605.032,24
<b>2012</b>									
20/03/2012	PSAM	BID	SEA	DÓLAR	451.980.000,00	39.000.000,00	9%	1.104.729.516,00	86.058.300,00
05/06/2012	PRÓ-CIDADES I	BANCO DO BRASIL	SEOBRAS	DÓLAR	1.491.515.833,40	1.477.585.800,44	85%	3.645.563.000,00	3.093.563.000,00
12/06/2012	EXP. METRÔ - L4 - Estudos e Projetos	BNDES	RIO TRILHOS	URTIJP	80.014.240,9500	77.734.598,0771	97%	157.954.512,77	153.454.512,78
22/06/2012	SANEAMENTO P TODOS II	CAIXA	CEDAE	REAL	415.372.248,98	27.454.060,41	7%	415.372.248,98	27.454.060,41
05/09/2012	PET II Adicional	BIRD	SETRANS	DÓLAR	600.000.000,00	54.878.038,57	9%	1.466.520.000,00	119.896.166,40
13/09/2012	POE	CAF	SEOBRAS	DÓLAR	100.000.000,00	100.000.000,00	100%	244.420.000,00	221.681.677,60
13/09/2012	PRÓ-VIAS	CAF	SEOBRAS	DÓLAR	319.675.000,00	87.013.826,66	27%	781.349.635,00	180.510.183,41
05/12/2012	ARCO METROPOLITANO	CAF	SEOBRAS	DÓLAR	200.000.000,00	117.175.970,35	59%	488.840.000,00	260.456.091,29
20/12/2012	PROCOI	CAIXA	SEOBRAS	REAL	1.199.871.427,00	599.935.927,00	50%	1.199.871.427,00	599.935.927,00
<b>2013</b>									
22/02/2013	INCLUSÃO SOCIAL	BID	SEASDH	DÓLAR	60.000.000,00	4.596.700,55	8%	146.652.000,00	10.865.221,09
26/04/2013	PRÓ-CIDADES II	BANCO DO BRASIL	SEOBRAS	DÓLAR	1.282.955.568,28	1.149.487.775,27	81%	3.135.800.000,00	2.539.195.500,00
26/04/2013	METRÔ - PRÓ-ML4	BNDES	RIO TRILHOS	URTIJP	1.535.603.926,8925	1.535.603.926,8925	100%	3.031.405.000,00	3.031.405.000,00
19/08/2013	RIO RURALADICIONAL FA	BIRD	SEAPEC	DÓLAR	100.000.000,00	3.904.624,49	4%	244.420.000,00	9.000.000,00
<b>2014</b>									
30/04/2014	PRÓ - GESTÃO II	BIRD	SEPLAG	DÓLAR	48.000.000,00	2.683.243.1400	6%	117.321.600,00	6.000.000,00
03/07/2014	METRÔ - PRÓ-ML4 ADICIONAL	BNDES	RIO TRILHOS	URTIJP	3.000.000.000,00	90.000.000,00	3%	3.000.000.000,00	90.000.000,00
29/08/2014	PRODES	CREDIT SUISSE	SEOBRAS	REAL	600.000.000,00	600.000.000,0000	100%	600.000.000,00	600.000.000,00
29/08/2014	PROSUT	BTG PACTUAL	SETRANS	REAL	450.000.000,00	450.000.000,0000	100%	450.000.000,00	450.000.000,00

Fonte: Sistema de Operações de Crédito -SOC / SEFAZ



Gráfico 26





## VI.7 Acompanhamento Financeiro de Convênios<sup>47</sup>

O Estado do Rio de Janeiro encerrou o 5º bimestre de 2014 com 556 Convênios de Despesa e 367 Convênios de Receita vigentes<sup>48</sup>.

Entre os Convênios de Despesa, os mais importantes para o Estado são os celebrados no âmbito do *Programa Somando Forças*<sup>49</sup>. Na esfera dos Convênios de Receita, o *Programa de Aceleração do Crescimento Econômico – PAC*<sup>50</sup> engloba os investimentos de maior relevância.

No que tange ao *Programa Somando Forças*, encontram-se vigentes 267 convênios, beneficiando 72 Municípios. No âmbito desses convênios, até este bimestre, o valor disponibilizado pelo Tesouro Estadual foi de, aproximadamente, R\$ 306,19 milhões, que foram ou serão utilizados em obras de diversas naturezas, principalmente, nas obras de infraestrutura.

Nos demais Convênios de Despesa, encontram-se vigentes 289 convênios, abrangendo programas em infraestrutura, saúde, educação, esporte e lazer. O valor disponibilizado pelo Tesouro Estadual até os meses de setembro e outubro de 2014 foi de aproximadamente R\$ 3,01 bilhões.

Com relação aos convênios abarcados pelo PAC, o Estado firmou com a União, até o 5º bimestre de 2014, o total de 29 Convênios de Receita para a concretização das diversas obras de infraestrutura, alcançando um investimento de aproximadamente R\$ 1,92 bilhão<sup>51</sup>. Dessa importância, R\$ 1,08 bilhão consiste no valor previsto de repasse da União e R\$ 842,51 milhões são oriundos do Tesouro Estadual.

Desses recursos disponibilizados pelo Tesouro do Estado, até o 5º bimestre de 2014, foram repassados em torno de R\$ 887,40 milhões,

<sup>47</sup> Os dados utilizados nesta seção foram extraídos de relatórios do Sistema Informações Gerenciais (SIG) e do SIAFEM em diversas datas ao longo do mês.

<sup>48</sup> Convênios de Receita – são aqueles em que órgãos ou entidades da administração pública federal aportam receitas ao Estado. Convênios de Despesa - são aqueles em que o Estado do Rio de Janeiro coloca seus recursos à disposição das Prefeituras Municipais e/ou Entidades não Governamentais. Salienta-se que também são conhecidos como uma modalidade de transferência voluntária de recursos.

<sup>49</sup> Decreto nº 42.384/01, de 29 de março de 2010.

<sup>50</sup> Lei nº 11.578/2007, que regula a transferência obrigatória de recursos financeiros federais para Estados, DF e Municípios, para execução das ações do PAC, cuja descentralização seja do interesse da União.

<sup>51</sup> Valor original desconsiderando os aditivos.



sendo destinados 94,89% à área de Habitação e 5,11% à área de Saneamento.

A União publicou a Medida Provisória nº 658/2014, em 30 de outubro de 2014, prorrogando a vigência da Lei Federal nº 13.019/2014 para agosto de 2015.

Dessa forma, o Governo do Estado do Rio de Janeiro, manterá o início de vigência do Decreto Estadual nº 44.879/14 e da Resolução Casa Civil nº 350/14 para o dia 1º de novembro de 2014.

A partir desta data, todos que desejarem celebrar convênios com os órgãos e entidades da Administração Pública estadual deverão estar credenciados no Sistema de Convênios do Rio de Janeiro - CONVERJ.

A inclusão das propostas, a celebração, execução e prestação de contas também serão realizadas por meio do referido Sistema.

#### **VI.8 Análise de Viabilidade Econômica de PPPs**

Em 13 de outubro de 2014, por aprovação eletrônica ,o Conselho Gestor do PROPAR (CGP) decidiu, por unanimidade, pelo não aproveitamento dos estudos técnicos apresentados pelo Consórcio Mobilidade Expressa e consequente revogação total da Manifestação de Interesse Público (MIP) relacionada ao projeto de implantação e operação do metrô linha 3.

Novos estudos técnicos encontram-se sob análise da Secretaria de Estado de Obras (SEOBRAS).

Cumpre ainda mencionar, que o Programa Estadual de Parcerias Público-Privadas do Estado do Rio de Janeiro mantém, sob a apreciação de seu Conselho Gestor – CGP, 10 (dez) projetos, conforme quadro a seguir:



Tabela 58

Projeto	Objeto	Investimento Total Inicial (milhões)	Contraprestação anual (milhões)	Prazo de Concessão	Fase Atual
<b>PPP Linha 3</b>	Implantação, manutenção e operação da Linha 3 do metrô do Rio de Janeiro.				
<b>Modalidade</b>	Trecho: Praça Araribóia, em Niterói, até a localidade de				Aguardando
<b>Patrocinada</b>	Guaxindiba, na cidade de São Gonçalo, próximo a BR 101, com extensão estimada de via de 23 km.	R\$ 3.847,8	R\$ 145,75	20 anos	Estudo Técnico
<b>PPP Rodovias I</b>	Restauração, operação, manutenção e conservação do sistema viário				Retirado da
<b>Modalidade</b>	correspondente a rodovia				pauta de
<b>Administrativa</b>	RJ-104 para implantação de melhorias fiscais e operacionais.	Ainda não disponível	Ainda não disponível	Ainda não disponível	reunião do CGP
<b>PPP Rodovias II</b>	Restauração, operação, manutenção e conservação do sistema viário				Retirado da
<b>Modalidade</b>	correspondente a rodovia				pauta de
<b>Administrativa</b>	RJ-106, para duplicação trecho Maricá-Bacaxá com construção de túnel sob Serra do Mato Grosso (1,9 km)	R\$ 760,00	Ainda não disponível	Ainda não disponível	reunião do CGP
<b>PPP Rodovias III</b>	Restauração, operação, manutenção e conservação do sistema viário				Retirado da
<b>Modalidade</b>	correspondente a rodovia				pauta de
<b>Administrativa</b>	RJ-106 para implantação de melhorias físicas e operacionais com ampliação no trecho Rio das Ostras - Macaé	Ainda não disponível	Ainda não disponível	Ainda não disponível	reunião do CGP
<b>PPP Rodovias IV</b>	Restauração, operação, manutenção e conservação	Ainda não disponível	Ainda não disponível	Ainda não disponível	Retirado da pauta de



<b>Modalidade</b>	do sistema viário				reunião do
<b>Administrativa</b>	correspondente a rodovia RJ-116 para implantação da estrada de contorno a Cidade Nova Friburgo, entre Mury e interseção RJ-116 e RJ-144				CGP
<b>PPP</b>		R\$ 1.229,00			
<b>Saneamento</b>	Implantação, operação e manutenção dos sistemas de esgotamento sanitário	(R\$ 646 milhões			Retirado da
<b>Modalidade</b>	do setor privado e		Ainda não	Ainda não	pauta de
<b>Administrativa</b>	dos municípios de São Gonçalo e Itaboraí.	R\$ 628 milhões	disponível	disponível	reunião do
		do setor			CGP
		público)			
<b>PPP Data Center</b>	Projeto de integração e modernização tecnológica da informação e da central de dados do Governo do Estado do Rio de Janeiro.	Ainda não disponível	Ainda não disponível	Ainda não disponível	Aguardando publicação de MIP e Termo de Referência
<b>PPP Banda Larga</b>	Projeto para implementar o acesso à Internet banda larga para os 92 municípios do Estado do Rio de Janeiro.	R\$1.322,1	R\$ 115,1	30 anos	Aguardando deliberação do CGP para a realização de Consulta Pública
<b>PPP Instituto Carlos Éboli</b>	Implantação da nova sede dos seguintes institutos: (i) Instituto de Criminalística Carlos Éboli-ICCE; e do (ii) Instituto de Pesquisas e Perícias em Genética Forense da Polícia Civil do Estado do RJ, bem como a instalação de gestão de infraestrutura necessária ao desenvolvimento das atividades operacionais.	R\$ 840,90	R\$ 46,7	20 anos (2 anos de obras e 18 anos de manutenção)	Retirado da pauta de reunião do CGP
	Implantação e manutenção	Ainda não	Ainda não	Ainda não	Aguardando



<b>PPP Resíduos Sólidos</b>	de um aterro sanitário no município de Saquarema para atender os municípios de Araruama, Saquarema e Silva Jardim	disponível	disponível	disponível	publicação de MIP e Termo de Referência
-----------------------------	---	------------	------------	------------	---

#### VI.9 Captação de Recursos

No quinto bimestre de 2014, a Coordenação de Captação de Recursos (COCAR), incumbida de promover a negociação e contratação de operações de crédito para o Estado do Rio de Janeiro, além de monitorar oportunidades para a obtenção de financiamentos, viabilizou a contratação de empréstimos junto ao Banco BTG Pactual e com o Banco Credit Suisse, no valor total de R\$ 1,5 bilhão<sup>52</sup>.

No mês de setembro, a COCAR também participou da missão de supervisão do Programa de Mobilidade Urbana, objeto de contrato de empréstimo entre a Agência Francesa de Desenvolvimento – AFD e o Estado do Rio de Janeiro - ERJ. Além da supervisão dos indicadores acordados no âmbito do Acordo de Empréstimo, a missão francesa envolveu, ainda, participação no Seminário “Mobilidade Urbana e Desenvolvimento Sustentável : olhares cruzados sobre os desafios da Região Metropolitana do Rio de Janeiro”, fruto da cooperação técnica de longo prazo em matéria de mobilidade urbana e desenvolvimento sustentável firmada entre o ERJ e a AFD desde 2012.

<sup>52</sup> As operações foram publicadas em 2 de setembro de 2014 no DOERJ, enquanto os extratos dos contratos de garantia, em 15 de setembro de 2014, no DOU.